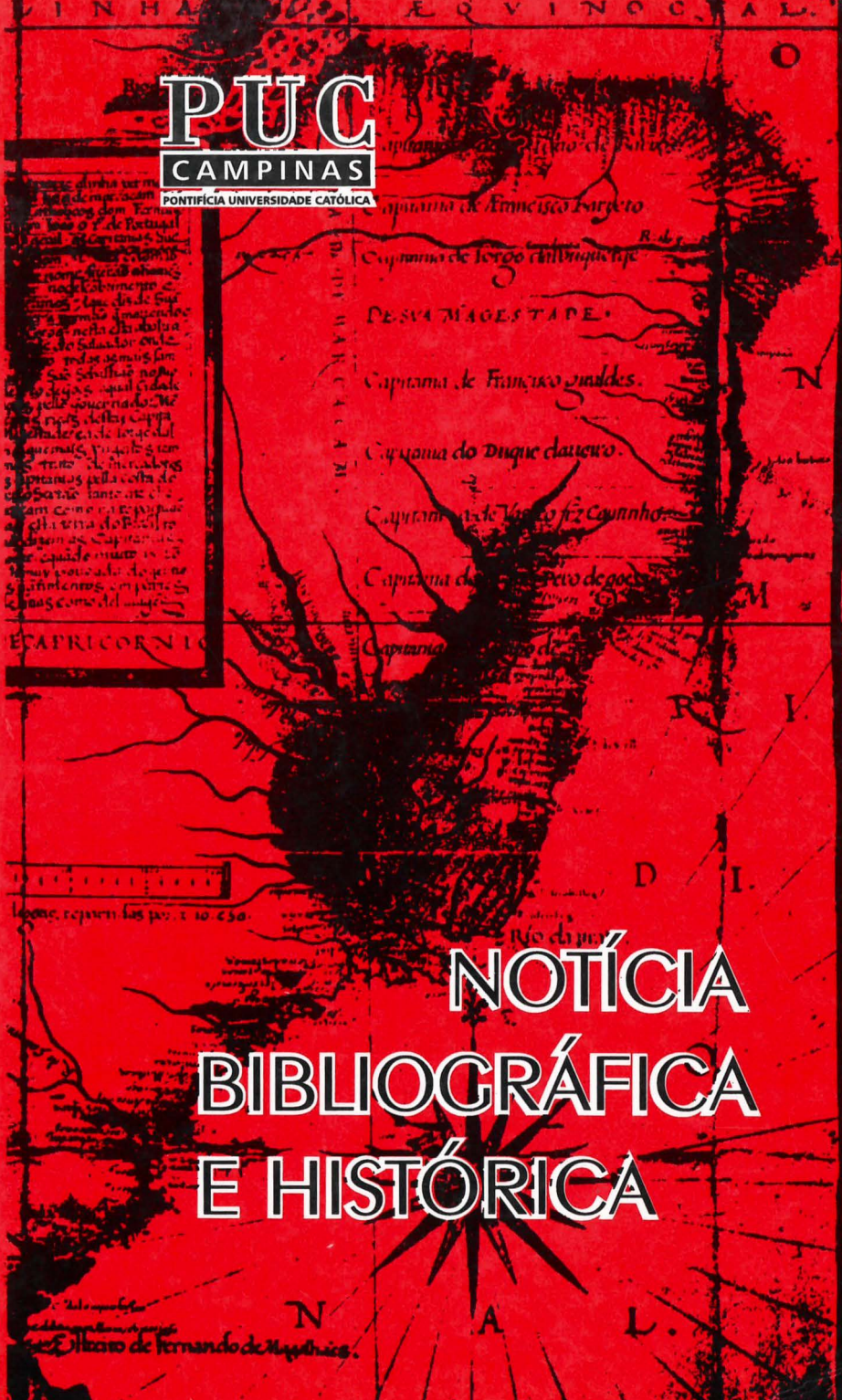


PUC
CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Profª Maria Salete Zulzke Trujillo

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXI - Nº 172 ISSN-0101-4919 JANEIRO - MARÇO 1999

SUMÁRIO

Luís da Câmara Cascudo, historiador e folclorista, no seu centenário	3
Odilon Nogueira de Matos	
Do Rio Grande do Sul a Pernambuco	11
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
A Liga Nacionalista de São Paulo e a campanha pela moralização das práticas políticas, na República Velha	15
José Carlos Neves Lopes	
Homens reais e homens imaginários: uma discussão sobre a História	19
José Flávio Pereira	
Algumas diversões campineiras na Primeira República	45
Duílio Battistoni Filho	
O descobrimento do Brasil, antes de Pedro Álvares Cabral	55
Leonardo Dantas Silva	

De uma pasta de velhos recortes

Um fator velado nos triunfos de Augusto	78
Otoniel Mota	

Memória Campineira

"Oito bananas por um tostão"	89
Francisco Fernandes de Araújo	

Textos (Sugestões para Seminário)

O sentimento religioso, base das instituições livres (Rui Barbosa)	93
Imenso bem-fazer do Cristianismo (Chateaubriand)	94

Vultos da historiografia brasileira

John Armitage	95
---------------------	----

Seleção

A Constituição Imperial de 1824	103
John Armitage	

Rabiscos de um escrevinhador

Significativo apelo dos Institutos Históricos	111
Taunay no centenário de seu falecimento	113
Evocando um grande acadêmico	114
Centenário de um grande etnólogo	116

LUIZ DA CÂMARA CASCUDO, HISTORIADOR E FOLCLORISTA NO SEU CENTENÁRIO*

Odilon Nogueira de MATOS

Há algum tempo, numa das reuniões do nosso Clube dos 21 Irmãos-Amigos, tive oportunidade de falar sobre o Rio Grande do Norte. Dado o pouco tempo de que dispunha, pois fora colhido um tanto de surpresa e sem possibilidade de uma consulta a fontes que pudessem servir de embasamento ao que devesse falar, preferi, em vez de tratar do Estado, apresentar, em rápidos perfis, algumas personalidades expressivas da cultura brasileira nascidas no Rio Grande do Norte. Escolhi quatro que me pareceram dignos de figurarem na categoria que Emerson chamava de “homens representativos”: um sacerdote, político e jornalista, um historiador, uma líder feminista e, para encerrar, outro historiador, que também foi folclorista, etnógrafo, geógrafo, antropológico, sociólogo, lingüista, crítico literário, jornalista, enfim um daqueles homens de quem seria mais fácil dizer o que não foi do que propriamente o que foi... Tendo razoável conhecimento da vida e da obra de todos eles, não tive nenhuma dificuldade para esboçar ligeiros perfis, suficientes para que o auditório pudesse aquilatar do mérito de cada um deles.

Uma circunstância especial me leva, nesta noite, atendendo ao convite de nosso preclaro presidente, a dar destaque ao último da galeria que apresentei no Clube dos 21 Irmãos-Amigos. Trata-se de Luiz da Câmara Cascudo e a razão para dele me ocupar mais demoradamente nesta sessão, é que neste ano transcorre o seu centenário, efeméride significativa da história literária do Brasil, sobre a qual, nossa Academia não poderia deixar de se manifestar, ainda que pela voz do menos credenciado de seus titulares.

(*) Trabalho lido na Academia Campinense de Letras, em sessão de 6 de julho de 1998.

Afora os tempos de estudante, em que residiu na Bahia, no Rio de Janeiro e no Recife, Câmara Cascudo viveu sempre em sua cidade natal, no caso a própria capital de seu Estado, onde nasceu a 30 de dezembro de 1898, aí mesmo tendo falecido a 30 de julho de 1986. Iniciou estudos médicos, porém não chegou a concluí-los; preferiu optar pelo curso jurídico, diplomando-se pela Faculdade do Recife, em 1928. Informa Enélio Petrovitch dele ter sido aluno na cadeira de Direito Internacional Público, na primeira turma da Faculdade de Direito de Natal. Poucas informações temos de suas atividades profissionais. É o caso de dizer-se que, em Câmara Cascudo o escritor eclipsou quaisquer outras atividades a que porventura se tivesse dedicado. É como escritor - dos maiores e dos melhores que temos tido - que nos habituamos a vê-lo, através de uma volumosa produção que alcançou quase meia centena de volumes, além do que deixou esparso em publicações periódicas culturais e na própria imprensa. Aliás, seu primeiro livro **Alma patricia**, de 1921, foi formado com artigos de crítica literária publicados originalmente em jornal de Natal.

É impressionante a versatilidade com que Câmara Cascudo aborda os temas de sua produção, toda ela testemunhando uma vivência quase excepcional de sua terra e de sua gente. Na impossibilidade de uma referência particularizada a tudo quanto escreveu a fim de melhor evocá-lo, limitar-me-ei aos livros que tive oportunidade de conhecer.

Estava a concluir o curso secundário no famoso Granbery, o tradicional colégio de Juiz de Fora, quando a Companhia Editora Nacional, de São Paulo, iniciou a publicação da série "Brasiliiana", que, ao longo de mais de trinta anos tornou-se a mais vasta e variada coleção de livros sobre o Brasil, com mais de quatrocentos volumes. Apesar de simples ginasiano, mas já com algumas pretensões intelectuais, embora reconhecidamente modestas, tomei-me de interesse por essa coleção, adquirindo os volumes à medida que iam aparecendo na velha livraria Dias Cardoso, da rua Halfeld, da importante cidade mineira. Cheguei mesmo a possuir quase toda a coleção. Todavia, o que não poderia imaginar naquela altura dos meus dezessete anos, é que um dia, nem sei quantos anos depois, eu viria a escrever sobre a "Brasiliiana", resenhando-a volume por volume, o que deu um volume de quase trezentas páginas, editado pela nossa PUC-Campinas.

Pois bem: um dos primeiros volumes dessa preciosa coleção continha uma biografia do Conde d'Eu, o genro de D. Pedro II. Assinava-a um certo Luiz da Câmara Cascudo, nome que nada me dizia. Não havia, na época, nenhum dicionário bibliográfico que pudesse me informar alguma coisa sobre o autor; e as antologias ou a única enciclopédia então existente, a famosa Jackson, só cuidavam de autores já falecidos.

Por uma curiosa coincidência, um amigo de minha família, visitando-nos, viu sobre a mesa da sala o exemplar de "O Conde d'Eu", que eu mal acabara de ler. E com surpresa para mim, contou-me que conhecera Luiz da Câmara Cascudo, de quem fora colega na Faculdade de Medicina, não me lembro se no Rio ou na Bahia. E pôs-se a falar dele com muito carinho. Só então fiquei sabendo que ele era do Rio Grande do Norte. O "Conde d'Eu", longe do que eu imaginei, não era o seu livro de estréia, embora fosse o primeiro a ser publicado por uma grande editora, e fora do Nordeste. O que não me impediu de considerá-lo modesto, nem de longe fazendo pressupor o vulto que o autor tomaria, com o tempo, na bibliografia brasileira. O pequeno livro contribuiu, contudo, para tornar mais conhecida a contraditória figura do genro do Imperador, comandante-em-chefe dos exércitos aliados na última fase da guerra contra o ditador do Paraguai. Perdeu muito de seu interesse com o aparecimento dois ou três anos depois, do livro de Alberto Rangel, mais erudito e mais informativo, especialmente pela utilização da vasta documentação então existente no Castelo d'Eu, na França, e atualmente no Museu Imperial de Petrópolis.

Como já dei a entender, o folclore e a história ocupam lugar preponderante em sua produção. A própria coleção "Brasileira", que publicou em 1933 a biografia do Conde d'Eu, brindou-nos com mais dois títulos de sua autoria: uma biografia do Marquês de Olinda, volume 107, de 1938, e a **História da Alimentação no Brasil**, volume 323, de 1967, em dois volumes. O primeiro consiste no melhor estudo existente sobre Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, figura de primeira plana na vida política imperial, ministro de Estado várias vezes e Regente do Império em substituição a Feijó, nos últimos anos do conturbado período que antecedeu à maioria de D. Pedro II. Figura de tanta participação na vida brasileira durante meio século (pois sua atuação começou ainda como deputado às cortes de Lisboa), como o foi

o grande estadista pernambucano, um livro que o biografasse não poderia deixar de ser uma valiosa contribuição à história política do período imperial. Foi o que fez Câmara Cascudo e o que observou o Conde de Afonso Celso no prefácio que para ele escreveu. Anote-se, como referência bibliográfica, que tendo sido apresentado originalmente a um Congresso de História promovido pelo Instituto Histórico Brasileiro, em 1931, esse trabalho encontra-se publicado também nos “Anais” do referido Congresso, vol. IV. Todavia, esse volume dos “Anais” só pôde ser publicado em 1945, quando a obra já havia sido divulgada, sete anos antes na edição da “Brasileira”.

Quanto ao outro livro mencionado, constitui ele um profundo estudo da alimentação, não apenas nos seus aspectos fisiológicos, mas também em suas conotações sociais, culturais e econômicas. O primeiro volume cuida do cardápio indígena, da dieta africana e da contribuição portuguesa, trazendo, em apêndice, notas sobre o cerimonial de refeição de D. João VI, sobre o mais antigo tratado de cozinha publicado em Portugal, o de Domingos Rodrigues, que data de 1680 e, ainda, o artigo de Fialho de Almeida intitulado “A cozinha portuguesa”. Ao segundo volume, dedicado à cozinha brasileira, o Autor preferiu intitular “Sociologia da Alimentação”, e no qual se encontra variadíssima gama de assuntos, desde os fundamentos da cozinha brasileira, e a conservação de alimentos, até superstições alimentares e o folclore da alimentação.

Como bom historiador nordestino, Câmara Cascudo não pôde deixar de pagar sua contribuição à historiografia do Brasil holandês. Disso resultou talvez seu melhor trabalho histórico, denominado **Geografia do Brasil holandês**, publicado pela Editora José Olympio em 1956, integrando a também preciosa e prestigiosa coleção “Documentos Brasileiros”, vol. 79. De duas partes compõe-se seu livro: a primeira, “Presença holandesa no Nordeste brasileiro”, com ênfase especial para o que ele denomina as “razões sociais” que o holandês encontrou no Brasil e, obviamente, sua reação diante delas; e uma segunda, exatamente a que dá título ao livro, na qual estuda particularmente cada uma das regiões ocupadas pelos invasores.

O folclore, já foi dito, está presente na maior parte de sua bibliografia. Neste setor pôs Câmara à prova sua capacidade de pesquisador. Não são livros apenas de gabinete, mas de plena vivência

nordestina, num exaustivo trabalho de campo, especialmente no que se refere ao pastoreio. Dele resultou, entre outros, seus livros **A vaquejada nordestina e sua origem e Tradições populares da pecuária nordestina**, (este, publicação oficial do Ministério da Agricultura), todo vazado numa forma típica do linguajar sertanejo e com toda a sua terminologia curiosa e devidamente explicada, apresentando os traços característicos da personalidade individual e social dos dois elementos inteiramente distintos do Nordeste: o homem do engenho e o da caatin-ga. Daí se poder dizer que se Jorge Amado é o autor ligado ao ciclo do cacau; se José Lins do Rego o é ao ciclo do engenho, Câmara Cascudo é o autor mais representativo do ciclo pastoril, que ele conheceu como poucos.

Prossigamos. Em **História dos nossos gestos**, de 1976, integrando a coleção “Memória Brasileira”, das Edições Melhoramentos, que, infelizmente não teve prosseguimento, faz Câmara Cascudo uma profunda pesquisa e análise da mímica no Brasil: “O gesto é anterior à palavra. Dedos e braços falaram milênios antes da voz. As áreas do entendimento mímico são infinitamente superiores às da comunicação verbal. A mímica não é complementar mas uma provocação ao exercício da oralidade. Sem gestos, a palavra é precária e pobre”. Descreve e interpreta o autor 333 gestos comuns que integram o dia-a-dia do brasileiro. Gestos de toda espécie: amistosos, inamistosos, violentos, pacíficos, insinuantes, ofensivos, festivos, eróticos e até obscenos são estudados nas suas origens, nas suas correlações, na sua permanência entre os mais variados agrupamentos humanos e eventualmente sua presença na literatura universal, antiga e moderna. Nele revela Câmara Cascudo sua excepcional cultura universal, principalmente histórica e literária. Livro único na literatura brasileira.

O mesmo se poderá dizer de **Coisas que o povo diz** (Editora Bloch), com reunião, explicação e histórico de “expressões de uso corrente, cujas origens, em geral, já se perderam na névoa do tempo, mas que continuam vivas na alma popular”.

Livro bastante representativo das curiosidades intelectuais de Câmara Cascudo é **Mouros, Franceses e Judeus** (Editora Letras e Artes, Rio, 1967), no qual o autor estuda essas três presenças no Brasil, sobretudo na literatura oral e nos costumes tradicionais. Na literatura

oral, a presença de elementos dos “Doze pares de França” e de temas do *Miréio*, o livro que Mistral publicou em 1859. É sabido que a iniciativa de Mistral no sentido de tornar o provençal língua oficial da parte meridional da França - a Provença ou o Languedoc - encontrou receptividade em numerosos intelectuais, principalmente entre os escritores da Europa e até... no Brasil. Em nosso país quem se interessou por esse provençalismo não foi nenhum poeta ou romancista, mas nosso próprio Imperador D. Pedro II, que procurou estudar o provençal chegando até a traduzir textos leigos e religiosos para essa língua. Já tive oportunidade de tratar demoradamente dessa vinculação de nosso Imperador com o chamado “félibrige” do sul da França, não vendo, pois, necessidade de voltar ao assunto. Prefiro notar que os escritos de Câmara Cascudo sobre o assunto revelam um notável conhecimento da cultura provençal, especialmente na análise que faz dos doze cantos do “*Miréio*”, mostrando a penetração de muitos de seus temas no populário brasileiro. Realmente, não deixa de ser curiosa a presença no sertão do Nordeste de temas característicos do sul da França e que na própria nação francesa eram ignorados. A propósito da obra de Mistral convém recordar que o compositor francês Charles Gounod nela se inspirou para uma de suas maiores óperas, “*Mireille*”, encenada pela primeira vez na Ópera de Paris, em 1864.

De uma de suas últimas obras - talvez mesmo a última - o **Dicionário do Folclore Brasileiro**, extenso, em dois volumes, editado pelo Instituto Nacional do Livro, disse alguém que ela seria suficiente para credenciar o nome de Luiz da Câmara Cascudo ao respeito, à admiração e ao reconhecimento de todos nós. Ainda que não tivesse escrito mais nada... Mas, felizmente escreveu. Seu **Dicionário** é realmente obra de referência no sentido mais amplo do termo, de consulta obrigatória para quem tiver qualquer interesse pelo assunto. E nele há um complexo científico de todas as áreas do conhecimento que podem interessar ao folclore: etnografia, história, geografia, antropologia, sociologia.

Limitei-me nesta ligeira apreciação, como disse de início, sobre a obra de Câmara Cascudo, ao que é de meu conhecimento. A muitas outras ainda não tive acesso, mas pelos seus títulos posso avaliar do interesse que apresentam: **Superstições e costumes, Vaqueiros e cantadores, Civilização e cultura, História do Rio Grande do Norte,**

Livro de velhas figuras... Encerrarei esta palestra com uma referência a duas obras que não são propriamente de Câmara Cascudo, mas por ele organizadas e publicadas: uma antologia e uma tradução.

A seleta, intitulada **Antologia do Folclore Brasileiro** (Martins Editora, São Paulo, 1956, data do prefácio, pois a conhecida editora tinha por hábito não datar seus livros...) apareceu como “primeiro volume”. Não tenho notícia da continuidade da obra. Porém, o que consta desse “primeiro volume” é assaz substancial para o pretendido no título. Nele, Câmara Cascudo arrola 55 autores (dos quais 37 estrangeiros) que escreveram sobre o Brasil, desde os jesuítas do século XVI até Sílvio Romero, no início deste século, e em cujas obras respigou páginas de interesse para a literatura folclórica do Brasil. Dedicou o livro “aos cantadores e violeiros, analfabetos e geniais, às velhas amas contadeiras de estórias maravilhosas, fontes perpétuas da literatura oral do Brasil”.

Uma releitura recente dessa antologia fez-me rever muita coisa que eu já havia escrito no livro que estou preparando sobre os viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil. O levantamento que Câmara Cascudo faz dos autores selecionados, acompanhado sempre de referências bibliográficas corretas algumas já desatualizadas, o que é natural dado o tempo decorrido de sua publicação) oferece material de pesquisa mesmo àqueles que não estejam diretamente interessados em folclore, mas interessam-se por vários outros aspectos culturais na vida brasileira.

Quanto à tradução, refere-se ela à obra de Henry Koster **Travels in Brazil**, publicada em Londres, em 1816. Koster veio para o Nordeste em 1809, por recomendação médica, devido a problemas de saúde e aí viveu até o seu falecimento, provavelmente em 1820. Tornou-se senhor de engenho em Pernambuco, onde angariou grande estima por parte da população, que até, de maneira carinhosa, abraçou o seu nome para “Henrique da Costa”. Os que têm algum contato com a literatura dos viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil sabem do valor da obra de Koster, que obteve repercussão lisonjeira com reedições e traduções para o francês e o alemão. Na opinião de Câmara Cascudo é o mais autorizado viajante estrangeiro de quantos andaram pelo Nordeste.

No entanto, a obra levou mais de cem anos para ser traduzida para o país de que ela trata, o que, aliás, não é caso raro na literatura dos

viajantes. Houve, no fim do século passado, uma tentativa pouco feliz de tradução do livro, por parte do Instituto Arqueológico Pernambucano, mas com duas inconveniências: a tradução não foi feita do original inglês, mas de uma tradução francesa; e não foi publicada em livro, mas em capítulos na revista do Instituto. E como nem sempre a publicação saía em todos os números e às vezes a própria revista atrasava sua edição, aconteceu que a tradução do livro (extenso de mais de quinhentas páginas...) levou trinta e cinco anos para ser completada. Tornou-se, assim, um empreendimento pouco prático, pois os que tomaram conhecimento dos últimos capítulos não conheceram os primeiros e os leitores destes, no mais das vezes, já não viviam mais quando saíram os últimos. Foi quando Câmara Cascudo decidiu-se a corrigir essa anomalia, realizando primorosa tradução diretamente do original inglês, publicada em 1942, integrando a já tantas vezes citada coleção “Brasília”, vol. 221. Mereceu reedição em 1978 pelo Governo do Estado de Pernambuco.

Lembro-me de um amigo que há alguns anos viajou pelo Nordeste. Perguntado pelos monumentos históricos que havia visitado em sua excursão, respondeu que, no seu entender, o maior “monumento do Nordeste” era... Luiz da Câmara Cascudo, a quem tivera oportunidade de visitar em sua residência da avenida Junqueira Aires, em Natal. Para o seu “país”, que era o Nordeste, viveu toda a sua profícua e abençoada existência. Por tudo o que dele sei, e de que dei ligeira amostra nesta palestra, embora, como disse, sem ter tido o prazer de conhecê-lo pessoalmente, não tenho dúvida em afirmá-lo como homem-símbolo de sua “pátria”. Homem que, certamente Emerson incluiria sem pestanejar em sua galeria. Desses muitos homens-símbolos que até há pouco era (e alguns ainda o são) encontrados pelo Brasil: Gilberto Freyre, no Recife; José Américo de Almeida, na Paraíba; Jorge Amado, na Bahia; Erico Veríssimo em Porto Alegre; Cora Coralina, em Goiás velho... Figuras que podiam ser incluídas num roteiro turístico de suas cidades. Entre elas, Luís da Câmara Cascudo, que me aprouve evocar nesta noite a propósito de seu centenário.

DO RIO GRANDE DO SUL A PERNAMBUCO

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Como gostaria que todas as Unidades da Federação fossem como as acima citadas: em matéria de cultura, preservação cultural e, sobretudo, no preparo da juventude, o Rio Grande do Sul e Pernambuco destacam-se, por longas décadas, e com esmero, na difusão, preservação e produção científica de suas regiões, fortalecendo, com isso, a cidadania.

Assim sendo, destaco como recentes publicações e pelo valor à historiografia regional e brasileira, a *Coletânea De Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, fazendo parte do Projeto Memória do Parlamento, implantado em 1996, e contando já com dois alentados volumes, sob organização da Prof^ª Dr^ª Helga Iracema Landgraf Piccolo - uma das eméritas historiadoras e pesquisadora criteriosa daquele Estado.

Tal publicação vem facultar aos estudiosos brasileiros os mais diversos olhares para um período tão significativo de nossa História (1847-1889), pois, ao longo dos Discursos se pode aferir os diferentes momentos da indefinição político-partidária daquela região cultural do país, bem assim, quais os encaminhamentos propostos para uma possível definição política, onde a idéia de revolução sempre aparece, ora como assustadora, ora como necessária, o que não nos impede de analisar, ao nível da prática, como nem sempre as ações políticas foram coerentes.

As lutas entre os Partidos Liberal e Conservador abrem espaços para reinterpretações múltiplas tão necessárias ao avanço historiográfico, ao lado da abertura (?) proposta, a partir dos anos 1870, pelos republicanos, com o intuito, principalmente, de minimizar o analfabetismo e o caráter essencialmente rural/patriarcal da sociedade brasileira.

Óbvio que essa oportuna publicação procurou abordar os aspectos mais relevantes dos Discursos Parlamentares, "enxugando" os textos, principalmente com relação aos apartes e intervenções que, só foram mencionados quando necessários para o entendimento mais completo do debate.

Os dois volumes publicados além de ótima apresentação gráfica, contém excelentes representações iconográficas, ilustrações essas recolhidas não apenas junto às instituições públicas da capital gaúcha, bem como em acervos particulares e também, a reforçar o nível da pesquisa, a coleta efetuada no interior do Estado.

Mas, não para por aí, a contribuição do Rio Grande do Sul nesse final de milênio: *Camponês, Terra e Pobreza*, representa outro trabalho de fôlego, à cargo do Prof. Dr. Earle Diniz Macarthy Moreira, como parte da famosa Coleção História, já em seu nº 18, edição da PUCRS.

É um estudo objetivo, criterioso, de linguagem fluente, poética, ao mesmo tempo que científica, onde o Autor, em cinco capítulos, conseguiu analisar o século XVIII espanhol, com aguçada visão crítica, além de apresentar atualizado referencial bibliográfico.

Chamou-nos a atenção a maneira como tratou, por exemplo, a problemática da pobreza, a criação de asilos e o luxo da época, apontando, como as portas do terceiro milênio e com o avanço da globalização, esses problemas são ainda cruciais, mal tratados e mal solucionados.

Ao longo de seu estudo demonstrou que o chamado *Século das Luzes* não foi complacente com a pobreza que, aliás, passou a ser encarada como "peso, como prejuízo na competição internacional"(p. 21).

Analisando a pobreza espanhola de então, cuidadosamente abordou os contrastes sócio-rurais engendrados, os percalços do arrendamento de terras que tão apenas visavam o maior lucro possível, o que levou ao aumento paulatino patrimonial dos ricos. Paralelamente analisou ainda, através dos números, a atuação da Igreja, em situação privilegiada, apesar de sempre condenar a usura... Era de fato, um mundo que se transformava! E o A. soube, com profundidade captá-lo, sobremaneira quando destacou a atuação do frei beneditino Jerônimo Feijóo.

Por ser instigante, está a merecer amplo debate, a análise feita sobre a existência do pauperismo em Espanha do século XVIII, onde, o espírito crítico do Prof. Macarthy, soube evidenciar a pacata atuação da minoritária elite reformista, presa às estruturas centenárias e à própria conjuntura do período a obstaculizar possíveis mudanças, mesmo porque os "reformistas" de então não acreditavam no povo, que era por eles visto como "vulgar e imbecil" (p.77).

Se tudo isso não bastasse, vale o trabalho ora apresentado como o repensar de um momento típico da história da humanidade a fim de ser reavaliado, mas tendo em vista nosso cotidiano, onde a abertura de novas propostas e soluções, para os menos favorecidos, se fazem necessárias.

Saltemos agora para nosso Pernambuco - o *Leão do Norte!* Ainda bem que o nosso tempo é histórico e também porque acredito, ao conceber espaço, que se deva partir do princípio que é uma produção da coletividade humana ao se relacionar com o meio. Por isso, creio poder aqui também inserir um modesto comentário à pesquisa tão marcante para o estudo historiográfico brasileiro na contemporaneidade. Refiro-me ao recém-lançado trabalho do Prof. Dr. Marcus de Carvalho - *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*, Recife, 1822-1850.

Ao abordar a situação dos escravos em Recife, num período tão marcante da história pernambucana, principalmente por abarcar as insurreições liberais do Nordeste, analisou o Prof. Marcus não apenas a reestruturação espacial da cidade do Recife, como também a persistência de sua fisionomia conservadora e escravista.

Enfocando com novo olhar essa problemática não só abriu o leque para o debate historiográfico, como estimulou a necessidade de que a discussão seja prática, objetiva, e não ao nível do ideológico, demonstrando assim, a necessidade do pluralismo científico para uma interpretação a "mais objetiva possível" - como nos ensinou Le Goff e Nora - a fim de que as mudanças possam, paulatinamente, efetuar-se.

Seu estudo passa pela vida urbana recifense e toda sua instabilidade sócio-econômico-político-cultural, ao mesmo tempo em que analisa como o tráfico de escravos dependia da reprodução do sistema e como a conjuntura internacional da época impôs mudanças na forma de negociar.

É de suma importância, como o A. abordou, as múltiplas relações entre o quilombo do Catucá e a resistência havida, apontando como os cativos souberam aproveitar das cisões entre as elites para não sucumbirem e melhorarem suas condições de sobrevivência, com extrema habilidade e criatividade, se bem que poucos deles tiveram oportunidade de obter seu objetivo maior: a liberdade.

Contando com fontes significativas, o presente trabalho apresenta, outrossim, bibliografia de primeira ordem, onde as múltiplas variáveis existentes entre escravos rurais e urbanos foram postas em discussão, trazendo à tona, não apenas oportuna contribuição metodológica, como também empírica, onde se-nos aflora, entre outros aspectos, as relações ambíguas entre os homens livres pobres e os escravos.

Com propriedade discorreu sobre o sistema escravista no Recife apontando a gama de contradições havidas e que acabaram por não permitir a submissão total desse cativo, como a ocorrida nos Estados Unidos, embora as relações entre cativos/senhores fosse sempre conflituosa, mas, onde aqueles cativos procuraram conquistar espaços outros ao lado dos embaraços que os senhores lhes impunham, ou como nos afirma o A., citando Thompson, uma "economia moral" que não era a desejada pela classe senhorial" (p.324).

A LIGA NACIONALISTA DE SÃO PAULO E A CAMPANHA PELA MORALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS POLÍTICAS, NA REPÚBLICA VELHA*

José Carlos Neves LOPES
UNIP

Após a instalação do novo regime, o Partido Republicano Paulista desenvolveu uma linha político-partidária que o distanciou cada vez mais de grande e importante parcela da população paulista, notadamente aquela constituída pelas camadas médias.

Por meio do controle indireto dos cargos públicos, o PRP procurava atrair para seus quadros os recém-formados bacharéis em direito, garantindo assim o apoio da elite bacharelesca. A partir da segunda década do século, porém, estigmatizado pelo desvirtuamento das práticas eleitorais a que se acostumaram seus chefes políticos, o partido já não conseguia sensibilizar os jovens bacharéis. É significativo o depoimento que nos deixou Paulo Nogueira Filho em suas memórias:

"O único partido político organizado, então existente na órbita estadual, era o Partido Republicano Paulista, ao qual meu avô José Paulino pertencera e meu pai ainda pertencia.

Era, todavia, uma agremiação em plena decomposição moral. Não nos podia seduzir. Ademais em seu seio, as posições eram vitalícias e hereditárias. Não seria eu, embora neto de José Paulino, herdeiro desse gênero."

O acadêmico de direito, no quadro exíguo dos estudantes universitários da época, era o mais afeito à atuação político-partidária.

(*) Dados obtidos em edições do jornal "O Estado de S. Paulo", 1915-1924.

Não é de admirar, portanto, que tenha partido de estudantes da Faculdade de Direito a idéia de organizar um movimento que, no fundo, objetivava uma atuação política fora do estreito quadro partidário da época - a Liga Nacionalista. Com sua fundação, foi possível canalizar para esse movimento a atuação de grupos emergentes da elite paulistana, que se mostravam avessos às práticas perrepistas.

A idéia de criação da Liga nasceu após uma conferência pronunciada por Olavo Bilac aos estudantes de direito, em 9 de outubro de 1915.

A Faculdade de Direito realizava, anualmente, uma cerimônia já tradicional - a "Festa da Chave". Nela, o representante do quinto ano entregava ao representante do quarto ano uma chave, símbolo das tradições daquela casa de ensino. Na "festa" daquele ano, o representante do quarto ano Marcel da Silva Teles, no discurso pronunciado, atacou as práticas políticas vigentes, às quais imputava uma série de males que nos assolava :

"Nós brasileiros, presenciamos esse triste espetáculo que nos está dando uma República, que tem como apanágio a anulação do voto popular e a legalização das designações para todas as funções sarcasticamente ditas eletivas em todo o Brasil; daí o definhamento moral de todos os nossos corpos legislativos, daí todas as tortuosidades do Poder Executivo; daí a fraca noção do cumprimento do dever, revelando-se na longa sede de peculatos, na crescente impunidade do delito, pela decadência da bela instituição do juri."

Os acadêmicos Sarti Prado, Clovis Ribeiro, Júlio de Mesquita Filho, Antonio Pereira Lima, Joaquim Sales Júnior e Fábio Aranha constituíram uma comissão organizadora, que passou a reunir-se diariamente, contando com o auxílio de diversos professores da faculdade, de forma a elaborar o esboço do programa da Liga, publicado pelo "Estado", em 31 de março de 1916:

a) reerguer o espírito de solidariedade nacional, de orgulho nacional, de interesse pelas coisas e problemas vitais do Brasil;

b) pugnar pelo desenvolvimento da cultura e difusão da instrução no país;

- c) promover a educação cívica e política do povo brasileiro;
- d) combater a abstenção eleitoral, assim como todos os processos que corrompem, fraudam ou falsificam a vontade popular;
- e) fazer estudar por comissões técnicas todos os problemas que interessam a nacionalidade brasileira;
- f) representar aos poderes públicos reclamando a adoção de medidas de utilidade nacional."

Como vemos, um receituário composto de verdade eleitoral, civismo, cultura, instrução pública e nacionalismo. Quem acompanhar a ação da Liga Nacionalista desde sua fundação, em 1916, até sua extinção, em 1924, constatará que ela atuou em todas essas áreas.

A fundação da Liga ocorreu em 16 de dezembro de 1916, no escritório do Dr. Frederico Vergueiro Steidel, professor de Direito Comercial da "São Francisco". Elegeu-se um conselho deliberativo e uma diretoria com mandato até 1917, dos quais faziam parte: Frederico Vergueiro Steidel, Paula Souza, Arnaldo Vieira de Carvalho, Abelardo Vergueiro Cesar, Gama Cerqueira, Laerte Assunção, Arquimedes Pereira Guimarães, Clovis Ribeiro, Plínio Barreto, Ernesto de Souza Campos, Antonio Sampaio Dória, Tomás Lessa e Francisco Alves dos Santos. A Liga, portanto, entra em cena com um elenco de renome: professores das faculdades de direito, medicina e engenharia, jornalistas, juristas e estudantes .

No discurso inaugural, seu presidente Dr. Vergueiro Steidel, propunha que as atividades iniciais privilegiassem dois dos objetivos gerais da sociedade: difusão do ensino e educação política e cívica da população. Para tanto, propunha: a fundação de uma escola noturna para operários que teria como professores, estudantes filiados à entidade; a realização de conferências "tendo em vista o civismo" e a organização de uma comissão encarregada de promover o alistamento eleitoral. A proposta foi aprovada, tendo sido constituídas as respectivas comissões.

A comissão encarregada da promoção do alistamento eleitoral, integrada por Waldemar Ferreira, Tomás Lessa e Júlio de Mesquita Filho, publicou um manifesto que tecia considerações sobre a importância do exercício do voto, e informava que a Liga se dispunha

a fornecer instruções e facilitar o alistamento eleitoral (o voto não era obrigatório).

O aumento do número de eleitores e o estímulo ao seu comparecimento às eleições eram peças importantes para tentar mudar o quadro vigente, de modo a fazer frente aos currais eleitorais que consagravam as chapas completas do PRP e impediam a eleição de candidatos independentes ou oposicionistas, nas eleições federais, estaduais e municipais.

Para a instalação das escolas noturnas, a Liga obteve a colaboração do governo estadual que providenciou a cessão de estabelecimentos de ensino.

Em 1918, cinco escolas noturnas da Liga Nacionalista já se achavam em funcionamento, contando com 571 alunos matriculados.

No ano seguinte, a Liga recrudesceu a campanha para a promoção do alistamento eleitoral; era o ano da segunda campanha presidencial de Rui Barbosa, e a mocidade acadêmica estava ao seu lado novamente.

Uma das mais importantes campanhas desenvolvidas pela Liga Nacionalista foi a do voto secreto, iniciada em 1920. A instituição apoiou integralmente a ação de um grupo de deputados que havia apresentado, na Câmara dos Deputados, projeto instituindo o voto secreto. Foram enviadas representações ao presidente da República e ao presidente do Estado; solicitou-se a colaboração dos principais jornais do país; publicaram-se manifestos. A campanha intensificou-se, nos anos seguintes, numa tentativa de sensibilizar a opinião pública e os parlamentares para a necessidade de moralizar a realização das eleições.

Como sabemos, essa luta foi em vão; o voto secreto só seria adotado após a Revolução de 30.

É impossível resumir num artigo a intensa atividade desenvolvida pela Liga Nacionalista em seus oito anos de existência, porém, é mister reconhecer seu papel na luta para promover a mudança dos costumes e práticas que corrompiam os princípios democráticos da ainda jovem república brasileira.

Após a Revolução de 1924, sob a suspeita de haver colaborado com os revoltosos, a Liga foi fechada. Renasceria, logo em seguida, sob a denominação de Liga do Voto Secreto. Em 1926, vamos encontrar seus fundadores na ponta de lança do Partido Democrático.

HOMENS REAIS E HOMENS IMAGINÁRIOS: UMA DISCUSSÃO SOBRE A HISTÓRIA

José Flávio PEREIRA*

RESUMO

Analisamos, a partir da leitura de alguns autores clássicos - Marx, Engels, Maquiavel, Thomas More, Shakespeare, Michelet, etc -, as influências romântico-utópicas presentes na concepção histórica marxista.

Palavras-chave: Maquiavel, Marx, utopia, realismo histórico, socialismo.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo, com esse trabalho, é fazer uma análise comparativa das duas concepções de homem que servem, geralmente, como pressuposto teórico-político para os estudos da sociedade e para a intervenção prática nessa sociedade: aquela que pressupõe o homem **como ele é de fato**, isto é, um ser **real**, e aquela que o pressupõe **como ele deveria ser**, ou seja, um ser **imaginário**.

O que motivou-nos a realizar esse estudo foi a conjuntura política mundial que se produziu a partir da década de 1980. Nessa conjuntura, o acontecimento histórico mais notável, para estudiosos, estadistas e militantes políticos, foi, sem dúvida, o desmanche simultâ-

(*) Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

neo do chamado *socialismo real* (ou de *acumulação*, conforme preferem denominá-lo alguns autores) e do chamado **Estado do Bem-Estar (Welfare State)**. Isso provocou, inevitavelmente, um abalo e um questionamento de muitas teorias e paradigmas históricos de crítica e de reconstrução social. Não resta dúvida de que o abalo maior foi sentido principalmente por aquelas teorias e concepções que inspiram-se, de maneira direta ou indireta, no marxismo. Porém, diante dessa turbulência histórica, as reações foram díspares entre pensadores e militantes marxistas.

Uns, fiéis a uma postura crítica bastante difundida antes da queda do Muro de Berlim, que julgava o **Socialismo Real** resultado prático de uma perversão do projeto ou *idéia socialista* (Chasin, 1987:40), permaneceram leais ao que chamam de verdadeiro marxismo e verdadeiro socialismo. Partindo, portanto, do pressuposto de que o fim do Leste Europeu não é *o fim do socialismo, mas sim o fim de uma tentativa inglória de construção de uma sociedade que não conseguiu ir além do capital* (Antunes, 1997: 62-63 e Gorender, 1997), estes autores continuam, ainda, fiéis à antiga tese que aponta o socialismo *como a única alternativa* política capaz de trazer a felicidade para a humanidade (Antunes, 1987).

Outros, diante da força dos fatos, começaram a perguntar se o fim do Socialismo Real, considerado até então como uma etapa social anterior ao comunismo, não seria a comprovação histórica de que as concepções teóricas que o fundamentavam não passavam, no fundo, de concepções romântico-utópicas sobre o destino histórico do homem e da sociedade.

Observar-se-á, nas páginas seguintes, que o presente estudo tem como preocupação principal oferecer alguns elementos preliminares que possam contribuir para verificar as influências da tradição romântico-utópica nos projetos socialistas de crítica e reconstrução social.

A reflexão é desenvolvida a partir de algumas obras clássicas do pensamento humano, obras essas que representaram e representam verdadeiras linhas mestras não somente na construção do conhecimento da sociedade moderna, mas também na formulação de projetos políticos de transformação dessa sociedade. Foram escolhidos, assim, como material de análise, alguns autores nos quais as discussões sobre a

natureza dos homens vem subordinada, explicitamente, à tentativa de encontrar pressupostos para o encaminhamento das questões práticas da sociedade: Maquiavel. Marx, Thomas More, entre outros.

O HOMEM REAL DE MAQUIAVEL

Dentre esses autores, tomamos Maquiavel como ponto de partida da discussão. Procedemos dessa maneira porque acreditamos que cabe a ele o mérito de ter apresentado e analisado o tema em foco de maneira bastante penetrante e provocadora. Em sua obra podemos perceber importância que tem o estudo sobre a natureza do homem para o encaminhamento das questões práticas da vida social.

Ciente de que o caminho mais seguro para se obter sucesso nas empresas políticas é o conhecimento dos mecanismos mais profundos do organismo social, Maquiavel indica alguns pressupostos teóricos acerca da natureza da sociedade e dos homens que poderão servir como referencial às ações políticas do príncipe.

Em seu livro mais conhecido, **O Príncipe**, esse pensador florentino assinala que não tratará de homens, *repúblicas ou principados imaginários* que nunca existiram na História, mas sim de homens e sociedades reais. Dizendo, portanto, que vai se ater à *verdade extraída de fatos* e não à *verdade extraída à imaginação* desses fatos, Maquiavel passa a discorrer sobre o que ele chama de homens e *príncipes verdadeiros* (Maquiavel, 1983: 89-90).

Diz ele que os homens, e especialmente os príncipes, quando analisados, *se fazem notar por alguns daqueles atributos que lhes acarretam ou reprovação ou louvor* (Maquiavel, 1983: 90). Assim, uns são tidos por liberais, outros por austeros: uns são considerados pródigos, outros avaros; alguns humanos, outros desumanos: uns piedosos, outros cruéis; uns tolerantes, outros intolerantes: alguns religiosos, outros incrédulos; e assim por diante.

No íntimo de cada um de nós, diz Maquiavel desejariamos que o príncipe possuísse somente aqueles atributos ou qualidades louváveis, ou seja, que ele fosse humano, piedoso, liberal, etc. Isso, entretanto, fica somente a nível do nosso desejo, diz ele, pois as *contingências humanas* não permitem tal pureza na pessoa do príncipe (Maquiavel, 1983: 90).

Isso acontece por duas razões.

Em primeiro lugar, porque o príncipe é um ser humano como outro qualquer, isto é, é um ser real e não *imaginário*. Sendo assim, é inevitável que determinados vícios comuns aos mortais também fazem parte de sua personalidade e do seu caráter. O príncipe não deve, pois, se violentar no sentido de tentar ser o que ele não é. O máximo que ele deve fazer é ser *prudente* e evitar ou dissimular aqueles vícios que provoquem *infâmia* e, conseqüentemente, o façam *perder o poder* (Maquiavel, 1983:90).

Em segundo lugar, porque o príncipe vive e lida com homens concretos, não *imaginários*. Ora, diz Maquiavel, os homens são maus, isto é, são ingratos, volúveis, simuladores, tementes do perigo, ambiciosos de ganho... Por isso, o príncipe deve evitar fazer profissão de bondade, pois se assim o fizer fatalmente perder-se-á em meio a tantos [homens] que não são bons! (Maquiavel, 1983:96)

Podemos perceber, aí, onde Maquiavel pretendia chegar quando afirmava que procuraria considerar o príncipe e os homens em geral não como seres imaginários mas sim como seres reais, verdadeiros. Sendo assim, ao julgar as atitudes do príncipe e tentar sugerir-lhe estratégias de ação, esse pensador italiano orienta-se por um profundo realismo. Alerta, portanto, o príncipe para o perigo de nutrir ilusões em relação aos homens, ou seja, para o perigo de tê-los como depositários de uma natureza pura segundo um modelo de homem ideal.¹ Os homens

(1) Espinosa pensa igual a Maquiavel a esse respeito. Embora tenha descrito as instituições de uma nova ordem política, ele não alimenta ilusões em relação à natureza humana: Os filósofos concebem as emoções que se combatem entre si, em nós, como vícios em que os homens caem por erro próprio; é por isso que se habituaram a ridicularizá-los, deplorá-los, reprová-los ou, quando querem parecer mais morais, detestá-los. Julgam assim agir divinamente e elevar-se ao pedestal da sabedoria, prodigalizando toda espécie de louvores a uma natureza humana que em parte alguma existe. Concebem os homens, efetivamente, não tais como são, mas como eles próprios gostariam que fossem. Daí, por conseqüência, que quase todos, em vez de uma ética, hajam escrito uma sátira, e não tinham sobre política vistas que possam ser postas em prática, devendo a política, tal como a concebem, ser tomada por quimera, ou como respeitando ao domínio da utopia ou idade de ouro, isto é, a um tempo em que nenhuma instituição era necessária. Portanto, entre todas as ciências que têm uma aplicação, é a política o campo em que a teoria passa por diferir mais da prática, e não há homens que se pense menos próprios para governar o Estado do que os teóricos, quer dizer os filósofos (Espinosa, 1983: 305)

não são assim, alerta Maquiavel, porque eles agem somente em função de seus interesses pessoais e são, portanto, mesquinhos, ambiciosos de ganho, egoístas, volúveis, cruéis, etc.

Conseqüentemente, o príncipe não pode cometer a imprudência de ficar concebendo *repúblicas e principados jamais vistos ou conhecidos como tendo realmente existido* (Maquiavel, 1983:89-90). Se assim ele procedesse, estaria tomando como parâmetro de sua ação o modo como os homens deveriam ser e viver num outro estado social, o que seria correr o risco de sua ruína pessoal e da perda e desorganização do estado. Daria, ao contrário, uma demonstração de prudência e sabedoria política se procurasse orientar-se, em seus atos, pelo modo como os homens são e vivem no presente. Procedendo assim, ele estaria possibilitando sucesso em suas ações e segurança e bem estar para seus súditos.

Diante de tudo isso, algumas conclusões podem ser tiradas.

A primeira, é que Maquiavel não alimenta ilusões em relação à pureza do homem em geral, isto é, aos homens de todas as classes sociais. Não existe, pois, nesse autor a intenção, pelo menos explícita, de escolher os indivíduos de uma ou outra classe social como depositários da pureza moral.

A segunda, é que não existe a idéia de reformar o caráter ou a essência moral dos homens. Diz Maquiavel que os homens são seres cujas características são determinadas pelas *contingências* concretas da vida. Desejar, assim, um outro ser humano diante dessas *contingências* é especular sobre algo que poderia ser. Isso não leva a nada, já que faz com que esqueçamos do mundo que nos cerca e das coisas que fazemos para nos fixarmos em um mundo imaginário e em coisas que deveríamos fazer.

Pelo visto, Maquiavel não deixaria brecha para se pensar na possibilidade do processo social. Em outras palavras, ele não abriria-nos a possibilidade de podermos pensar e desejar uma outra sociedade e outros valores humanos que não sejam aqueles existentes. Mas será que é isso mesmo?

Por que, então, no penúltimo capítulo de **O Príncipe** ele vai contra o desânimo e o fatalismo que domina os homens de sua época em razão da rapidez e força do processo de decomposição das relações

sociais feudais, *que se observa todos os dias, independente de qualquer conjectura humana* (Maquiavel, 1983:139)?

Por que ele critica aqueles que acreditam *que as coisas do mundo sejam governadas pela fortuna e por Deus, de forma que os homens, com sua prudência, não podem modificar nem evitar de forma alguma...* (Maquiavel, 1983:139)?

Por que ele diz que a sorte governa e é o árbitro da metade das nossas ações, enquanto que a outra metade das nossas ações pode perfeitamente ser governada pelo nosso livre arbítrio (Maquiavel, 1983:139)?

Por que, finalmente, no último capítulo da mesma obra, Maquiavel defende a idéia de que na Itália, em 1513, correm *tempos capazes de nela introduzir nova organização que faça bem a todo o povo* (Maquiavel, 1983:143)?

Estariamos, aqui, então, diante de uma contradição entre aquele seu conformismo político transparente em determinadas partes de sua obra, do qual demos exemplo linhas acima, e essa sua recusa em aceitar o mundo como ele está, acreditando-se que é possível, historicamente falando, introduzir *uma nova organização política* que faça bem a todas as classes, isto é, inclusive ao povo italiano. Acreditamos, todavia, que essa contradição não existe ou ela é apenas aparente. Na verdade, esse florentino era um estadista e pensador fortemente engajado nas grandes transformações históricas do período renascentista.

Se ele se apegava à forma *como se vive* o homem e não à forma como ele *deveria viver*, é unicamente para se distinguir daqueles pensadores que, para enfrentar as questões humanas, tomam, como pressuposto teórico-filosófico, uma forma ideal de homem, isto é, um homem cuja essência seja apenas bondade, virtude, piedade, grandeza moral, etc. Embora não faça referência explícita a nenhum autor específico, na verdade Maquiavel está se opondo a toda uma tradição teórico-filosófica idealista de crítica e de reconstrução social, que se manifesta em Platão e chega até sua época, séculos XV-XVI, com Thomas More, por exemplo.

Como se sabe, deve-se às idéias fantasiosas e imaginárias sobre a organização da sociedade expendidas por Thomas More em sua célebre **Utopia** (More, 1972) a origem mais remota do termo *sociedade*

utópica. A partir daí, toda e qualquer proposta ideal e perfeita de sociedade passou a ser caracterizada como algo utópico e, portanto, irrealizável.

Nessa obra, observamos a referência apologética a um estado de coisas reinante na república imaginária da ilha de Utopus, o qual seu autor aspirava um dia ser estabelecido na Inglaterra. Tal estado de coisas aspirado por Thomas More requeria, para ser concretizado, uma radical subversão da sociedade inglesa e significava, no fundo, a construção de um novo homem e de novas relações humanas.

Num dos capítulos da **Utopia**, intitulado **Das relações mútuas entre os cidadãos**, esse reformador inglês mostra o seu ideal de homem ao fazer uma crítica profunda ao homem avarento, egoísta e orgulhoso que ambiciona *possuir mais do que é preciso* para suas necessidades e, com isso, *ultrapassar em opulência os seus iguais e a deslumbrá-los pelo aparato de um luxo supérfluo* (More, 1972:233-240). O homem ideal de Thomas More é, pois, o avesso do homem egoísta e calculista que age zelosamente em função de seus interesses pessoais objetivando o acúmulo crescente de riqueza e poder, tal como seria posteriormente descrito magistralmente por Adam Smith em **A riqueza das nações**.²

Percebemos que Thomas More vê o surgimento de um novo homem como ponto de chegada das transformações da sociedade. É preciso ressaltar, contudo, que esse novo homem e essas novas relações sociais não são vislumbradas a partir de um olhar prospectivo voltado para o futuro. Em outras palavras, esse novo homem não será produzido a partir de reformas sociais que proponham aperfeiçoar a sociedade incorporando o progresso material já conquistado. Ao contrário, o que

(2) O homem... tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto estima dos outros, mostrando-lhe que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer - esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (Smith, 1983:50).

se percebe é uma recusa e uma insatisfação com relações econômicas, políticas, etc., que permitem que uma parte dos homens se sobressaia através da opulência material; através das superfluidades do luxo. Portanto, o novo homem de Thomas More não é concebido como resultado do amadurecimento das condições históricas da sociedade e nem é vislumbrado no futuro, mas sim no passado, ou seja, num estágio social onde os indivíduos não tinham gostos supérfluos nem luxo, mas apenas necessidades e prazeres modestos e frugais. O homem imaginado ou imaginário de Thomas More se pareceria, dessa maneira, mais com o homem do passado, da Idade do Ouro, do que com um homem do futuro. Seria, aproximadamente, o mesmo homem natural da comunidade primitiva, o **bom selvagem** que Rousseau idealizaria no século dezoito sem ter a certeza, ele próprio, de que esse homem teria realmente existido algum dia na história da sociedade humana.³

Mas, evidentemente, a maneira de Maquiavel encaminhar as reflexões sobre a natureza do homem, sobre a ação política e sobre as transformações históricas, tem um alcance teórico-político que extrapola os debates e combates políticos de sua época. Suas reflexões tem servido, inclusive, como um instrumento teórico precioso na análise das questões de nossa época, conforme fica demonstrado pela imensa quantidade de referências ao seu pensamento que quotidianamente aparecem nos discursos de políticos, nos jornais, nos estudos de historiadores, economistas, filósofos e cientistas sociais. Essas manifestações são, acreditamos nós, uma prova convincente da atualidade do pensamento deste célebre escritor e estadista do renascimento italiano.

(3) Que meus leitores não pensem que ousou iludir-me julgando Ter visto o que me parece tão difícil de ser visto. Iniciei alguns raciocínios, arrisquei algumas conjecturas, antes com intenção de esclarecer e de reduzir a questão ao seu verdadeiro estado do que na esperança de resolvê-la. Outros poderão, desembaraçadamente ir mais longe na mesma direção, sem que para ninguém seja fácil chegar ao término pois ***não constitui empreendimento trivial separar o que há de original e de artificial na natureza atual do homem, e conhecer com exatidão um estado que não mais existe, que talvez nunca tenha existido, que provavelmente jamais existirá***, e sobre o qual se tem, contudo, a necessidade de alcançar noções exatas para bem julgar de nosso estado presente (Rousseau, 1978: 228-229). Na obra prima de Cervantes, **Dom Quixote**, também encontramos uma descrição desse modo de vida ideal que teria vigorado na Idade de Ouro (Cervantes, 1978: 66-67).

MAQUIAVEL, MARX E O REALISMO HISTÓRICO

Muitos estudiosos tem retomado o estudo da obra de Maquiavel objetivando justamente servir-se dela para combater as influências do utopismo ou irrealismo histórico nas análises e nas propostas de intervenção prática na sociedade. Claude Lefort, por exemplo, retoma o estudo da obra de Maquiavel objetivando demonstrar que ela é impregnada da mesma paixão realista que caracteriza a obra de Marx:

A idéia de confrontar a obra de Maquiavel com a de Marx é sugerida pela observação segundo a qual tanto uma como a outra são habitadas por uma mesma paixão realista. Com este termo queremos, primeiramente, designar, segundo o uso corrente, o desejo de um modo de ação que responde a móveis e se subordina a fins cuja observação mostra serem efetivamente os móveis e os fins de uma humanidade empírica. [...] O realismo de Maquiavel, assim como o de Marx, é sustentado pela idéia de que a realidade empírica, tal como a compõe a história dos homens, é acessível ao conhecimento, que descobre nela o fundamento da ação adequada. O que constitui a originalidade comum no procedimento deles é que ambos partem da certeza de que o real é o que é e que, de uma certa maneira, não há nada a mudar nele, mas daí deduzem, todavia, uma tarefa prática: paradoxo deliberadamente enfrentando e aparentemente resolvido por meio do pensamento segundo o qual esta tarefa se acha inscrita na realidade empírica, quer seja pouco a pouco formada no curso de uma história cumulativa até a etapa em que sua definição se torna evidente, quer esteja sempre presente e sempre exposta ao acaso da aventura social em uma história repetitiva. O realismo não faz mais do que marcar o momento de uma realidade reconhecida por aquilo que é, mas este momento não se define, quer para Maquiavel, quer para Marx, pela referência exclusiva à consciência reflexiva: é momento da realidade como tal, marcando o advento definitivo ou o afloramento momentâneo de uma realidade igual a si mesma (Lefort, 1979: 187-188).

Segundo Lefort, o que aproxima Maquiavel e Marx em termos teórico-metodológicos é o fato de ambos conceberem as transformações históricas não partir de um ato de vontade dos indivíduos que se rebelam contra a *realidade empírica* ou o *real* tal como *ele é*, mas sim como o engajamento destes indivíduos numa *tarefa prática* de transformação social que se funda e se impõe a eles no curso de desenvolvimento de uma *história empírica*.

Nessa ordem de raciocínio, Maquiavel e Marx seriam realistas, por um lado, porque concebem os *móveis* da ação revolucionária como concretos, empíricos e, por outro, porque concebem o ponto de chegada ou os *fins* das transformações como derivação dessa realidade empírica tal como ela é, e não como derivação idealizada pelos homens.

Acreditamos não existir dificuldades para caracterizar esses dois autores como pensadores realistas se examinarmos a maneira como colocam a questão relativa aos *móveis* da transformação revolucionária da sociedade.

Em Maquiavel, conforme já adiantamos rapidamente mais acima, a ação política transformadora só é possível se correrem *tempos capazes* (condições políticas, econômicas, sociais, etc.. objetivas) para tanto, idéia essa que aparece de maneira bastante clara no último capítulo de **O Príncipe**:

Consideradas, pois, todas as coisas já expostas, pensando comigo mesmo se no momento presente, na Itália, corriam tempos capazes de honrar um príncipe novo e se havia matéria que assegurasse a alguém, prudente e valoroso, a oportunidade de nela introduzir nova organização que a ele desse honras e fizesse bem a todo o povo, quer me parecer concorrerem tantas circunstâncias favoráveis a um príncipe novo que não sei qual o tempo que poderia ser mais adequado para isto. E se, como já disse, para se conhecer a virtude de Moisés foi necessário que o povo de Israel estivesse escravizado no Egito, para conhecer a grandeza de Ciro, que os persas fossem oprimidos pelos medas, e o valor de Teseu, que os atenienses estivessem dispersos, também no presente, querendo conhecer a virtude de um espírito italiano, seria necessário que a Itália se reduzisse ao ponto em que se

encontra no momento, que ela fosse mais escravizada do que os hebreus, mais oprimida do que os persas, mais desunida do que os atenienses, sem chefe, sem ordem, batida, espoliada, lacerada, invadida, e tivesse suportado ruína de toda sorte (Maquiavel, 1983: 143-144).

Em Marx e Engels encontramos, igualmente, a idéia de que as transformações somente são possíveis se existirem condições objetivas (econômico-sociais) para tanto:

a libertação [isto é, a produção do novo homem, do homem] igualitarista, é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é efetivada por condições históricas, pela situação da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio... (Marx e Engels, 1982: 65)

Porém, quando se trata de analisar o realismo de Maquiavel e Marx a partir da maneira como eles colocam a Questão dos *fins* das transformações revolucionárias, acreditamos surgir sérias dificuldades caso queiramos aproximá-los teoricamente.

Maquiavel, conforme já foi notado por Claude Lefort e Marx Horkheimer (Lefort, 1979 e Horkheimer, 1970), entende que a sociedade está submetida a constantes mudanças cíclicas que a elevam da desordem-pobreza à ordem-prosperidade, e vice-versa. Não existe, portanto, no pensamento de Maquiavel, tal como aparece no pensamento de Marx, a idéia de uma etapa histórica superior e definitiva na qual, finalmente, o homem viria a se redimir em todos os níveis e encontrar-se com sua verdadeira essência. Na sua célebre obra **História de Florença**, essa concepção de história cíclica aparece claramente:

Costumam as províncias [estados, sociedades], as mais das vezes, nas mudanças a que são submetidas, da ordem vir à desordem, e novamente, depois, passar da desordem à ordem: porque não estando na natureza das coisas deste mundo o deter-se, quando chegam à sua máxima perfeição, não mais podendo se elevar, convém que precipitem; e de igual maneira, uma vez caídas e pelas desordens chegadas à máxima baixaza, necessariamente não podendo mais cair convém que se elevem: assim, sempre do bem se cai no mal e do mal eleva-se ao bem. Porque a virtude gera a

tranquilidade, a tranquilidade, ócio, o ócio, desordem, a desordem, ruína; e igualmente, da ruína nasce a ordem, da ordem a virtude, e desta, a glória e a prosperidade (Maquiavel, 1994: 223).

Mas o que faz com que Maquiavel se desvie deste ponto de chegada histórico último e definitivo? Tudo leva a crer que é porque ele evita adotar um pressuposto filosófico apriorístico para analisar o homem e os rumos históricos da sociedade. Maquiavel procede distintamente seja de Thomas More, que pensa todos os detalhes da organização social da **Utopia** a partir da doutrina cristã-católica e da filosofia epicurista-platônica⁴, seja de Marx, que pensa a futura sociedade a partir da realização de uma essência igualitarista no novo homem.

Tomando, portanto, um outro caminho analítico, Maquiavel esclarece que vai basear-se na experiência histórica passada e presente da humanidade para oferecer sugestões para a nova sociedade.⁵

No passado, ele vai inspirar-se na experiência política da República romana, forma de sociedade esta que teria adquirido, na sua opinião, o mais alto grau de perfeição permitido às instituições humanas:

No princípio da sua vida, essa cidade [Roma] não teve um Licurgo que lhe desse leis, que estabelecesse ali um governo capaz de conservar a liberdade por muito tempo.

Contudo, devido aos acontecimentos que fizeram nascer no seio o ciúme que sempre separou o povo dos poderosos, Roma conseguiu o que seu legislador não lhe tinha concedido. Com efeito, se a cidade não se beneficiou da primeira

(4) Têm (os utopianos) por princípio não discutir jamais sobre o **Bem** e o **Mal**, sem partir dos axiomas da religião e da filosofia; de outra maneira, temeriam raciocinar em bases falhas e edificar falsas teorias (More, 1973: 250).

(5) Costumam, o mais das vezes, aqueles que desejam conquistar as graças de um Príncipe, trazer-lhe aquelas coisas que consideram mais caras ou nas quais o vejam encontrar deleite, donde se vê amiúde serem a ele oferecidos cavalos, armas, tecidos de ouro, pedras preciosas e outros ornamentos semelhantes, dignos de sua grandeza. Desejando eu, portanto, oferecer-me a Vossa submissão, não encontrei entre os meus cabedais coisa a mim mais cara ou que tanto estime, quanto **o conhecimento das ações dos grandes homens apreendido através de uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas**, as quais tendo, com grande diligência, longamente perscrutado e examinado e; agora, reduzido a um pequeno volume, envio a Vossa Magnificência (Maquiavel, 1983:3).

vantagem que indiquei, teve a segunda; e se suas primeiras leis eram defeituosas, jamais se afastaram do caminho que podia levá-las à Perfeição.

[...] a sorte favoreceu Roma de tal modo que, embora tenha passado da monarquia aristocracia e ao governo popular, seguindo a degradação provocada pelas causas que estudamos, o poder real não cedeu toda sua autoridade para os aristocratas, nem o poder destes foi todo transferido para o povo. O equilíbrio dos três poderes fez assim com que nascesse uma república perfeita. A fonte desta perfeição, todavia, foi a desunião do povo e do Senado... (Maquiavel, 1991: 26-27)

No presente, Maquiavel inspira-se na experiência histórica da sociedade francesa, que seria, no seu julgamento, um dos reinos bem organizados e governados do século XVI:

Os Estados bem organizados e os príncipes hábeis têm com toda a diligência procurado não desesperar os grandes e satisfazer o povo conservando-o contente, mesmo porque este é um dos mais importantes assuntos de que um príncipe tenha de tratar.

Entre os reinos bem organizados e governados nos nossos tempos está aquele de França. Nele existem inúmeras boas instituições, das quais dependem a liberdade e a segurança do rei; a primeira delas é o Parlamento com a sua autoridade. Aquele que organizou esse reino, conhecendo a ambição dos poderosos e a sua insolência, julgando ser necessário pôr um freio para corrigi-los e, de outra parte, por conhecer o ódio da maioria contra os grandes com base no medo, desejando protegê-la mas não querendo fosse este particular cuidado do rei, buscou dele retirar o peso da odiosidade dos grandes em sendo favorecido o povo ou deste ao dever apoiar os grandes; por isso, constituiu um terceiro juiz que fosse aquele que, sem responsabilidade do rei, contivesse os grandes e amparasse os pequenos. Essa ordem não podia ser melhor nem mais prudente... (Maquiavel, 1983:107-108)

Esta claro, aí, que tanto a Roma antiga como a França moderna são, para Maquiavel, exemplos de sociedades *perfeitas*. Entretanto, elas são *perfeitas* não porque são sociedades sem conflitos, igualitárias e compostas de homens totalmente virtuosos, mas sim porque nelas foi possível instituir o que Maquiavel denomina de *equilíbrio* entre os três poderes sociais existentes, a saber: o poder do Estado, o poder da aristocracia e o poder do povo. Elas são *perfeitas*, pois, apenas no sentido de que os homens que a formam conseguiram, de acordo com as possibilidades e *contingências concretas da vida*, criar instituições eficazes na administração dos conflitos humanos de modo a tornar possível a vida social.

Marx, ao contrário, como já adiantamos, acredita num ponto de chegada histórico no qual existiria um homem livre e *igualitarista*, vivendo no interior de relações sociais harmônicas, planejadas e reguladas de maneira consciente e científica. Esse ponto de chegada seria, conforme está escrito em **O Capital**, uma *forma social superior, tendo por princípio fundamental o desenvolvimento livre e integral de cada indivíduo* (Marx, 1979:688).⁶

Nesta forma social superior, futurista, seria possível conjugar *o trabalho produtivo de todos os membros além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de elevar na produção social e de único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos* (Marx, 1979: 554).

Observa-se, aqui, a crença na realização futura de um modelo ideal de ser humano nunca visto na história passada e presente da humanidade, um homem não apenas livre e igualitarista, mas também plena e integralmente desenvolvido. A realização desse ideal de homem significaria, para Marx, a *revolução mais radical* e original da história justamente porque, ao contrário das revoluções anteriores, promoveria a total dissolução do *modo de atividade* assalariado, das classes sociais existentes e instauraria, ao final, um novo *modo de atividade* baseado na inexistência de classes e no trabalho comunitário planejado.

⁽⁶⁾ Esse ideal de sociedade harmônica do futuro já aparece no **Manifesto do Partido Comunista**, que é uma obra da juventude dos criadores do marxismo: Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos (Marx e Engels, 1979:38).

Mas não é só isso que faz com que tal revolução seja a mais radical e original em todos os tempos. Para Marx, essa revolução assume tais características porque, curiosamente, é justamente a classe trabalhadora, genuíno produto histórico e um dos alicerces da sociedade burguesa, que chama para si a tarefa de promovê-la. A classe trabalhadora assume tal tarefa revolucionária, diz Marx, porque ela é uma

classe que tem de suportar todos os encargos da sociedade sem usufruir de suas vantagens; uma classe que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes - uma classe que englobará a maioria dos membros da ,sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista... (Marx e Engels, 1979:109)

Vemos, assim, que a nova sociedade e o novo homem tornam-se uma possibilidade histórica efetiva não somente porque existem condições materiais para tanto, mas também porque existe uma classe cuja característica é ser a mais revolucionária entre todas as que existem ou existiram, pelo fato de que a consciência comunista, que dela emana, leva-a lutar pela dissolução de todas as classes, incluindo-se a si própria. Claude Lefort, fiel a essa visão de Marx, define bem a natureza e a essência política da classe trabalhadora:

Na época contemporânea, a vontade do proletariado é a de uma classe de um gênero inteiramente novo, cuja natureza é tal que não poderia, por sua emancipação, restabelecer uma nova exploração e uma nova dominação sociais (Lefort, 1979:196).

Essa é, sem dúvida, uma crença idílica na superioridade moral e na capacidade política dos trabalhadores de regenerar a sociedade em todos os sentidos, inclusive no moral. É evidente que essa característica do pensamento marxista aparece de maneira mais clara e explícita nas obras da juventude de Marx e Engels, como **A ideologia alemã** e **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**.

Na **Ideologia alemã**, está dito que a classe trabalhadora é a única classe que tem condições de derrubar a classe burguesa e, além disso, de *varrer toda a podridão do velho sistema e tornar-se capaz de fundar a sociedade sobre bases novas (Marx e Engels, 1982: 108-109).*

Em **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**, os trabalhadores aparecem como superiores em todas as qualidades:

Se, como vimos, o operário já não pode valorizar as suas qualidades humanas senão opondo-se ao conjunto das suas condições de vida, é natural que seja precisamente nesta oposição que os operários se mostrem mais simpáticos, mais nobres, e mais humanos (Engels, 1975:268).

Mas essa tese não deixa de aparecer, embora com menos frequência e mais camuflada, nas obras posteriores de Marx. No *Posfácio de O Capital*, que é uma obra científica madura. Marx diz, ao fazer suas as palavras de um crítico, que a grande capacidade teórica que havia desaparecido das classes cultas ressurgiu, em seguida, na classe trabalhadora.⁷

Nesta altura caberiam algumas perguntas: seria uma avaliação realista julgar que a única classe realmente revolucionária e comprometida com a limpeza da *podridão* reinante na sociedade é a trabalhadora? Se ela é a única classe verdadeiramente revolucionária, porque, então, Marx e Engels, enquanto vivos, já se diziam preocupados com o aburguesamento e o reformismo da classe operária inglesa, e porque, ainda, Lênin, posteriormente, gastou grande parte de sua energia revolucionária para combater os desvios oportunistas e reformistas do movimento operário? No que Marx e Engels teriam se baseado para formular tal tese? Isso não seria uma demonstração de uma boa dose de romantismo e imaginação fantasiosa dos dois acerca dos trabalhadores e do seu papel na história? Não seria, finalmente, uma prova de que Marx e Engels não teriam conseguido romper totalmente com a tradição teórica romântico-utópica?

Acreditamos que tais perguntas não são despropositadas se observarmos, além das evidências históricas concretas do movimento operário, a semelhança existente entre essa maneira de Marx e Engels

⁽⁷⁾ A melhor recompensa para o meu trabalho é a compreensão que **O Capital** rapidamente encontrou em amplos círculos da classe trabalhadora alemã. Homem situado economicamente no mundo burguês, Herr Mayer, industrial de Viena, em brochura que publicou durante a guerra franco-prussiana, pôs em evidência que a grande capacidade teórica, considerada patrimônio hereditário teuto, desapareceu por completo das chamadas classes cultas da Alemanha, ressurgindo, entretanto, em sua classe trabalhadora (Marx, 1979:9).

abordar a questão da capacidade político-moral regeneradora dos trabalhadores e a maneira como notórios autores românticos a abordam.

Para Michelet, por exemplo, os trabalhadores representam a única grande força regeneradora da sociedade:

Vinde, trabalhadores. Nós (da burguesia) vos abriremos os braços. Trazei-nos um calor novo; que o mundo, a vida e a ciência recomecem uma vez mais (Michelet, 1988:101).

Em Goethe, pensador romântico anterior a Michelet, aparece a mesma abordagem a respeito da chamada classe *inculta e grosseira*:

... esse amor, essa fidelidade, essa paixão, estão longe de ser uma ficção poética! O amor existe e palpita em sua grande pureza entre os homens da classe que nós chamamos inculta e grosseira, nós, a gente cultivada... dessorada e reduzida a coisa alguma pela cultura! (Goethe, 1983:376-377)

E, com efeito, em razão dessas e de outras evidências que muitos estudiosos tem identificado fortes traços romântico-utópicos na obra de Marx/Engels.

Num trabalho publicado em 1987, Henrique Lima Vaz mostra que, no fundo, o marxismo original se liga à tradição crítico-romântica pós Revolução Francesa. Marx perfila-se, assim, a uma postura teórica que, profundamente insatisfeita com os desdobramentos sociais inusitados do movimento revolucionário que alienam o homem da riqueza, da liberdade e da igualdade, constrói ou aperfeiçoa a crença no advento de uma futura sociedade desalienada na qual esse homem viria a se realizar integralmente, isto é, material e espiritualmente. Esse é, segundo Lima Vaz, um ponto de partida hegeliano-romântico de Marx, pelo qual se acredita na prognose de uma futura sociedade desalienada (Vaz, 1987).

Lembra, ainda, Lima Vaz, que Marx procurou, através da crítica ao método hegeliano e através de uma análise crítico-empírica da sociedade burguesa, com base na economia política, fundamentar uma teoria materialista do desenvolvimento histórico mas, no fundo, não conseguiu romper totalmente com suas origens teóricas romântico-idealistas. Assim, conclui Lima Vaz, a teoria marxista só consegue se colocar como uma teoria revolucionária a partir de uma concepção histórica

finalista que acredita na futura realização do homem desalienado (Vaz, 1987).

Podemos constatar, a esta altura da discussão, que tanto Marx como Maquiavel tem, como objetivo ou fim político, a instauração de nova ordem social. Entretanto, suas concepções de novo homem são radicalmente distintas, o que faz com que um pinte essa nova ordem social com cores realistas e o outro a pinte com cores imaginárias ou utópicas.

Enquanto Maquiavel aspira uma sociedade que seja *perfeita* apenas no sentido de saber explorar os conflitos de interesses das classes sociais de maneira a criar instituições capazes de administrá-los politicamente e tornar possível, assim, a convivência social, Marx, ao contrário, aspira uma ordem social *perfeita* no sentido de que, nela, esses conflitos de classes desapareçam total e definitivamente.

Enquanto Maquiavel, como vimos, não alimenta ilusões em relação à pureza moral e política dos homens de todas as classes sociais e não escolhe, por isso, nenhuma delas como redentora da humanidade, Marx, ao contrário, acredita nas qualidades morais e políticas dos homens de uma determinada classe social e os elege como redentores do gênero humano.

São por essas razões que assinalamos linhas acima a dificuldade teórica de aproximar a ambos como pensadores realistas quando se trata de formular noções sobre o novo homem e sobre a nova sociedade produzidos pelas transformações revolucionárias.

O HOMEM BOM DE MAQUIAVEL E SHAKESPEARE

Acreditamos que na concepção de Maquiavel o homem e a sociedade assumem uma dimensão mais real e concreta. Em sua obra, é recorrente a idéia de que não é possível uma sociedade *perfeita* onde somente existam homens virtuosos, bons, piedosos, etc. Ou seja, não é possível uma sociedade onde só exista ou só se pratique o bem, onde não exista o bem sem mistura do mal. Diz ele, como já vimos, que os homens são em geral seres complexos nos quais coexistem a virtude, a piedade, a bondade e a liberalidade, de um lado, com a fraqueza, a maldade, o egoísmo, a avareza, de outro lado. Para Maquiavel, os homens em geral são maus e só praticam o bem quando são obrigados pelas necessidades:

...os homens ,só fazem o bem quando é necessário; quando cada um tem liberdade de agir com abandono e licença, a confusão e as desordens não tardam a manifestar-se por toda parte. Por isso se diz, que a fome e a miséria despertam a operosidade, e que as leis tornam os homens bons. Quando uma causa qualquer produz boas conseqüências sem a interveniência da lei, esta é inútil; mas quando tal disposição propícia não existe, a lei é indispensável (Maquiavel, 1994:29).

Conduzir, assim, o homem no caminho da bondade não significa, em absoluto, torná-lo um ser essencial e definitivamente bom e virtuoso. Significa, sim, conduzi-lo a uma situação na qual se produza um certo equilíbrio entre suas qualidades condenáveis e suas qualidades louváveis ou bondosas.

É interessante assinalar, aqui, uma estreita proximidade entre Maquiavel e Shakespeare a respeito dessa questão. Segundo o autor de **Romeu e Julieta**, que, tudo indica, era um assíduo leitor de Maquiavel, no homem convivem, como em tudo que existe, duas naturezas:

...achamos seres de espécies diversas, excelentes muitos por suas muitas virtudes, nenhum sem alguma e todos, não obstante, diferentes! ...na terra não existe nada não tão vil que não preste à terra algum benefício especial; nem há nada tão bom que, desviado de seu verdadeiro uso, não transtorne sua verdadeira origem, caindo no abuso. A própria virtude se converte em vício, mal aplicada e às vezes, o vício se dignifica pela ação. [...] Assim, dois reis inimigos acampam sempre no homem e quando predomina o pior, imediatamente a gangrena da morte devora aquela planta (Shakespeare, 1981: 47).⁸

De acordo com o dramaturgo inglês, definir moralmente o homem não é tarefa fácil, dada a coexistência, em seu ser e em sua personalidade, de atributos e qualidades antagônicas que se embaralham e se confundem a todo momento. Como ele diz, *na terra não existe nada*

⁽⁸⁾ Maquiavel trata dessa questão da seguinte maneira: Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos... todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião. Se esta malvez se oculta durante certo tempo, isso se deve a alguma causa desconhecida, que a experiência ainda não revelou (Maquiavel, 1994: 29)

não tão vil que não preste à terra algum benefício especial; nem há nada tão bom que, desviado de seu verdadeiro uso, não caia no abuso. Assim, a corrupção e a vilania tomam conta do homem quando nele predomina seus piores atributos; ao contrário, ele torna-se virtuoso quando nele predomina suas boas qualidades.

Mas aqui surge a questão: o que precisa acontecer para que nele predominem as melhores qualidades ou que pelo menos haja um equilíbrio entre suas qualidades ruins e boas?

Segundo Shakespeare, são as instituições e a autoridade do príncipe que podem domar o furor insensato dos homens, os quais nada mais são do que, *feras selvagens* (Shakespeare, 1981:18). Maquiavel, por sua vez, considera que o governo *não é senão o meio de conter os cidadãos de modo que eles não se injuriem mutuamente* (Maquiavel, 1994:263-264).

Mas eles vão além em suas reflexões, e dizem que, no fundo, todos os homens, inclusive os príncipes ou responsáveis pelo governo, são ou precisam ser educados socialmente no sentido de assumirem uma natureza ou um comportamento equilibrado em termos sociais e políticos.

Partindo do pressuposto de que o *conceito de bem* muda historicamente, Maquiavel diz que o homem é obrigado, para ser feliz, a combinar *o seu modo de proceder com a natureza dos tempos* (Maquiavel, 1983:140-141). Dessa maneira, é no embate da luta de classes e do jogo de interesses que o furor insensato de todos os homens acaba sendo domado, seja de modo natural e imperceptível, seja forçosamente através das leis ditadas pelo príncipe.⁹ É evidente que, para Maquiavel e Shakespeare, esse príncipe, do qual falam, é ou terá que ser educado socialmente para comportar-se, ele próprio, de maneira socialmente aceitável por todas as classes sociais.

É preciso lembrar, aqui, que Maquiavel reserva boa parte de **O Príncipe** para recomendar não apenas o que o príncipe **deve fazer**

(9) Os homens, com efeito, não nascem cidadãos, mas forma-se como tais. As paixões naturais que se debatem são... as mesmas em todos os países; se, portanto, reina uma maior malícia numa cidade e se aí se cometem pecados em maior número, isso provém de que ela não promoveu suficientemente a concórdia, que as suas instituições não são suficientemente prudentes e que, conseqüentemente, não estabeleceu absolutamente um direito civil (Espinosa, 1983: 320)

mas também o que ele **não pode fazer**, em hipótese alguma, ao governar seus súditos. Entre essas recomendações, uma merece um destaque especial, já que explicita os limites que o próprio príncipe tem que aplicar a si próprio:

Porque falei das mais importantes das qualidades [do príncipe] acima mencionadas, desejo discorrer rapidamente sobre as outras, sob estas generalidades: que o príncipe pense ... em fugir àquelas circunstâncias que possam torná-lo odioso e desprezível; sempre que assim proceder, terá cumprido o que lhe compete e não encontrará perigo algum nos outros defeitos. Odioso o tornará, acima de tudo, como já disse, o ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres dos súditos, do que se deve abster; e, desde que não se tirem nem os bens nem a honra à universalidade dos homens, estes vivem felizes e somente se terá de combater a ambição de poucos, o que se refreia por muitos modos e com facilidade. Desprezível o torna ser considerado volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto, do que um príncipe deve guardar-se como de um escolho, empenhando-se para que nas suas ações se reconheça grandeza, coragem, gravidade e fortaleza; com relação às ações privadas dos súditos, deve querer que a sua sentença seja irrevogável; deve manter-se em tal conceito que ninguém possa pensar em enganá-lo ou trai-lo (Maquiavel, 1983:105-106).

Shakespeare, por sua vez, diz que os príncipes e os homens em geral precisam comportar-se como Malcolm, personagem de sua tragédia **Macbeth**. Esse personagem, que na obra é o príncipe herdeiro do Reino da Escócia, dialogando com outro personagem, o conselheiro Macduff, concorda com esse último que o tirano Macbeth, regicida e usurpador do trono escocês *seja sanguinário, luxurioso, avaro, falso, pérfido, violento, malicioso, mergulhado em todos os pecados que possuam um nome* (Shakespeare, 1981:173).

No entanto, ele próprio, Malcolm, herdeiro real em quem os escoceses depositam esperanças de um governo justo, equilibrado e legítimo, reconhece não estar isento de muitas das qualidades condenáveis que tecem o caráter e a personalidade de Macbeth, o usurpador do trono, Diz ele:

Mas não existe fundo, nenhum, para meus ardores voluptuosos. Vossas esposas, vossas filhas, vossas matronas e vossas donzelas não poderiam encher a cisterna de minha paixão e meus desejos derrubariam todos os obstáculos que se opusessem à minha vontade. Mais vale Macbeth que semelhante rei! (Shakespeare, 1981:173)

Diante do impasse criado por essa confissão do príncipe herdeiro, o conselheiro Macduff apresenta a seguinte saída:

A intemperança sem limites é, pela própria natureza, uma tirania; foi causa da prematura queda de tronos prósperos e da vida de muitos reis. Apesar disto, não tenhais medo de vos apossardes daquilo que vos pertence. Podeis satisfazer vossos prazeres em larga abundância e aparecer frio, enganando assim os olhos do mundo. Temos bastantes damas voluptuosas, não é possível que o abutre que está em vós devore tanto quanto lhe for oferecido, quando nele descobrirem essa inclinação.

Essa avareza penetra profundamente e lança raízes mais perniciosas, do que a luxúria, essa flor do estio. Foi a espada que matou nossos reis. Mas não temais. A Escócia abunda em riquezas que saciariam vosso desejo; vossos próprios bens seriam suficientes. Tudo isso é suportável, quando compensado com outras virtudes (Shakespeare, 1981:173).

A saída seria, como percebemos claramente, que o príncipe herdeiro se contivesse nos seus vícios e apetites, comportando-se com temperança e, ao mesmo tempo, procurasse compensar tais vícios e apetites avaros e voluptuosos com outras virtudes.

Tais seriam as condições para que, ao ser conduzido ao trono, o príncipe herdeiro Malcolm não se comportasse como o tirano Macbeth, mas, ao contrário, tornasse possível a própria vida em sociedade. Mais precisamente, como diz Shakespeare, que o novo rei restituísse, aos escoceses, todas aquelas coisas *pelas quais* eles suspiravam, a saber: o alimento em suas mesas; o sono tranquilo a suas noites; a proteção contra os *punhais sangrentos* em suas festas e banquetes; a possibilidade de *render homenagens legítimas* e de *receber livremente honras*, etc (Shakespeare, 1981:162).

É preciso salientar que tanto Maquiavel como Shakespeare não deixam outra alternativa ao príncipe a não ser reeducar-se, ou seja, temperar sua personalidade e seu comportamento. Caso o príncipe não venha a agir com temperança e equilíbrio ele perderá seu trono e, muitas vezes, até a própria vida. É, portanto, por uma questão de necessidade política que o príncipe se obriga a educar seu próprio comportamento e sua personalidade no sentido de amortecer ou domar seu lado mau, tornando-se, conseqüentemente, um homem bom no sentido político.

O mesmo se aplica indistintamente, como já assinalamos, aos homens de todas as classes sociais, já que o que se procura não é uma ordem política *perfeita* ideal, mas sim aquela ordem política possível no âmbito das *contingências humanas* reais. O mesmo se aplica a todos os homens, porque Maquiavel e Shakespeare, enquanto pensadores realistas, aspiram nada mais do que um estado de equilíbrio que torne possível uma espécie de pacto político na sociedade. Para que tal pacto se concretize, é preciso que cada classe no geral e cada indivíduo no interior particular de sua classe contenha seus apetites, suas vaidades e seus interesses egoístas dentro de determinados limites, de maneira a não ferir os interesses das demais classes e indivíduos.

Percebemos, assim, a existência de uma grande coerência interna entre a concepção de história cíclica e o ponto de chegada histórico-social de Maquiavel. Evitando conceber um estágio social final e definitivo na história e recusando uma concepção imaginário-utópica de homem e de sociedade, ele constrói a tese de uma luta constante do homem em busca de instituições sociais que, ao contrário de abolir definitivamente os conflitos humanos, apenas administre esses conflitos para, dessa maneira, evitar a barbárie e tornar possível a vida social e a continuidade do progresso humano.

Portanto, para Maquiavel, não existe nenhum homem alienado e privado de sua verdadeira essência humana que busca a realização num estágio final da história. O que existe é um ser real que, para existir enquanto ser humano, é obrigado constantemente a adaptar seu modo de agir e seu comportamento ao tempo histórico em que vive, ou seja, é obrigado a viver de acordo com as *contingências concretas da vida*. A história humana, para ele, é essa luta cíclica constante de construção-desconstrução-construção das instituições sociais que possibilitam a continuidade da sociedade humana.

Embora Maquiavel se oponha a especular sobre homens e sociedades que poderiam vir a existir, isto é sobre homens e sociedades imaginárias e fantásticas, ele não se enquadra, em absoluto, numa perspectiva política quietista e resignada diante da realidade social. Ao contrário, como já assinalamos em várias passagens de **O Príncipe**, ele dá uma prova de que não só não aceita a realidade histórica dada como algo natural e imutável, mas, também, acredita na capacidade política do homem para transformar essa realidade e, assim, evitar a barbárie.

Portanto, ao recusar o irrealismo político na formulação de idéias sobre uma nova organização social e ao frisar a possibilidade de o homem transformar ativamente seu modo de vida social, Maquiavel apresenta muitos ensinamentos políticos que ajudam-nos a entender de maneira mais serena e fria os próprios acontecimentos de nossa época. Sem transformar suas teses num dogma, podemos, a partir delas, encontrar elementos que ajudem os homens desse final de século e milênio, caracterizado pela crise dos velhos paradigmas de crítica e reconstrução social eivados de utopismo, a fazer a crítica, seja daquela postura política angustiada e derrotista, que não vislumbra nenhuma outra saída histórica para a humanidade após o fim do socialismo real, seja daquela posição política que continua ainda a acreditar, religiosamente, na possibilidade histórica da construção do verdadeiro socialismo a partir de uma volta da *classe operária à essência da rica formulação de Marx* (Antunes, 1987). 224-225).

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. *Aonde vai o mundo do trabalho?*. In **Globalização e Socialismo**. Vários autores. São Paulo: Editora Xamô. 1997.
- ANTUNES, Ricardo. *A atualidade de Marx*. **Cadernos Ensaio I (MARX HOJE)**. Vários autores. São Paulo: Editora Ensaio, 1987.
- CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978.
- CHASIN, J. . *Marx Da Razão do Mundo ao Mundo Sem Razão*. In **Cadernos Ensaio 1 (MARX HOJE)**. Vários autores. São Paulo: Editora Ensaio, 1987.

- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra.** Lisboa: Edições Afrontamento, 1975.
- ESPINOSA, Baruch de. **Tratado Político.** São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Werther.** São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.
- GORENDER J. **Atualidade de O Capital.** In **Lutas Sociais 2.** Vários autores. São Paulo: NEILS-Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC, 1997.
- HORKHEIMER, Marx. **Origens da filosofia burguesa da história.** Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- LEFORT, Claude. **As formas da história.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira/Difel, 1983.
- MAQUIAVEL, N. **História de Florença.** São Paulo: Musa Editora, 1994.
- MAQUIAVEL, N. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio (Discorsi).** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- MARX, K./ENGELS, F. **A ideologia alemã** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- MARX, K./ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista.** (Obras Escolhidas, vol. I). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.
- MARX, K. **O Capital.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- MICHELET, Jules. **O Povo.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1988.
- MORE, Thomas. **A Utopia.** São Paulo: Editora Abril Cultural, 1972 (Coleção Os Pensadores).
- ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** São Paulo: Editora Abril Cultural. 1978 (Coleção Os Pensadores).
- SHAKESPEARE, William. **Romeu e Julieta.** (Tragédias, I). São Paulo: Editora Abril Cultural, 1979.

SHAKESPEARE, William. **Macbeth** (Tragédias. I). São Paulo: Editora Abril Cultural. 1979.

SMITH. Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

VAZ, Henrique Lima. *Sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx*. **Cadernos Ensaio 1 (MARX HOJE)**. São Paulo: Editora Ensaio, 1987.

ALGUMAS DIVERSÕES CAMPINEIRAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Duílio BATTISTONI FILHO

Campinas, a partir da segunda metade do século passado graças aos seus altos índices de desenvolvimento econômico provenientes das rendas do café, à sua excelente localização geográfica e a um acentuado progresso urbano, era natural que atraísse segmentos da população local e de cidades vizinhas para suas inúmeras casas de espetáculo e de lazer.

Assim, comentemos em primeiro lugar o velho Teatro S. Carlos, inaugurado em 1850. Era um edifício muito singelo, sem qualquer preocupação de beleza arquitetônica, construído por uma sociedade particular com o fim de proporcionar aos campineiros os prazeres da ribalta. Dezesete anos depois, o modesto prédio recebia grandes melhoramentos internos e uma fachada imponente, ficando assim, em condições, embora modestas, de receber as boas companhias que aqui aportassem.

O edifício apresentava uma frente harmoniosa, de boa elevação, assobradada, com três portas centrais de entrada e duas janelas-bilheteria; e no pavimento superior, cinco janelas, sendo três de sacadas abertas para o largo fronteiroço. À direita e à esquerda duas áreas reduzidas destinadas a jardins que nunca foram feitos, sendo uma delas transformada em um anti-estético e mal cheiroso mictório público.

Um pequeno átrio com escadas laterais que levavam aos andares de cima separava a entrada da platéia semi-circular onde se alinhavam as cadeiras de palhinha e alguns bancos de madeira. No primeiro plano estavam as frisas e varandas, seguindo-se os camarotes e a geral. O palco de regular dimensão era fechado por um pano de boca,

ricamente decorado pelo pintor espanhol, José Maria de Vilaronga, célebre pelas pinturas em sédes de fazendas no Vale do Paraíba.

Em 1907, vendo-se parte do largo fronteiroço com aquele aspecto primitivo e de completo abandono conservado até 1911, o então prefeito municipal, Heitor Penteado, ali realizou sensíveis melhoramentos, retirando o chafariz, que era datado de 1874, e ajardinando convenientemente o local.

Leopoldo Amaral e Rafael Duarte nos deixaram saborosas crônicas acerca desse teatro, desde os seus primeiros tempos, quando as famílias chegavam a levar lanches para serem ingeridos durante os intervalos, ou quando alguns espectadores transportavam cadeiras para serem colocadas em lugares privilegiados.

Nos primeiros tempos da República o teatro foi cenário de grandes acontecimentos artísticos e sociais. Justo destacar as companhias - Lahoz, Clara Weiss-Spinelli. Estrelas de operetas como Léa Candini, transformistas como Fregoli e Fátima Mirs, comediantes portugueses como Adelina e Cremilda de Oliveira, a dramática italiana Trieste Amato e tantos luminares da cena internacional.

Em 1920 o S. Carlos passa a exibir filmes de grande produção, atraindo um público sequioso para ver as performances de Rodolfo Valentino, Theda Bara, Pola Negri e tantos outros.

Após a Primeira Guerra Mundial, Campinas passa por uma fase de grande desenvolvimento e a população clama por um teatro maior. Foi assim pensando que o prefeito Rafael Duarte resolve dotar a cidade com uma casa que viesse preencher suas finalidades, providenciando os meios necessários a fim de levar a termo esse grandioso empreendimento. Vários locais foram então sugeridos para o levantamento do novo edifício, mas talvez guiado por um destino histórico, a escolha recaiu sobre o mesmo terreno ocupado pelo velho S. Carlos. E dessa forma, em 1922, as picaretas do progresso punham abaixo aquelas paredes que durante setenta e dois anos formaram o nosso primeiro templo de arte. No dia 1º de setembro de 1930, inaugurava-se o Teatro Municipal, na gestão Orosimbo Maia, com a ópera **O Guarani** de Carlos Gomes. Entretanto o novo teatro durou apenas trinta e cinco anos quando foi demolido por apresentar rachaduras em suas paredes, segundo técnicos da Prefeitura.

Em 1910 começa a funcionar na praça Antonio Pompeu, o Cassino Carlos Gomes, na realidade um teatrinho tipo café-concerto. As sessões eram diárias, os programas variados. Ali estiveram os Geraldos, famoso duo branco e preto, criadores de várias modinhas de sucesso como a célebre **Vassourinha**, muito divulgada na época pelos discos da Casa Edison do Rio de Janeiro. Elvira Beneventi também cantora de musicais brasileiros também caiu nas graças do público com a famosa **Caraboo** cuja popularidade constituiu verdadeira epidemia.

Batista Junior na ocasião interpretava toadas caipiras. Foi ele o lançador da conhecida valsa *Dorme filhinho dorme* muito aplaudida pelas famílias e que chegou praticamente até nossos dias.

E não eram somente os números de variedades que integravam os programas do Cassino. Companhias de comédias, de ilusionismo e revistas, de outros gêneros por ali passaram, revezando-se em noites de movimentação atraindo público seletivo e numeroso.

Por motivos vários, o Cassino foi por duas vezes fechado para reabrir com a instalação de dois cabarês. Entretanto, devido à sua localização central e várias queixas de moradores das proximidades do local, tiveram vida efêmera. Em 1939, o Cassino foi demolido.

E por falar em teatro não podemos esquecer a grande influência do Externato S. João na vida artística e cultural da cidade durante a Primeira República, especialmente na década de 10 quando foi fundada por iniciativa de seu diretor, o padre José dos Santos, pianista e maestro, a Associação dos Ex-alunos de D. Bosco de Campinas à cuja atividade cultural e cristã se juntou desde logo o Grêmio Literário-musical com um grupo de teatro amador e uma orquestra própria.

Bernardo Leite foi o seu primeiro presidente que comandou a turma do teatro, enquanto Renato Pedroso e posteriormente Jorge Whitemann comandariam a orquestra. O grupo teatral denominado *Benedito Octávio* foi assistido intelectualmente pelo primeiro bispo campineiro D. João Nery. Nesta primeira fase apareceram revelações como Armando dos Santos e José Guedes de Castro. Posteriormente, com Nestor Amaral na direção, surgiram artistas de escol como Vicente Ghilardi, Trajano Guimarães, Felício Martone e o estreante Walter Foster, futuro cartaz do rádio e televisão. Como vemos, o Externato S. João abriu as portas para o cenário artístico nacional de bons atores

campineiros. Foi ali, por exemplo, que Mário Monteiro, em 1913, executou pela primeira vez, sua peça lírica **Ressurreição** em três atos alcançando grande sucesso na ocasião.

As primeiras demonstrações do cinema em Campinas foram levadas a efeito por empresários itinerantes que periodicamente se apresentavam em nossos teatros e salões particulares exibindo o grande invento dos irmãos Lumiere. Conta-se que Antonio Benedito de Castro Mendes, comerciante local, indo à Europa visitar a Exposição Universal de Paris, no começo do século, ali adquiriu um aperfeiçoado aparelho Bioscópio e regular quantidade de fitas, que passou a exhibir num prédio vizinho ao seu estabelecimento a conhecida Casa Livro Azul. Pouco depois, continuaram com maior freqüência as demonstrações do novo invento, que rapidamente ganhou popularidade. Novas casas serão abertas que, em caráter permanente passam a realizar sessões diárias, com grande concorrência. Na rua Cesar Bierrembach funcionou primeiramente o Recreio, na esquina da Dr. Quirino com Conceição aparece o Éden Variedades, posteriormente chamado de Radium. Em suas programações eram exibidos, por vezes, de 8 a 10 filmes, com duração de até três horas de projeção. Filmes produzidos pela Pathé, Gaumont, Eclair e Nordisque eram muito apreciados e pontificavam astros como Max Linder, Francesca Bertini, Lidia Borelli e Charles Chaplin que já estava despontando no cenário cinematográfico.

Em 1905 era inaugurado o Coliseu no Jardim Carlos Gomes, construído inicialmente para touradas e mais tarde transformado em cinema. Funcionou com longas sessões até de madrugada, exibindo seriados famosos como aquele do Tom Mix, ao som de chorosas valsinhas a cargo da Banda Italo-brasileira. Foi demolido em 1944.

Não podemos esquecer que Campinas, a partir dos anos 20 foi chamada de a Hollywood cabocla, pois alguns campineiros abnegados como Amilar Alves, Filippi Ricci e Thomas de Tulio chegaram a produzir filmes de longa metragem. Filmes de grande intensidade dramática foram feitos como **João da Mata**, **Sofrer para Gozar** e **A Carne** dentre outros. Sem apoio financeiro e lutando com uma série de obstáculos, mas impulsionados por uma força inquebrantável, deram provas de sua capacidade, apresentando películas que fazem parte das antologias cinematográficas do país. Foi um ciclo importante na história do cinema brasileiro segundo Alex Vianey.

Ainda no capítulo dos grandes cinemas de Campinas não podemos esquecer o Cine-Teatro S.Carlos, inaugurado a 9 de maio de 1924. Funcionava na rua Cesar Bierrembach, esquina do tradicional Beco do Rodovalho. Foi um dos bons cinemas da cidade, um imponente edifício com 1.100 lugares, 36 camarotes, uma espaçosa sala de projeção em forma de ferradura. Sofreu uma grande reforma em 1937 que melhorou seu aspecto interno, com iluminação indireta e pintura no forro e o hall foi decorado pelo artista Colombari. Antes de ser somente cinema foi teatro e em seu palco passaram algumas companhias e artistas de renome, como Bertha Singermann, Brailowski, entre outros. Com o advento do cinema sonoro, no dia 28 de janeiro de 1930, pela primeira vez em Campinas ali se exibiu o filme **O Pagão** estrelado por Ramon Novarro.

Depois do trágico desabamento do cine Rink, em 1951, a Prefeitura houve por bem interditar o S.Carlos para reformas, mas o popular cinema não tornou a se reabrir. Outro cinema muito querido do público foi o República inaugurado no Largo da Catedral a 1º de janeiro de 1926 com uma sala de projeção bastante confortável que comportava 1.500 espectadores. Foi destruído por um incêndio no dia 23 de setembro de 1944.

O campineiro era um apaixonado pelo circo. A cidade constantemente era visitada por importantes organizações circenses que se instalavam nos logradouros públicos apropriados, como o largo Carlos Gomes que, até 1914, estava completamente abandonado.

Frank Brown, Shipp & Feltres, Colombo e Clementino foram grandes circos estrangeiros e nacionais que trouxeram o mundo fantástico e maravilhoso dos seus aramistas, barristas, pôneis e amestrados, equilibristas chineses e mil novidades. Na segunda parte do programa, os circos aproveitavam sempre pantomimas de riquíssima montagem, como as *Touradas de Sevilha* onde se domavam touros com todo o aparato espanhol, *A Guerra de Canudos* ou a deslumbrante **Aquática**, quando o picadeiro se transformava num lago verdadeiro, com pontes, barcos, patos e marrecos, cenário de episódios divertidos que traziam o público em constante gargalhada.

Já que estamos falando de divertimentos não podemos deixar de mencionar o **Frontão Campineiro**, inaugurado em 1897, precisamente

no local onde se acha a rua Olavo Bilac no Cambuí. Segundo o jornalista Benedito Barbosa Pupo *era um prédio de grandes proporções com enorme arquibancada onde se realizava o jogo da Pela, mais conhecida como pelota basca*. O jogo era praticado em dupla por jogadores que, munidos de luvas de vime alongadas e fundas denominadas de Atchiki, palavra de origem basca, arremessavam uma pequena bola contra a parede conhecida como frontão. As pelejas eram realizadas aos domingos, sendo que excelentes bandas de música alegravam os intervalos dos jogos. Depois de algum tempo em funcionamento, declinando o entusiasmo por essa modalidade de esporte já que o governo de Getúlio Vargas o achava muito profissional o Frontão fechou suas portas, o mesmo acontecendo com o de São Paulo, com o qual mantinha intercâmbio.

A popularidade do Frontão era tão grande que, numa determinada época, chegou a se rivalizar com os jogos de futebol tanto do Guarani como da Ponte Preta, assim como com as corridas de cavalo no Jockey Clube Campineiro.

Outro ponto de diversão e lazer do campineiro era o Café. Sua história é muito interessante, pois representa um local onde o homem se sente completamente livre, livre, em primeiro lugar, da sujeição familiar, depois dos deveres mundanos.

Diz a História que a planta originária da África foi introduzida na França no século XVII. Em Paris tornou-se célebre o Café Procope, fundado em 1686, durante o reinado de Luiz XIV, pelo siciliano Procópio dei Coltelli e que existe ainda hoje. É tido como o mais antigo do mundo e o mais notável centro da vida literária e filosófica dos séculos XVIII e XIX. Dentre os seus inúmeros freqüentadores destacamos: La Fontaine, Racine, Molière, Balzac, Vitor Hugo, só para citar alguns.

No Brasil os primeiros Cafés surgiram no Rio de Janeiro na época imperial. Neles se reuniam a mocidade intelectual, a juventude boêmia, jornalistas, escritores que liam, os seus romances que muitas vezes ficavam apenas no primeiro capítulo. Nasciam e desfaziam-se grupos e panelinhas, tomavam corpo movimentos generosos - e cada café e cada confeitaria tinha os seus habitués certos, que ali faziam ponto com regularidade quase burocrática. Nestor de Holanda, célebre jornalista contou num livro delicioso chamado **Memórias do Café Nice** toda a vida boêmia do Rio de Janeiro relatada por seus freqüentadores.

Em Campinas, cidade provinciana do início do século, embora modestamente, destacava-se o Café Guarani situado na rua Barão de Jaguará, bem no centro, cujas mesas estavam sempre lotadas, pois ali imperava o sistema de café sentado onde os fregueses demoravam para tomar o seu café por cem réis, simples, com leite ou mesmo chocolateado. Dividido em dois lances, separados por um arco, com espaço ao fundo destinado ao Restaurante, era esse estabelecimento bastante confortável e um dos mais bem montados na época. Raul de Castro, exímio artista e decorador e que trabalhara na decoração do cine Recreio, pintara em suas paredes arabescos floridos de grande beleza plástica. O Café apresentava numa de suas paredes a pintura da Baía da Guanabara refletindo no espelho azul de suas águas, a massa imponente e majestosa do Pão de Açúcar. Em frente, de outro lado, destacava-se o magnífico retrato do nosso maestro Carlos Gomes, entre palmeiras e louros, várias alegorias sobre motivos da ópera *Guarani*.

O gordo e rosado Barreta, proprietário do Café, ali estava sempre firme às voltas com os garçons atrasados no serviço ou fiscalizando este ou aquele freguês incorrigível que rabiscava as suas mesas. E eram muitos os pintores, jornalistas e escritores que deixavam sobre a pedramármore, a marca de sua presença, com algumas composições nem sempre recomendáveis à estética e à moral, para desespero dos pobres empregados, sempre de pano e sapólio em punho, destruindo os vestígios dessas obras de arte. Tamanho era o apego de certos cavalheiros pelo Café Guarani, que muitas vezes vamos encontrá-los na madrugada a dentro, dormitando sobre as mesas, entre xícaras vazias, pratos de bolos e açucareiros. Os vagos profissionais, esses passavam o dia inteiro num canto bebendo carapinhada, especialidade de casa ou arquitetando a melhor maneira de ganhar o pão sem fazer força.

E os bailes? Eram uma tradição, principalmente no Clube Semanal de Cultura Artística e no Clube Campineiro. No primeiro, fundado em 1857, as danças eram um verdadeiro acontecimento social, muito concorridas, abrilhantadas por ótimas orquestras que traziam os pares em constante animação, ao compasso das valsas, schotichs, mazurcas e polcas. Nos salões desse tempo, obedecia-se rigorosa etiqueta social, havendo para isso os mestres-salas que tudo viam e providenciavam, impondo a disciplina, fazendo apresentações entre as famílias, dirigindo também as contra-danças de acordo com programa

previamente escolhido. Os cavalheiros, aos primeiros compassos, tiravam do bolsinho o fino lenço de seda, seguravam delicadamente a mão da gentil companheira, e dançavam com muita elegância e respeito sob as vistas da mamãe e comadres, que muito ajudavam na fiscalização. Uma nota interessante nos bailes de antigamente eram as iguarias que as sociedades ofereciam aos seus sócios e convidados, um buffet completo de salgados, doces e refrescos, fornecidos à vontade, sendo que alguns clubes ainda pela meia noite mandavam servir especial e suculenta canja de galinha para retemperar as forças dos dançarinos até o término do baile. Todos estes acontecimentos foram relatados pelo brilhante cronista Leopoldo Amaral.

As festinhas familiares eram chamadas de *assustados* feitas à última hora e improvisadas sob o pretexto de se comemorar uma data ou acontecimento qualquer. O aniversário da vovó, as bodas do casal ou mesmo quando as meninas passavam de ano no Colégio, serviam de motivo para a realização de um assustado. Por que o nome? Pelo fato de se alguém saísse à rua convidando os amigos para uma festa desse gênero, ao primeiro que abordasse, certamente iria ouvir, entre outras exclamações espantosas, qualquer coisa mais ou menos assim: - Que será isso? Credo! Você me deixa assustado!

Em muitas ocasiões o assustado custava para se animar, pelo retardamento dos convidados ou também dos músicos, que só apareciam depois da segunda sessão cinematográfica. Nessas festas, jogos eram organizados como o Pisca-Pisca, Berlinda, por exemplo, para não cansar as pessoas pela demora da festa. Nas pensões onde havia grande número de hóspedes, os assustados eram frequentes e preferidos pela sua animação, pois velhos e moços tomavam parte com o mesmo entusiasmo, transformando-os em verdadeiros bailes que se prolongavam até altas horas da madrugada.

No campo cultural, destacamos o movimento dos jovens poetas, que nos anos 20, tendo à frente Aristides Monteiro e Hildebrando Siqueira, nas páginas da **Gazeta de Campinas**, deliciavam o público campineiro com seus poemas de forte cunho futurista, assim como Vitor Caruso na revista **A Onda** com seus trocadilhos e anedotas.

Entretanto, o que lia o campineiro nessa época?

A julgar pelas crônicas estampadas em jornais e revistas, podemos observar que a maioria das pessoas consumia uma literatura de lazer, leve, tipo folhetim, tão em voga na ocasião. Todavia, as classes mais altas, mais intelectualizadas tinham os seus ícones como Joaquim Manuel de Macedo, Castro Alves, Machado de Assis, Alencar entre os nacionais e Eça de Queirós, Camilo, Balzac, Vitor Hugo, Zola e Renan entre os estrangeiros.

Os romances históricos eram àvidamente lidos por todos sem distinção de classe, pois tal tradição vinha desde os tempos do Gabinete de Leitura, criado em 1865 e que infelizmente foi extinto em 1908.

O que nos chama a atenção no arco do tempo de 1890 a 1930, apesar dos grandes movimentos sócio-econômicos - especialmente as campanhas contra o analfabetismo e as reivindicações do movimento feminista - é o descaso na formação da mulher. Esta era desestimulada a ler romances, principalmente os naturalistas franceses porque poderia ser nocivo e perigoso à formação da moral feminina. Aliás, no início do século, a censura católica aos livros era muito rígida. Escrito pelo frei alemão naturalizado brasileiro, Pedro Sinzig, *O Guia das Consciências* lançado em 1915, depois com mais duas edições, comenta 21.553 livros e 6.657 autores na última edição de 1923 e faz algumas observações sobre as obras, indicando algumas e censurando outras. Não recomendava, por exemplo, **D. Casmurro** e **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, ambos de Machado de Assis.

O Guia, na realidade, era dirigido à mulher, que deveria ser protegida dos frutos venenosos plantados fora do jardim da igreja.

Mas, a grande diversão do campineiro era e continua sendo o carnaval. No início do século, semanas antes do Sábado gordo, o carnaval se manifestava nas exposições de mercadorias apropriadas que abarrotavam as casas comerciais do ramo, nos bailes das sociedades recreativas. As famílias trabalhavam intensamente no fabrico de laranjinhas de cera e de borracha com água perfumada e no preparo de esguichos de bambu. Nos grandes clubes recreativos havia muita animação e os foliões cantavam os grandes sucessos de carnavais passados como *Pierrô* e *Colombina*, *Filomena*, *A Baratinha* e o grande, sucesso do primeiro samba gravado, *Pelo Telefone*.

Um bizarro e interessante grupo carnavalesco de Campinas antiga era a conhecida e célebre Banda do Boi, que durante muitos anos concorreu para o brilhantismo e animação dos folguedos. Seus componentes eram fardados à maneira militar francesa com variado instrumental. Justificando a sua denominação, à frente do desfile vinha um boi de pano preto, dentro do qual dois indivíduos faziam diabruras, provocando sustos nas pessoas.

O corso era outro atrativo do nosso carnaval. Duas filas intermináveis de carros abertos e automóveis, com capota arreada desciam a Barão de Jaguara, viravam a Barreto Leme e subiam a Francisco Glicério até as imediações do Largo do Pará, levando rapazes e senhoritas da melhor sociedade, ricamente vestidos. Muitos deles, durante o percurso, apresentavam renhidas batalhas de lança-perfume, confetes e serpentinas. O interessante é que em cada noite um grupo apresentava um novo e interessante disfarce.

Em 1912, depois de inaugurados os bondes elétricos, entraram na moda as Gôndolas bondes de carga muito bem ornamentados de folhagens e lâmpadas coloridas que circulavam pelo centro e bairros, superlotados de foliões até altas horas da noite. Os bailes do Clube Campineiro, do Cultura Artística ou do Camões, traduziam-se em suntuosos desfiles de fantasias onde imperavam o luxo e o bom gosto. Até mesmo os carros de propaganda tinham imponência e grandiosidade como aquele certa vez apresentado pela fábrica de bebidas Campineira, onde se via um grande urso branco em pé, no alto de uma gélida montanha, abraçado a uma garrafa de cerveja Polar produto especial dessa firma.

Finalizando, podemos dizer que Campinas, na Primeira República, passou por uma série de transformações tanto no campo econômico como no cultural como provam essas pequenas notas sobre divertimentos campineiros.

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL, ANTES DE PEDRO ÁLVARES CABRAL

Leonardo Dantas SILVA

Quando a caravela de Cristóvão Colombo surgiu diante do Cabo da Roca, em quatro de março de 1493, após uma tempestade de vários dias que por pouco não a levava ao fundo do oceano, estava o Rei de Portugal, D. João II, refugiado no convento de Santa Maria das Virtudes, no Vale do Paraíso, fugido de uma epidemia de peste que assolava Lisboa.

A chegada da Caravela *Niña*, com suas velas rotas pela borrasca, logo despertou a curiosidade dos habitantes da Vila de Cascais, cujos mareantes há quatro meses encontravam-se recolhidos, impedidos de lançar suas embarcações ao mar, assustados com aquele inverno de tantas tormentas.

Já ancorado no Restelo, em plena foz do rio Tejo, Colombo escreveu ao Rei de Portugal, que se encontrava a nove léguas de Lisboa, pedindo proteção e ajuda em nome dos Reis de Castela, permanecendo com seu navio fundeado diante da nau capitânia da armada real, então sob o comando de Álvaro Daman e tendo como piloto Bartolomeu Dias; o mesmo que em 1488 contornara com o seu barco o cabo da Boa Esperança, no extremo sul do continente africano.

Na terça-feira, cinco de março, recebeu Colombo a visita de um batel no qual vinha o próprio Bartolomeu Dias, que lhe pedia para comparecer à presença do capitão Álvaro Daman, no que não concordou o genovês apresentando suas credenciais de Almirante dos Reis de Castela. Sabedor da presença ilustre, veio a bordo da *Niña* o próprio capitão Álvaro Daman, com um cortejo de atabales, trombetas e anafiles,

"fazendo grande festa", onde falou com o Almirante e ofereceu os seus préstimos.

Na quarta-feira, seis de março, sabedores que àquele barco vinha das Índias, cuja rota marítima só viria a ser descoberta por Vasco da Gama em 1498, a ele acorreram vários curiosos preocupados em conversar com a sua tripulação e saber das novidades das novas terras, acontecendo o mesmo no dia seguinte inclusive com a presença em tais comitivas de nobres e membros do conselho do Rei de Portugal.

Na sexta-feira, oito de março, recebeu Cristóvão Colombo carta do Rei D. João II, através de D. Martim de Noronha, o qual externou a sua vontade em receber o piloto genovês no Convento de Santa Maria das Virtudes. Transferindo-se para o Vale do Paraíso, pernitoando em Sacavém, Colombo veio encontrar-se com D. João II, conhecido como o *Príncipe Perfeito*, na noite do sábado, o qual, segundo o diário do escrivão da primeira viagem, o recebeu com muita honra mandando-o sentar demonstrando o seu contentamento pelo sucesso da viagem. Na ocasião declarou o *Príncipe Perfeito* que, pela narrativa de Colombo e com base no Tratado de Alcáçovas (1479) firmado com os Reis de Castela, "aquela conquista lhe pertencia".

A REAÇÃO PORTUGUESA

A grande expedição de Cristóvão Colombo (1492-93), que resultou na descoberta de algumas ilhas das Bahamas e das Antilhas, consideradas então como pertencentes ao grande arquipélago asiático, antecedendo portanto ao Cipango (Japão), veio abalar as relações de Portugal e Castela com relação à partilha do Atlântico.

O *Príncipe Perfeito*, como era chamado D. João II, reafirmava que as descobertas de Colombo pertenciam a Portugal, dentro do que dispunha o Tratado de Alcáçovas, assinado em 1479. Por esse documento Castela reconhecia o direito dos portugueses ao domínio da costa africana e das ilhas do Atlântico, com exceção do arquipélago das Canárias, comprometendo-se a proibir que seus naturais, ou navegadores

(1) COLÓN, Cristóbal. *Los cuatro viajes. Testamento*. ed. de Consuelo Varela. Madri, Alianza Editorial, 1986.

estrangeiros, preparassem em seus portos navios de comércio para aqueles lugares sem a autorização expressa do Rei de Portugal.

No entanto, segundo esclarece Luís de Albuquerque², o Tratado de Alcáçovas era omissivo quanto ao Atlântico Ocidental, dando origem, assim, a uma das mais célebres negociações diplomáticas envolvendo Castela e Portugal que, segundo o Rei de França, Francisco I, somente portugueses e espanhóis haviam sido beneficiados na divisão do mundo extra-europeu no testamento do primeiro Adão. A essas negociações ocorreu, instado pela Espanha, o Papa Alexandre VI (1492-1503), antigo cardeal Rodrigo Borja, natural de Valência, simpatizante dos Reis Católicos, Fernando e Isabel, que, pelo breve decreto *Inter caetera*, redigido em abril e pós-datado de três de março de 1493, concedia a esses soberanos a posse das novas ilhas e terras recém-descobertas ou por descobrir das bandas ocidentais do Atlântico, desde que não pertencessem ao domínio temporal de nenhum soberano cristão.

A resposta portuguesa não se fez esperar. Inicialmente deixou de transpirar a notícia da organização de uma grande armada, sob o comando de D. Francisco de Almeida, com destino às ilhas do poente, o que obrigou aos Reis Católicos o envio do emissário, Lopo de Herrera, em 22 de abril de 1493, a Lisboa, solicitando de D. João II a suspensão da medida. Concomitantemente, o emissário do Rei de Portugal, Rui de Sande, havia partido em cinco de abril, com destino a Madri, com o objetivo de fazer ciente aos Reis Católicos que "a coroa portuguesa interpretava os termos do convênio anteriormente firmado no sentido de a influência espanhola dever reduzir-se às Canárias - ou seja, reservando para si o direito às explorações nas áreas visitadas pelo genovês"³; tudo com base na interpretação portuguesa do Tratado de Alcáçovas de 1479.

Coube ao próprio Cristóvão Colombo aconselhar os Reis Católicos a adoção de uma "raia" (meridiano) que passasse a cem léguas ao ocidente do arquipélago do Cabo Verde, ficando o poente para Castela e a parte oriental para Portugal.

(2) ALBUQUERQUE, Luís de. In SERRÃO Joel. *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-71. 4 v. p. 175-176.

(3) FONSECA, Luís Adão da. *Significado do Tratado de Tordesilhas*. Oceanos, Lisboa, n. 18, p. 8-10, jun. 1994.

Por razões até hoje obscuras, a solução não foi acolhida pelo Príncipe Perfeito. Razões nunca explicadas revelam no comportamento de D. João II, inclusive em fatos da vida diária narrados por Garcia de Rezende, in *Vida e feitos de D. João II*, a prática daquilo que Jaime Cortezão veio chamar de "política do sigilo" procurando esconder, nas suas contra-informações, um grande conhecimento das rotas do Atlântico Sul, muito especialmente das terras desconhecidas da banda do poente⁴.

O CONHECIMENTO DOS PORTUGUESES

No dizer de Frédéric Mauro, "foram os portugueses que prepararam e realizaram as primeiras grandes viagens de descoberta, imprimindo ao seu conhecimento marítimo e colonial a marca que indiscutivelmente os distingue dos espanhóis [...] Enquanto a maior parte da Europa conhecia uma 'renascença humanística', essencialmente voltada para os textos e os movimentos da antiguidade greco-romana, os portugueses introduziram no Ocidente o uso da numeração árabe, e, portanto, do zero, representando este um passo decisivo no desenvolvimento do cálculo numérico. Foram também os portugueses que primeiro afirmaram a sua fé na ciência experimental. 'A experiência é a madre de todas as coisas', proclama Duarte Pacheco Pereira, um dos grandes viajantes da época. Depois da bússola, vinda da China, e do compasso, os portugueses utilizaram também o quadrante, o astrolábio e outros instrumentos para medir a altura do Sol ou da estrela polar, acima do horizonte". Isso fez com que os navegadores portugueses, herdeiros de uma tradição náutica e dos conhecimentos aprimorados da "Escola de Sagres", iniciada pelo Infante D. Henrique (1415-1460), aplicassem seus conhecimentos nas rotas do Atlântico ocidental, atingindo o Marrocos, a África Ocidental, as ilhas do Cabo Verde, as Canárias e os arquipélagos da Madeira e dos Açores, ilhas que, a exceção das Canárias, só foram descobertas e habitadas pelo homem após o início do século XV. Para isso fez uso constante da *caravela*, navio de velas latinas que possibilitava o uso dos ventos alísios, na sua

⁽⁴⁾ AMARAL, Ferreira do. A arca perdida. In: **Descobrimentos-Universalismo humanista**. Lisboa: Diário de Notícias, 1992, p. 66-68.

navegação, transformando-se num instrumento ideal de transporte ligeiro ao longo das costas da África e entre as ilhas do Atlântico.⁵

Com tamanho acervo de precisos conhecimentos, estava o *Príncipe Perfeito*, por certo, ciente das rotas secretas, de desconhecidos mapas, da notícias de terras que viriam servir de suporte ao caminho das Índias, bem longe das calmarias da costa africana. Daí a sua posição firme em manter com os Reis Católicos os termos do tratado das Alcáçovas-Toledo (1479-1480), que dividia o Atlântico em duas partes, separadas por uma linha horizontal imaginária situada ao sul das Canárias; "o oceano situado ao norte desta linha pertenceria a Castela, cabendo o meridional a Portugal", merecendo o seguinte comentário de Luís Adão da Fonseca:

O que é interessante neste acordo - especialmente no que se refere à divisão atlântica - é a circunstância de que, pela primeira vez em textos desta natureza, não se divide apenas uma rota ou um espaço já conhecido, mas faz-se incidir o acordo diplomático em espaços ainda por conhecer (com independência do que futuramente se venha descobrir), que assim são de antemão objeto de um acordo de partilha. As palavras do tratado são, só por si, significativas: *E todas as ilhas que agora têm descobertas e quaisquer outras ilhas que se acharem ou conquistarem, as ilhas de Canária para baixo contra Guiné, porque tudo o que é achado e se achar, conquistar ou descobrir nos ditos limites para além do que já está achado, ocupado, descoberto, fica para os dito rei e príncipe de Portugal e seus reinos, tirando somente as ilhas de Canária*"⁶

Vale lembrar que Portugal, graças à experiência dos seus navegadores e pilotos, se transformara desde o século XV num dos maiores centros da cartografia náutica daqueles dias. Da pesquisa sistemática empreendida pelo almirante Avelino Teixeira da Mota, que resultou na monumental obra em seis volumes *Portugaliae Monumenta Cartographica* (Lisboa, 1960), se sobressaem 47 cartógrafos portugueses.

⁽⁵⁾ MAURO, Frédéric. As sete partidas. In: *Descobrimentos-Universalismo humanista*. - Op. cit., p. 26-30.

⁽⁶⁾ FONSECA, Luís Adão da. Op. cit., p. 8-10.

Este número, segundo o mesmo autor, não tem comparação com qualquer outro país marítimo do Ocidente europeu da época, superando inclusive a escola de Maiorca da qual apenas se relacionam 21 nomes. Alguns cartógrafos portugueses prestaram serviços a outras nações, destacando-se vários em posições de relevo, a exemplo de André Homem, cosmógrafo do Rei Carlos IX de França, e Diogo Ribeiro, que foi cosmógrafo-mor da Casa de la Contratacion de las Índias, em Sevilha. Foram nítidas a influência de cartógrafos portugueses nas várias "escolas" dos séculos XVI e XVII, como na Espanha (Sevilha), França (Dieppe), Itália, Holanda e até no Japão, onde mais de vinte cartas daqueles portugueses podem ser relacionadas no período.

É da lavra de cartógrafo português desconhecido, pertencente às oficinas Reais de Lisboa, o célebre planisfério que Alberto Cantino, espião português a serviço do Duque de Ferrara, Hércules I d'Este, adquiriu pelo valor de 12 ducados de ouro. O famoso mapa tem a dimensão de 105 x 220 cm., tendo sido elaborado entre setembro e outubro de 1502, e já traz assinalado acidentes da costa do Brasil, do Amazonas a Cabo Frio (RJ) e terras outras cuja descoberta só muito depois viriam a ser anunciadas, como a ilha de Ascensão e a costa Leste da América do Norte, esta última descoberta dez anos depois⁷.

O TRATADO DE TORDESILHAS

Com tamanho manancial de informações, sobre a existência, ou quase certeza, de novas terras no Atlântico ocidental, o Príncipe Perfeito procurou pressionar os Reis Católicos anunciando uma possível aliança com Carlos VIII, Rei da França, ao mesmo tempo que cuidava dos preparativos de uma grande expedição à Índia, com base na rota de Bartolomeu Dias quando do contorno do cabo da Boa Esperança (1488) e expedições outras de conhecimento do regime dos ventos e das correntes marítimas no quadrante sudoeste do Atlântico Sul.

Em abril de 1494, os Reis Católicos receberam o enviado Antônio de Torres, a quem Cristóvão Colombo encarregara de

⁽⁷⁾ O mapa foi extraviado em 1859 e reencontrado, trinta anos depois, pelo diretor da Biblioteca de *Módona*, Giuseppe Boni, que o adquiriu a um açougueiro e o devolveu para a Biblioteca Estense, da Universidade de *Módona*, em cujo acervo se encontra.

transmitir informações sobre sua segunda viagem. Em documento datado de 30 de janeiro daquele ano, o Almirante garantia que as ilhas encontradas (Guadalupe, Porto Rico e Jamaica) pertenciam ao "princípio do Oriente", motivando daí a quase certeza da inexistência de terras por descobrir naquela região austral, compreendida entre 100 e 370 léguas.

Portugal enviou à Espanha uma segunda embaixada composta por Rui de Souza, D. João de Souza, Aires de Almeida, Estêvão Vaz, dentre outros, a qual coube, após dilatadas conversações, estabelecer as condições e o texto final do Tratado de Tordesilhas, firmado em sete de julho de 1494. Nas cláusulas principais do tratado, reconhecia-se como pertencentes a Castela todas as ilhas e terras descobertas além de um meridiano, que passaria a 370 léguas ao Oeste do arquipélago do Cabo Verde; excetuando-se as encontradas, entre as 250 e as 370 léguas, viessem a ser descobertas por essas embarcações até vinte de junho de 1494. Num resguardo as descobertas de Cristóvão Colombo em sua segunda viagem.

A diplomacia portuguesa, estribada nos informes de D. João II com a sua "política do sigilo", tem assim uma "genial vitória sobre Castela", na observação de Joaquim Bensaúde, in *Anais, Academia Portuguesa da História*. v. I, p.227. Lisboa 1946, que adianta "só possível devido aos infinitos recursos do rei português". Jaime Cortesão, in *História dos Descobrimentos Portugueses* v. I p. 184, comenta o fracasso dos Reis Católicos e do Papa Alexandre VI:

O certo é que o Papa Alexandre VI, ou por ter igualmente o sentimento de que fora logrado, ou porque sabia da amarga desilusão dos monarcas espanhóis, não quis publicar a nova bula 'de aprovação e outorga'. Mas tanto a dolorosa surpresa experimentada em Espanha, como a inquietação de D. Manuel nos provam que o descobrimento do caminho marítimo para a Índia e o monopólio do tráfico do Oriente eram o supremo objetivo quer da política portuguesa, quer da espanhola.

A tenacidade de D. João II, defendendo inicialmente o paralelo das Canárias e depois, quando tal solução tornou-se insustentável, o alargamento da raia proposta para 370 léguas, só é justificada por dois motivos: garantir para Portugal a navegação no

Atlântico meridional, sem a intromissão de qualquer natureza, e a incorporação à Coroa portuguesa das terras situadas no sudoeste do Atlântico Sul de cuja existência parecia ter convicção: A existência do Brasil era uma certeza para o *Príncipe Perfeito*.

Independentemente da discussão em torno do conhecimento e intenções de D. João II, o que viria justificar a sua obstinação na manutenção do meridiano de Tordesilhas em 370 léguas a Oeste das ilhas do Cabo Verde, o que é certo é que a diplomacia portuguesa conquistou assim o direito de navegação no Atlântico Sul e a imensa faixa do território do Brasil, compreendida entre a baía do Maracanã, no litoral do Pará, e o município de Laguna, em Santa Catarina.

Para o professor Jorge Couto, da Universidade de Lisboa, "sem as concepções geopolíticas do *Príncipe Perfeito*, muito avançadas para o seu tempo e a sua determinação e habilidade político-diplomática - bem patenteadas nas conversações que conduziram à assinatura dos Tratados de Tordesilhas - Portugal não só teria enfrentado grandes dificuldades na estruturação e manutenção da Carreira da Índia como não teria tido qualquer presença no Novo Mundo, cuja conseqüência última seria a inexistência do Brasil tal como conhecemos: desde a sua designação, passando pelas fronteiras, composição étnica, língua, até às características culturais, civilizacionais e idiossincráticas do seu povo que tanto o individualizam"⁸

A MISSÃO DE DUARTE PACHECO PEREIRA

Com a ascensão de D. Manuel I (1469-1521) ao trono português, em 1495, sucedendo ao seu cunhado, D. João II, devido ao falecimento de seu único herdeiro e às mortes sucessivas de seus irmãos mais velhos, as viagens marítimas em busca de uma ligação com a Índia e a procura de novas terras vieram ganhar um novo impulso.

⁽⁸⁾ COUTO, Jorge. *A construção do Brasil - ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995. 409 p. il. COUTO, Jorge. *Portugal y la construcción de Brasil*. Madrid: Editorial Mapfre, 1996. 515 p. il.

Inicialmente foi organizada a expedição de Vasco da Gama, constituída de quatro navios e 170 homens, que, partindo de Lisboa em 8 de julho de 1497, chegou ao Cabo verde em agosto. De lá, seguindo orientação de Bartolomeu Dias, zarpou em direção ao sudoeste, de modo a contornar o Cabo da Boa Esperança, o que vem acontecer em 18 de novembro, atingindo Sofala, na costa de Moçambique, a 14 de março. Com auxílio do sultão de Melinde, no atual Quênia, conseguiu um piloto para com ele fazer a rota com destino a Calicute, na Índia, onde chegou em maior de 1498. O anúncio do grande feito, porém, só vem a ser conhecido em Portugal um ano mais tarde, quando do retorno de Vasco da Gama com apenas dois navios e 55 homens em sua tripulação.

D. Manuel, por sua vez, vem a casar-se, em outubro de 1497, com a filha primogênita dos Reis Católicos, a infanta Isabel, tornando-se, assim, pretendente ao trono espanhol em virtude do falecimento de seu único herdeiro, o príncipe D. João que, casado com Margarida de Áustria, não deixara sucessores.

Deixando Lisboa, o monarca entregou o trono português a regência de sua irmã, D. Leonor, auxiliada pelo Duque de Bragança e pelo Marquês de Vila Real. Em Toledo, a 28 de abril de 1498, D. Manuel e sua mulher vieram a ser jurados herdeiros dos tronos de Castela e Aragão. A sorte, porém, nem sempre esteve ao lado do monarca português que, a 24 de agosto do mesmo ano, viu falecer sua mulher após o nascimento do futuro príncipe D. Miguel da Paz.

Com a morte de D. Isabel, foi D. Manuel destituído da qualidade de herdeiro do trono de Castela e Aragão, tendo que retornar a Portugal, em 7 de outubro de 1498. O príncipe D. Miguel, por sua vez, veio a falecer em Granada, a 19 de julho de 1500, sepultando definitivamente o sonho do pai em vê-lo no trono de Espanha.

De imediato, o monarca português, que veio a ser conhecido como o *Venturoso*, já ciente da partida da terceira esquadra de Colombo em busca de novas terras e das viagens do veneziano João Caboto, em direção ao hemisfério ocidental, retomou, com celeridade, o patrocínio das expedições marítimas em busca de um caminho para às Índias e a descoberta de novas terras, situadas a sudoeste do que veio a ser denominada de linha do Equador.

Não tinham até então os signatários do Tratado de Tordesilhas a certeza da linha demarcatória, a ser fixada ao oeste das ilhas do Cabo Verde, daí a necessidade de um maior conhecimento. Para isso foram contratados os serviços do experiente navegador Duarte Pacheco Pereira, que em novembro-dezembro de 1498, partiu do arquipélago do Cabo Verde, "muito provavelmente da ilha de Santiago", em direção ao sudoeste, procurando estabelecer os limites das terras pertencentes à coroa portuguesa, situados na "quarta parte" do Mundo.

Cosmógrafo, de conhecimentos náuticos consagrados, signatário que foi do Tratado de Tordesilhas, Duarte Pacheco Pereira, partiu em busca de novas terras situadas no hemisfério ocidental, "a quarta parte que Vossa Alteza mandou descobrir além do oceano"; conforme menciona do *Esmeraldo de Situ Orbis*, "livro de cosmografia e marinharia" por ele escrito, no qual apresenta, pela primeira vez, uma descrição pormenorizada e comparativa dos biótipos dos povos que habitavam, na altura da linha do equador, a costa oeste da África e a costa norte do Brasil.⁹

Em seu livro *A conquista do Brasil*¹⁰, o historiador Jorge Couto, da Universidade de Lisboa, chama a atenção para a façanha de Duarte Pacheco Pereira, a quem Luís de Camões chamou, em *Os Lusíadas*, de *Aquiles Lusitano*. Foi ele quem primeiro descreveu as populações indígenas residentes no litoral norte da Terra de Santa Cruz - "... são pardos quase brancos; e estas são gentes que habitam na terra do Brasil, de que já no segundo capítulo do mesmo livro fizemos menção"¹¹. Quando de sua viagem ao litoral brasileiro, entre dezembro de 1498 a maio de 1499, navegou ao longo do trecho compreendido do Maranhão, Pará, estuário do Rio Amazonas, ilha de Marajó, até o Amapá, além de "uma parcela da orla marítima setentrional da América do Sul", pela primeira vez registrado em cartografia no planisfério de

(9) *Esmeraldo de Situ Orbis*. ed. de Damião Peres. Lisboa, 1988. "Uma espécie de tratado global de marinharia da segunda fase de navegação astronômica no Atlântico, reproduzindo um dos primeiros regimentos portugueses do Sol e um dos mais antigos roteiros com latitudes. Tem também um grande interesse pelas descrições que faz das costas e entradas de portos", in *Portugal na abertura do mundo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991.

(10) COUTO, Jorge. op. cit. p. 149-160.

(11) *Esmeraldo de Situ Orbis*. ed. de Damião Peres. Lisboa, 1988; op. cit.

autor português anônimo, comprado por Cantino, clandestinamente, em 1502, sobre o qual já nos referimos.

A expedição, ao entrar na zona onde se faz sentir a influência da corrente equatorial "fechou ligeiramente para sul o seu rumo, de modo a compensar o arrastamento para oeste causado por aquela corrente", avistando o litoral brasileiro por volta dos 2º S. Ao encontrar a "corrente das guianas" - que nas proximidades da faixa litorânea inflete para noroeste - Duarte Pacheco terá continuado a viagem nesse rumo, uma vez que do "Cabo de Santo Agostinho para o rio das Amazonas é a monção perpétua e se não pode voltar pela costa em tempo algum". Na aproximação a terra o navegador terá iniciado, em novembro-dezembro de 1498, a exploração da porção norte da costa maranhense, do estuário do Amazonas e de uma parcela da orla marítima setentrional da América do Sul.¹²

Segundo a mesma fonte, a viagem de Duarte Pacheco Pereira não veio a ser divulgada pela coroa portuguesa, em virtude do fato de que as terras por ele descobertas estavam situadas a 36º a oeste de Lisboa, "razão pela qual a zona de soberania portuguesa na 'quarta parte' do Mundo apenas se iniciaria nessa latitude, excluindo, por conseguinte, uma parte do litoral maranhense e a totalidade do paraense, que foram localizados como estando localizados na esfera de influência castelhana"¹³.

Somente depois do retorno da expedição de Duarte Pacheco Pereira e de D. Manuel I ter tomado conhecimento da existência de um continente no hemisfério ocidental, que veio a ser chamado de *Novo Mundo*, é que veio se ter notícia do sucesso da descoberta de um novo caminho marítimo para as Índias por Vasco da Gama. A boa nova foi trazida pela nau *Bérrio*, comandada por Nicolau Coelho, que fundeou no Tejo a 10 de julho de 1499, desencadeando, desde logo, uma intensa atividade diplomática portuguesa, junto ao Vaticano e aos Reis Católicos, com repercussões em Veneza, França e Inglaterra, visando estabelecer a estruturação da primeira rota marítima e ligação comercial entre a Europa e a Ásia, com o conseqüente monopólio da coroa portuguesa.

(12) COUTO, Jorge. op. cit. p.157

(13) COUTO, Jorge. op. cit. p.157.

D. Manuel, passa assinar usufruir o título de "Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia".

PEDRO ÁLVARES CABRAL

A fim de consolidar a nova rota marítima de comércio, o *Venturoso*, como passou a ser chamado, resolve armar uma grande frota constituída de seis naus, três caravelas redondas, uma nau mercante, uma naveta de mantimentos, acrescida da nau-capitânia e da sota-capitânia, confiando o comando, por carta régia de 15 de fevereiro de 1500, a Pedro Álvares de Gouveia, segundo filho de Fernão Cabral, senhor de Belmonte e corregedor da Beira.¹⁴

⁽¹⁴⁾ Nascido em Belmonte, em 1467 ou 1468, Pedro Álvares Gouveia usava, em 1500, o nome de família de sua genitora, Isabel de Gouveia. Somente em 1509, quando do falecimento do seu irmão mais velho, é que passou a fazer uso do nome de família do seu genitor, assinando-se Pedro Álvares Cabral. Era casado com D. Isabel de Castro que, apesar de ser neta dos reis D. Fernando de Portugal e D. Henrique de Castela, bem como sobrinha de Afonso de Albuquerque (c 1462 - 1515), Governador da Índia (1508) e conquistador do Oriente, era de uma família nobre de prestígio mas desprovida de riquezas. Por ingerência de Afonso de Albuquerque, responsável pela união de Cabral com a sua sobrinha, o rei D. Manuel lhe concedeu, em 1514, uma tença anual de 200.000 reis; ANTT Corpo Cronológico, P 11, M.o 44, doc. 43. Por ter recusado a participar da segunda esquadra enviada à Índia, em 1502, Cabral indis pôs-se com o rei D. Manuel, passando então a viver no ostracismo, recolhido em Santarém, terra de sua mulher, onde veio a falecer no final do ano de 1520, vitimado pela malária adquirida em Calicute, sem avaliar a real grandeza do seu feito. Foi sepultado na na igreja da Graça, daquela cidade, em jazigo da família de sua mulher. Na lápide, à esquerda do altar-mor, se lê: "Aquijaz Pedralvares Cabral e dona Isabel de Castro sua mulher cuja he esta capella e de todos os seus erdeiros a qual depois da morte de seu marido foi camareira mór da Infanta Dona Maria filha del rei Dom João o terceiro deste nome" - nenhuma referência de que ele fora o descobridor do Brasil! Sobre esse fato, comenta Pedro Calmon, "essa lápide decorre a certeza de que Cabral morreu sem ter percebido inteiramente a importância do seu descobrimento, e, ao tempo, não parecia ele mais digno de memória do que o título de camareira-mor da infanta.... De um modo ou de outro, é ironia do destino, seja o cargo de Isabel de Castro o que mais se evidencia na inscrição sepulcral do descobridor do Brasil! Em 1520 - é certo - o Brasil ainda era vaga expressão geográfica: continuava a fascinação do Oriente e somente aí a glória A simplicidade da lápide é um sinal a mais, da pouca estima que ligou D. Manuel ao feito de seu capitão, parcialmente recompensado, três lustros depois, graças ao parentesco de Albuquerque"; in *História do Brasil* Rio: José Olympio, 1959 v.1 p. 93.

No domingo, 8 de março de 1500, D. Manuel fez questão de realizar as despedidas da armada comandada por Pedro Álvares em solenidade religiosa, oficiada debaixo de grande pompa por D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, na Capela do Infante (*Ermida de São Jerônimo*), situada no Restelo, com a presença de toda a corte, dos comandantes e tripulação, na qual foi entregue ao capitão-mor o pavilhão da Ordem de Cristo - ordem militar originária dos Cavaleiros Templários da Idade Média.

Na manhã seguinte, zarpou de Belém a armada de Pedro Álvares levando em seu bojo entre 1200 a 1500 homens, entre tripulação, soldados, besteiros, feitor, agentes comerciais e escrivães, o cosmógrafo Mestre João Faras¹⁵, especialista em geografia e astronomia, o vigário frei Henrique de Coimbra, oito sacerdotes seculares, oito frades franciscanos. Levava como intérprete o cristão-novo Gaspar da Gama¹⁶, também conhecido como "Gaspar da Índia", um judeu polonês, capturado por Vasco da Gama, que lá vivera 30 anos e que, em Lisboa, fora convertido ao cristianismo e batizado com o nome de família do seu padrinho.

Contando com a experiência de navegadores consagrados, como Nicolau Coelho, que acompanhara Vasco da Gama em sua primeira viagem; de Bartolomeu Dias, o primeiro a contornar o Cabo da Boa Esperança (1487) - conhecido pelos mareantes como Cabo das Tormentas ou Cabo Não -, e de seu irmão, Diogo Dias, Pedro Álvares aventurou-se no mar. As demais naus eram comandadas por representantes da nobreza de então: Simão de Miranda Azevedo, Aires Gomes da Silva, Simão de Pina, Vasco de Ataíde, Nuno Leitão da Cunha, Pero de Ataíde, Gaspar de Lemos, Luís Pires e Simão de Pina.

Velas enfunadas, a armada de Pedro Álvares se fez ao mar com a certeza de sua missão de achar novas terras situadas a sudoeste, na "quarta parte do mundo", dentro da raia prevista no Tratado de Tordesilhas, necessárias como ponto de apoio ao que veio a ser

⁽¹⁵⁾ Bacharel em artes e medicina, físico e cirurgião. Sobre a importância de sua obra, ver Joaquim Barradas de Carvalho, *La traduction espagnole du "De Situ Orbis" de Pomponius Mela par maître Joan Faras et les notes marginales de Duarte Pacheco Pereira*. Lisboa, 1974.

⁽¹⁶⁾ LIPINER, Elias. *Gaspar da Gama, um converso na frota de Cabral*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

chamada de Carreira da Índia. Zarpando a 9 de março de 1500, a 14 desse mês passou ao largo do arquipélago das Canárias e, a 22 do mesmo mês, avistou a ilha de São Nicolau, no arquipélago de Cabo Verde, e, ao contrário do que lhe fora aconselhado nas instruções, optou por não se reabastecer de água. O fato é visto por alguns historiadores como a comprovação de uma certeza de que o capitão-mor tinha conhecimento da existência da nova terra, a oeste das ilhas de Cabo Verde, distante apenas alguns dias de navegação, na qual ele deveria se reabastecer de água e lenha necessários ao objetivo principal de sua expedição.

No dia seguinte, 15 de março, "sem que houvesse tempo forte ou contrário para poder ser", conforme atesta o escrivão da armada, desapareceu a nau de Vasco de Ataíde, com a sua tripulação de 150 homens, sendo infrutíferas todas as tentativas de encontrá-la.

No dia 21 de março, Mestre João divisa a constelação da Cruz, depois denominada de *Cruzeiro do Sul*, cruzando assim a linha do equador.

Até então a viagem fora um sucesso, chegando por vezes as naus a velocidade média de 5,8 nós por hora (cerca de 10 km), um verdadeiro feito para a época. Entre 29 e 30 de março, porém, a esquadra entra na "zona das calmarias" onde, por dez dias, fica ao sabor da "corrente equatorial", que a afasta da rota cerca de 90 milhas para o oeste. Encontrando a "corrente brasileira", que arrasta os barcos em direção ao quadrante sudoeste, a esquadra logo alcança a velocidade média dos 5 nós, "fechando sempre sobre a costa".¹⁷

Na terça-feira após a Páscoa, 21 de abril, segundo testemunho do escrivão da armada, Pero Vaz de Caminha, foram encontradas "muita quantidade d'ervas compridas a que os mareantes chamam de botelho e assim outras, a que também chamam de rabo d'asno", confirmando assim os primeiros sinais de terra. No dia seguinte, 22 de abril de 1500, segundo a mesma fonte:

Na quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves conhecidas por *fura-buchos*, e nestes dia, a hora das vésperas, havemos vista de terra, primeiramente dum grande monte bem alto e redondo e de outras serras mais

(17) GUEDES, Max Justo. O descobrimento do Brasil. Lisboa: 1989. 2a ed. p. 103.

baixas ao sul dele e de terra chã com grandes arvoredos; ao monte pôs o capitão o nome de Pascoal e à terra, T'erra da Vera Cruz. Mandou lançar o prumo, acharam vinte e cinco braças e ao sol posto, obra de seis léguas da terra, surgimos em dezenove braças, ancoragem limpa, onde permanecemos toda aquela noite e, na quinta-feira de manhã, fizemos vela e seguimos direto à terra, os navios pequenos adiante, por dezessete [...] e nove braças até meia légua de terra, onde todos ancoramos na direção da foz dum rio. Chegáramos a esta ancoragem às dez horas pouco mais ou menos e dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo os navios pequenos disseram por chegarem primeiro.¹⁸

Estava assim lavrado o "auto de nascimento do Brasil", culminando com Pedro Álvares a série de incursões de navegadores anônimos que, nas suas expedições, anteriores a 1500, procuravam situar o ponto do desembarque oficial dentro da raia prevista a 7 de julho de 1494, quando da assinatura do Tratado de Tordesilhas, que reservara para a coroa portuguesa as terras existentes dentro das 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, merecendo o seguinte comentário de Jorge Couto:

Os navegadores cabralinos adotaram uma rota mais correta do que a recomendada por Luís Teixeira, na segunda metade de [anos] Quinhentos, que aconselhava os pilotos a afastar os seus navios do litoral "a partir dos 16 graus e meio por causa dos baixos dos Abrolhos que são muito perigosos e botam muito ao mar", manobra que, a ser efetuada, impediria qualquer navio de alcançar Porto Seguro, situado em 16°27'¹⁹

⁽¹⁸⁾ Pero Vaz de Caminha, *Carta do Achamento do Brasil* etc. Este documento de catorze folhas, datado de Vera Cruz, 1º de maio de 1500, encontra-se transcrito neste volume em fac-símile e leitura paleográfica (p. 63-92), com versão para linguagem atual a cargo do Doutor Antônio Baião (p. 93-102). Original (295 x 209 mm) conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa); Gaveta 8, Mº 2, nº 8.

⁽¹⁹⁾ COUTO, Jorge. op. cit. p.173.

TEIXEIRA, Luís. *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Magalhães*. Manuscrito elaborado em cerca de 1586, conservado na Biblioteca da Ajuda (Lisboa). Ed. fac-similar organizada por Melba Ferreira da Costa. Lisboa: Tagol, 1988.

Nada escapou ao registro do experiente escrivão, naquele primeiro contato oficial de portugueses com a terra brasileira, que poderão ser assim resumidos: quinta-feira, dia 23, Nicolau Coelho é mandado a terra, mas não desembarca; sexta-feira, dia 24, a frota muda de ancoradouro, navegando dez léguas ao norte, encontrando "um arrecife [a Coroa Vermelha] com um porto dentro, muito bom e muito seguro [a baía Cabrália], com uma mui larga", onde lançaram âncoras dentro de uma baía chamada pelo capitão-mor de Porto Seguro [a baía de Cabrália], local onde os portugueses vêm a conviver de perto com os ameríndios, que ajudaram no reabastecimento de água e de lenha. Na ocasião foram trocados presentes, "um barrete vermelho, uma carapuça de linho que levava na cabeça e o sombreiro preto. Em um deles deu um sombreiro de penas de aves compridas com uma pequena copa de penas vermelhas e pardas, como de papagaio e outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, meúdas, peças que segundo creio o capitão envia a V. A."

No domingo seguinte, após a Páscoa, 26 de abril, é rezada a primeira missa por frei Henrique de Coimbra num ilhéu, hoje chamado de ilhéu da Coroa Vermelha. Na terça-feira, 28 de abril, o capitão-mor manda construir uma grande cruz de madeira, junto a foz do rio (*Mutari*) junto a qual, depois de hasteada no dia 1º de maio, sexta-feira, é rezada a segunda missa. No dia 2 de maio, onze navios da esquadra seguem em direção ao Cabo da Boa Esperança e a naveta de mantimentos, sob o comando de Gaspar de Lemos, volta à Lisboa com as cartas anunciando a descoberta oficial da nova terra, levando apetrechos indígenas, papagaios, araras, pau-brasil e frutos outros, deixando em Afonso Ribeiro e outro degredado.

A *Carta de Pero Vaz de Caminha* é um dos mais importantes documentos acerca dos descobrimentos portugueses ao tempo do rei D. Manuel I, superior do ponto de vista antropológico aos relatos de Américo Vespúcio, cujas sucessivas edições alcançaram grande sucesso na primeira metade do século XVI, como bem demonstra este trecho traduzido pelo então diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Antônio Baião:

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, bons rostos e narizes bem feitos; andam nus, sem nenhuma

cobertura, não se importam de nenhuma cousa de cobrir, nem mostrar suas vergonhas e estão, acerca disso, com tanta inocência como têm ao mostrar o rosto. Ambos traziam os lábios de baixo furados e metidos por eles ossos brancos do comprimento de uma mão travessa e da grossura de um fuso de algodão e agudo na ponta como um furador; metem-nos pela parte de dentro do lábio e, o que lhe fica entre ele e os dentes é feito como um roque de xadrez e de tal maneira o trazem encaixado que os não incomoda, nem lhes perturba a fala, nem o comer, nem o beber. Os cabelos são corredios e andavam tosquiados de tosquia alta, mais que sobre o pente de bom tamanho e rapados até por cima das orelhas. Um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte, por detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarela que seria do comprimento dum conto, mui basta e cerrada, que lhe cobria o toutiço e orelhas, a qual andava pegada nos cabelos pena a pena com uma confeição branda como cera e não era, de maneira que andava a cabeleira mui redonda, basta e igual, que não fazia falta mais lavagem para a levantar. [...] Entre eles andavam três ou quatro moças, bem jovens e bem gentis, com os cabelos muito pretos e compridos pelos ombros e as suas vergonhas tão altas e cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de a nós muito bem olharmos, não nos envergonham. [...] Uma daquelas moças era toda pintada de alto a baixo com aquela tintura e tão bem feita e tão redonda em suas formas, tão graciosas, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhes tais feições, causaria pena não terem as suas como ela.

Ao contrário dos relatos de Américo Vespúcio, a carta do escrivão da armada permaneceu no esquecimento até 1793, ano em que seu original foi encontrado na Torre do Tombo (Lisboa) por Juan Batista Munoz, sendo pela primeira vez divulgado pelo padre Ayres de Casal, quando da edição do seu livro *Corografia Brasilica* (Rio de Janeiro, 1817).

O período em que a armada de Pedro Álvares esteve ancorada na costa brasileira foi chamado, por Carlos Malheiro Dias, de Semana

de *Vera Cruz*²⁰, artigo no qual descreve, com base nos relatos do escrivão da frota, do Mestre João e do chamado *Piloto Anônimo*²¹, o primeiro contato dos portugueses com a terra brasilica.

Continuando sua viagem com destino à Índia, Pedro Álvares, seguindo as recomendações de Vasco da Gama, navega no sentido sudeste em busca do Cabo da Boa Esperança, que os marinheiros denominavam de Cabo das Tormentas. A sorte, que o acompanhara até então, parece o ter abandonado logo no dia 23 de maio, quando uma forte tempestade, já nas proximidades do cabo veio a provocar fortes baixas na esquadra. Na ocasião naufragaram as naus de Aires Gomes da Silva, Luís Pires e Simão Dias, levando mais consigo mais de 300 homens, seguindo-se da caravela de Bartolomeu Dias, o mesmo que houvera descoberto o Cabo da Boa Esperança, com 80 homens.

Somente a 16 de julho, os cinco navios restantes da esquadra vieram se reencontrar, completamente avariados e com as suas tripulações em pânico, na ilha de Quiloa, na costa do atual Quênia. "A nau de Diogo Dias sobreviveu à tempestade, mas desgarrou-se e foi parar em Mogadíscio, na Etiópia, tornando-se o primeiro navio europeu a singrar o Mar Vermelho"²²

A viagem se seguiu com a frota portuguesa atingindo Sofala, em julho, e Melinde, a 2 de agosto, onde com o apoio do xeque Omar conseguiu os serviços de um piloto hindu que a conduziu até a Índia. Em

(20) DIAS, Carlos Malheiro. "A Semana de Vera Cruz", in *História da colonização portuguesa do Brasil* Porto: Litografia Nacional, 1923 v. 2

(21) A relação do chamado *Piloto Anônimo* foi divulgada em língua italiana por Fracazano Montalbodo, quando da primeira edição da obra *Paesi nuovamente ritrovati* (Veneza, 1507), segundo tradução do texto original em português feita por Giovanni Matteo Crético. A obra reúne em seus 143 capítulos narrativas de navegadores do final do século XV e início do século XVI, dentre os quais Cristóvão Colombo, Vicente Pinzon, Américo Vespúcio, Cadamosto, Pedro Álvares Cabral, dentre outros A relação do *Piloto Anônimo* aparece nos capítulos 62 a 70, sob o título *De la navigatione de Lisbona a Callichut de lingua portogallese in italiana*. O sucesso da primeira edição contribuiu para duas outras impressas em Veneza (1517 e 1521), seguindo-se da edições de Milão (1508, 1512 e 1519), sendo traduzida para o latim por Archangelo Madrignano, sob o título *Itinerariu Portugalesiu* (Milão, 1508); para o alemão, segundo edição de Nuremberg de 1508; para o francês, em 1516, o que comprova a sua importância.

(22) BUENO, Eduardo. A viagem do descobrimento - A verdadeira história da expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. p.118.

13 de setembro, aportaram em Calicute a capitânia de Pedro Álvares, a sota-capitânia de Sancho Tovar, a nau *Anunciada*, de Nuno Leitão da Cunha, e de duas outras comandadas por Nicolau Coelho e Simão de Miranda.

No final de setembro o capitão-mor teve o esperado encontro com Glafer, o Samorim - ou *Samudri Raj*, o "Senhor do Mar", de Calicute, quando lhe fez entrega da carta do D. Manuel I, escrita em árabe, e presenteou-lhe com moedas de ouro e prata, sedas e brocados, recebendo em troca autorização para instalação de uma feitoria naquele movimentado centro comercial.²³

Mas o pior estava por vir. Enquanto os portugueses carregavam suas naus de especiarias, enfrentando a concorrência dos comerciantes árabes, que os viam como uma ameaça aos seus negócios, a esquadra veio a ser atacada, a 16 de dezembro de 1500, por cerca de 300 árabes e hindus. Na ocasião perderam a vida o escrivão Pero Vaz de Caminha, o feitor Aires Corrêa, seis frades franciscanos e 50 outros portugueses. Durante dois dias, segundo relato do *Piloto Anônimo*, foi Calicute bombardeada pelos portugueses "matando infinita gente e causando muito dano à cidade".

Pedro Álvares buscou abrigo no reino de Cochim, na costa do Malabar, distante 200 km de Calicute, para onde se dirigiu no dia 20 de dezembro. O rajá local, rival de Calicute, permitiu a instalação de uma feitoria e o carregamento das naus de pimenta, gengibre, canela e outras especiarias. Em 16 de janeiro de 1501, com uma cabeça de ponte instalada em Cochim, os navios da esquadra de Pedro Álvares iniciaram sua viagem de retomo à Lisboa.

Na sua viagem de retomo foi encontrar em Bezequiche, hoje Dakar, a nau desgarrada de Diogo Dias, com uma tripulação de apenas sete homens, e, numa feliz coincidência, com a expedição de Gonçalo Coelho que seguia em busca do Brasil. Nela estava o cosmógrafo e homem de ciência Américo Vespúcio, navegador florentino de grande conceito, em sua terceira viagem ao continente que veio a ser conhecido pelo seu nome. Na ocasião, juntando a experiência de Pedro Álvares e os últimos informes da expedição de Gaspar Corte Real, que retomara

⁽²³⁾ BUENO, Eduardo. op. cit. p.118.

em outubro de 1500 com a notícia da descoberta da Terra Nova, na época batizada por ele de *Terra Verde*, a 50º de latitude norte, que a *Terra de Vera Cruz*, recém-descoberta, fazia parte de um grande continente, o Novo Mundo, que veio a ser chamado de América.

O primeiro barco da esquadra de treze navios a chegar a Lisboa foi a nau *Anunciada*, sob o comando de Nuno Leitão da Cunha, em 23 de junho de 1501, antecedendo a Pedro Álvares que veio aportar no Tejo a 21 de julho de 1501, levando as boas novas ao rei D. Manuel e pela primeira vez unindo os quatro continentes: Europa, América, África e Ásia.

Somente a 28 de agosto de 1501, é que o monarca português, pressionado pela diplomacia hispânica, veio escrever aos Reis Católicos, Fernando e Isabel, dando conhecimento da notícia que ele já tinha conhecimento há mais de um ano. D. Manuel I, tratado por "dilecto filho" pelos Reis Católicos, era casado em segundas núpcias com a infanta D. Maria, terceira filha dos monarcas espanhóis, em cerimônia realizada em Alcácer do Sal a 30 de outubro de 1500. Narrando o acontecido com a armada de Pedro Álvares Cabral, em sua viagem à Índia, o monarca português assevera aos seus sogros que a descoberta de novas terras era obra do acaso, "um milagre do Nosso Senhor", omitindo assim quaisquer outros informes. Tratava-se, pois, de uma versão capciosa, que chegou até os nossos dias, fruto do notório interesse daquele monarca em esconder da Espanha e de outros reinos a importância da Terra de Vera Cruz para a Carreira da Índia, que então se iniciava. Em sua carta, redigida com cautela e ambigüidade, o monarca omite, propositadamente, a posição geográfica da *Terra de Vera Cruz*, bem como os resultados das medições de latitude efetuadas pelo Mestre João em Porto Seguro, e não faz qualquer referência a expedição de Gonçalo Coelho, na qual também embarcara o piloto Américo Vespúcio, que havia zarpado de Lisboa em maio daquele ano de 1501.

Ao receber as notícias sobre a descoberta da grande terra firme austral - cujas extremas setentrional e meridional eram desconhecidas - D. Manuel apercebeu-se que, para além de ter batido os Reis Católicos na corrida pela chegada ao Oriente (1499), acabava de abrir uma nova frente na competição com Castela, desta vez no hemisfério ocidental (1500). Terá considerado, então, mais adequado, devido às

prioridades em assegurar a sucessão do trono (negociações para o seu casamento com a infanta D. Maria) e em ampliar militarmente a presença portuguesa no Oriente e no Norte da África, não permitir a divulgação de notícias sobre o assunto até se encontrar na posse de informações precisas sobre os limites da Terra de Santa Cruz, para o que mandou aparelhar a esquadilha que confiou a Gonçalo Coelho. No entanto, o regresso do Índico dos navios cabralinos, o primeiro dos quais pertencia a particulares, tornou pública a descoberta daquela terra.²⁴

A descoberta do caminho das Índias por Vasco da Gama (1498); seguindo-se da viagem de Pedro Álvares Cabral (1500), com a conseqüente achamento do Brasil; bem como das viagens de Américo Vespúcio (1501 e 1506)²⁵, que percorreu e registrou os acidentes

(24) COUTO, Jorge. op. cit. p. 189.

(25) Amérigo Vespucci (1451-1512), navegador florentino que, antes de 1500, estivera por duas vezes no que veio a ser o litoral da costa norte do Brasil. Na primeira na expedição, sob o comando de Vicente Yañez Pinzon e Juan Diaz de Solis, maio de 1497 a outubro de 1498, quando navegou em águas do Rio Amazonas e ao longo das suas ilhas, e na segunda, sob o comando de Alonso de Ojeda e Juan de La Cosa, maio de 1499 e junho de 1500. Por sua experiência em viagens ao Novo Mundo, foi contratado pela coroa portuguesa para desbravar o litoral do Brasil, embarcando em Lisboa na flotilha de três caravelas, comandadas pelo navegador Gonçalo Coelho, a 10 de maio de 1501 só retornando em 7 de setembro de 1502. "No decurso da viagem foram descobertos e batizados os principais acidentes geográficos", do Cabo de São Roque (Rio Grande do Norte) até o porto de São Vicente, no que veio a ser o litoral paulista. Em sua segunda viagem (1503-1504), também sob o comando de Gonçalo Coelho, fundou uma feitoria em Cabo Frio, deixando como feitor João Braga com uma guarnição de 24 degredados. Ao retornar de sua primeira viagem (1501-02), Vespúcio escreve uma relação dos fatos acontecidos e a envia a Lourenço di Pierfrancesco de Médici que a publicou em italiano na cidade de Paris, provavelmente em 1503, tendo logo depois saído a versão latina, intitulada *Mundus Novus*, publicada em Veneza (1504). Coube a Fracanzano de Montalbodo a publicação dos relatos de Américo Vespúcio quando das edições da obra ***Paesi novamenti retrovati. Et Novo Mondo da Alberico Vespucio florentino intitolato***, publicadas em italiano nos anos de 1507, 1508, 1512, 1517, 1519, 1521, seguindo-se de dez outras edições publicadas em outras linguas todas da primeira metade do século XVI. Graças ao sucesso de suas cartas, Martin Waldseemüller, professor de Geografia em Saint-Dié (França) e grande admirador de Vespucci, batizou o novo continente com o nome de "América", quando da publicação de sua obra, escrita em latim, sob o título ***Cosmographie Introductio*** (Saint-Dié, Lorena, 1507, onde consta, como apêndice, o relato das quatro viagens. Com a publicação de *Itinerarium Portugallensium* (Milão, 1508), Tomás Moro tomou conhecimento do episódio referente à fundação da primeira feitoria portuguesa no Novo Mundo e fez inserir sua trama em sua célebre obra, ***Utopia*** (Lovaina, 1516).

geográficos de todo o litoral do novo continente, vieram coroar a "política do sigilo" desenvolvida ao longo dos anos pelo *Príncipe Perfeito*, cujos frutos foram dados como mercê a D. Manuel I que o sucedera no trono português em 1495.

O NOVO MUNDO

Após a viagem de Pedro Álvares Cabral é que de fato surgiu o *Novo Mundo*, pela primeira vez conscientemente assumido e proclamado. Os homens daquela expedição, que partira do Restelo a 9 de março de 1500, pela primeira vez fizeram uma viagem unindo os quatro continentes: partindo da Europa, com escala na América do Sul (o Novo Mundo oficialmente reconhecido) e na África Oriental, chegaram à Ásia. Abriram-se, assim, os caminhos para a influência portuguesa em quatro continentes; com repercussões em outras partes do mundo, inclusive na Oceania.

Para Frédéric Mauro os descobrimentos portugueses apresentaram quatro características essenciais:

- a) o "pioneirismo temporal", porque precederam, de cerca de 70 a 100 anos, as outras descobertas européias;
- b) a "dispersão espacial", porque foi a única expansão que permitiu uma implantação em todas as partes do mundo (África, Ásia, América e Oceania);
- c) o "pluralismo civilizacional", pela capacidade que teve a expansão portuguesa de se organizar no mundo segundo duas modalidades diferentes: a da intercomunicação, na África e no Oriente, e a da criação espacial, no Brasil;
- d) o "universalismo cultural", graças à capacidade de adaptação às diferentes civilizações.

Espanhóis, ingleses, holandeses e franceses marcaram também a sua presença nas cinco partidas do mundo, mas o "universalismo cultural" é típico dos portugueses e, em menor grau, dos espanhóis. Uns e outros teriam sido preparados para essa atitude, pelos

contatos da Europa com o Magrebe e através deles com a África e a Ásia²⁶.

O "achamento" do Brasil, conforme a carta de Pero Vaz de Caminha que declara ter "encontrado a terra de Santa Cruz" (e não descoberto), na visão de muitos historiadores, entre os quais Jorge Couto e Frédéric Mauro, não se trata de obra do acaso. O Novo Mundo, como sempre foi reconhecido pelos portugueses, serviu inicialmente de base para a Carreira da Índia - "para onde os alísios empurravam as naus e de onde, descendo em direção ao sul, recuperavam os ventos dominantes de oeste que lhes desabam em cima [...] Duarte Pacheco Pereira, o homem que escreveu que 'a experiência é a madre de todas as coisas', parece muito provavelmente ter encontrado o Brasil antes de 1500. E é certo que fez parte da expedição de Álvares Cabral, em 1500"²⁷

O Brasil, tal como hoje o conhecemos, com a sua dimensão geográfica continental, suas múltiplas faces culturais, suas variações étnicas e sua unidade lingüística, só veio a tornar-se possível graças à "política do sigilo" desenvolvida pelo *Príncipe Perfeito*, entre 1474 e 1495 vitoriosa no Tratado de Tordesilhas (1494) e perpetuada pelas relações de comércio que se seguiram à explosão da influência portuguesa por todo o mundo.

⁽²⁶⁾ MAURO, *Frédéric*. op. cit., p. 26-30.

⁽²⁷⁾ MAURO, *Frédéric*. op. cit., p. 30

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

UM FATOR VELADO NOS TRIUNFOS DE AUGUSTO*

Otoniel MOTA

No ano 45 antes da era cristã, uma tragédia desenrolada em Roma com o assassinio de Cesar fez surgir no limiar da história uma criança para dominar o mundo. Aberto o testamento de Cesar, viu-se que ele fazia seu herdeiro ao sobrinho Otávio, conferindo-lhe até o próprio nome.

Que havia de extraordinário nessa criança para que ela viesse a ascender tão alto, aureolando-se de glória incomparável? Que dons pessoais, divinos e irresistíveis impeliram esse adolescente de dezoito anos a varrer todas as dificuldades que se amontoavam diante de seus passos, a impôr-se de vitória em vitória, até galgar o fastígio do Olimpo?

Numa carta endereçada a Otávio, atribuída a Cícero, mas evidentemente espúria - ainda que valiosa como documento histórico, pois deve ter sido escrita em dias do imperador - põe-se na boca do grande orador romano uma invocação aos maiores da República, já falecidos, para que contemplassem a sorte de Roma, entregue a uma criança de dezessete anos.

(*) Figura exponencial da cultura literária, histórica e religiosa de nossa terra, Otoniel Mota (1878-1951) é nome bastante vinculado a Campinas, pois em nossa cidade residiu por muitos anos, como pastor da Igreja Presbiteriana Independente e professor de nosso tradicional "Ginásio do Estado". No ano em que se comemorou o bimilenário de Augusto (1938), o criador do Império Romano, teve oportunidade de proferir na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no dia 23 de abril daquele ano, a notável conferência que aqui se transcreve, publicada originalmente, dias depois, pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

É de fato coisa para fazer pensar uma carreira tão larga, tão segura, tão gloriosa, encetada pelo rapazinho que empolgou o mundo. E é tanto mais para admirar, quanto é certo que tudo parecia decretar o insucesso do jovem, quando encaramos as coisas pelo prisma da simples possibilidade humana. É o que vamos ver.

Pela sua linha paterna, era de origem plebéia, embora fosse de boa casta e o pai conseguisse galgar a posição de pretor. Antônio e outros seus desafetos lançavam-lhe em rosto a origem obscura: chamavam-lhe descendente de liberto, de padeiro, de cordoeiro, de perfumador e cambista. Cássio de Parma, segundo Suetônio, escreveu em uma de suas cartas: “Tua farinha materna (isto é tua avó) procede do mais grosseiro moinho de Arícia e foi um cambista de Néruium quem a amassou com as mãos enegrecidas ao contato com o dinheiro”.

Ascendentes endinheirados, mas sem distinção social, é o que daí se depreende. E quanto aos ascendentes mais próximos, parece que o próprio dinheiro devia ser escasso, se é exato o que nos diz Suetônio acerca da casinha em que Augusto viveu e nasceu, tal como vizinhos lhe mostravam. “Mostra-se ainda hoje - diz ele - a casa em que foi criado numas terras que a família possuía às portas de Velitras. É de todo modesta e semelhante a um celeiro. Os da região acreditam mesmo ter ele nascido ali”. Não sei como isto se harmonize com o testemunho de Velleius Paterculus a respeito da fortuna de Gaius Octavius, pai de Augusto. Nobreza mais castiça lhe vinha do lado materno, de Atia, filha do senador Marcus Atius Balbus e de Júlia, irmã de Cesar.

Pequenos traços deixados por historiadores latinos levam-nos a enxergar nos hábitos de Augusto a confirmação de sua origem modesta: a repugnância ao luxo e ao fausto, a simplicidade de seus móveis e de suas habitações, a sua alimentação, frugal como a dos campônios. Mandou arrasar um palacete marmóreo de sua filha Júlia, por lhe não suportar os hábitos suntuários. Escrevia em ortografia fonética, no que, aliás, revelava, como em tudo o mais, o seu reconhecido bom senso... Empregava, no falar, formas populares. No meu pequeno livro **O meu idioma**, estudando a forma “semos”, empregada pelo nosso caboclo em vez de “somos”, tratei de mostrar que não precisamos explicá-la por um caso dialetal da nossa língua, mas sim da língua latina, porque, segundo Suetônio, já Augusto empregava “simus pro sumus”.

Nosso caboclo, pois, está em boa companhia, se é que as companhias, por serem augustas, são, “ipso facto”, boas. Tenho cá minhas lembranças de que às vezes são ruinzinhas...

Até as suas superstições têm cheiro popular, se bem que as superstições por vezes se aninhem nos espíritos mais cultos e nas camadas sociais mais brilhantes... pelo ouro e pelas jóias. Os enciclopedistas franceses são um exemplo. Diderot, se não me engano, tremia mais à visão de uma simples aranha do que o elefante ao grunhir de um porco. E quanta dama nesta cidade não mandará parar a sua Lincoln faiscante, para apanhar na rua uma sórdida ferradura que o próprio cavalo desprezaria por imprestável...

Augusto, se acaso, ao erguer-se do leito, acontecia meter o pé direito no chinelo esquerdo, via nessa casualidade a prova inconcussa de um dia aziago. Também aqui não está só. Tremia, com pânico pavor, ao ribombo do trovão, e para se livrar da tempestade, levava sempre consigo um couro de foca que o abrigasse, em lugar da palma benta.

Tendo perdido o pai aos quatro anos de idade tão somente, foi criado pela mãe, Atia, e pela avó Júlia; e todos nós sabemos que a perda precoce do pai e a criação à barra da saia, com exclusiva influência feminina, produz em geral seres tímidos, sem iniciativa.

Nunca se revelou uma inteligência criadora. Recebendo, é certo que incompletamente, a educação do tempo, nunca se salientou nas letras, nada escreveu que ficasse fulgindo na história, à semelhança dos escritos do tio, de quem ele herdou tudo, menos isso que, graças a Deus, o homem não dá, mas também não tira: a capacidade divina da criação, o talento literário. Tentou escrever um poema, “Ajax”, o herói que se precipitou sobre a espada pondo termo à vida. Teve o bom senso de apagá-lo, e quando lhe perguntavam pelo seu “Ajax”, respondia, jocosamente, que se precipitara numa esponja.

Sua saúde - apesar de ter vivido setenta e seis anos - foi sempre mui precária. Na infância, a mãe e a avó freqüentemente o mandavam para o campo a fortalecer o físico ameaçado, o que devia ter sido em detrimento da instrução. Sofria de cálculos biliares, tinha o ventre mosqueado, as pernas vacilantes, a reclamarem aparelhos que lhe garantissem a marcha.

Assim, pois, nunca foi, nem poderia ser, um tipo de soldado, à guisa do tio, que, de espada a lampear na dextra, a cabeça à vela em desafio à canícula mais rigorosa, marchava à frente de suas tropas, léguas e léguas, com uma resistência física inacreditável.

Achacado na véspera da batalha de Filipos, não pôde nela tomar parte pessoal, nem participar diretamente das glórias de que se cobriu Antônio.

Eis aí o mancebo que, aos dezoito anos, achando-se em Apolônia, no Epiro, a completar os seus estudos, recebeu a notícia da tragédia que extinguiu a Cesar, e partiu para iniciar a sua carreira iluminosa. Pouco mais de um mês depois, ei-lo em Roma. Vacila sobre se deve aceitar o ônus tremendo que o esmagava. Nada mais natural. A mãe e o padrasto - Atia havia contraído segundas núpcias com Felipe - procuram movê-lo, como era curial, de uma tal responsabilidade. Agripa, seu amigo, então se lhe aproxima e fá-lo resoluto, impele-o a aceitar a herança formidável.

Quem era esse Agripa? O mesmo que iria ser mais tarde o almirante glorioso da batalha de Actium. Era um colega que em Apolônia também cursava as aulas de Apolodoro de Pérgamo, o retórico. Era igualmente uma criança de dezoito anos, mas o busto que a arqueologia nos pôs sob os olhos, nos revela os traços inconfundíveis de uma personalidade marcadamente varonil. Eis o seu primeiro auxiliar, que o será em tudo dali por diante.

Não sabemos se, nesses primeiros passos arriscadíssimos de Augusto, o espírito efeminado de Mecenas assumiu alguma posição decidida, pondo-se desde logo ao lado do mancebo. mas admitamos que sim. Se, como alguns supõem, Mecenas também nascera no ano 63, teria Augusto um terceiro colaborador de dezoito anos! Uma criança a tomar conta de Roma e do mundo, num momento de excepcional gravidade.

Os veteranos, como Cícero, seus contrários, foram mortos, banidos ou sufocados pelo triunvirato.

Dir-se-á que o adolescente Otávio tinha atrás de si o exemplo do tio e não lhe restava senão seguir-lhe as pegadas. Não lhe era pouco prosseguir na rota traçada pelo gênio de Cesar; seria mesmo coisa

extraordinária, para uma criança que parecia ter contra si tantas inferioridades e desvantagens na vida, tantas lacunas para a tarefa ingente que o destino lhe havia reservado. Mas acresce que o jovem não ia “seguir” o sulco traçado por seu tio e prolongá-lo na carreira política encetada; o seu plano, de início, foi contrariar a política de Cesar. A de Cesar tinha sido conquistar; a de Augusto era conservar e pacificar. Tocava-lhe, ainda, erguer um mundo novo sobre os escombros e as cinzas deixadas pelas guerras civis que assolaram a pátria. A agricultura, a economia nacional, a vida social, o problema do exército e da marinha, a família, tudo afinal estava a pedir reconstrução ou a criação de instituições adaptadas à nova ordem de coisas.

E o rapazello empunha as rédeas do poder com mão de ferro e marcha sem vacilar no desempenho da excelsa missão que lhe incumbia realizar na pátria. Ele não atribue senão a si mesmo esse prodígio que nos enche de admiração. “Aquele alma divina - diz Velleius Paterculus - preferia uma elevação perigosa a uma segurança sem glória”.

Em seu testamento, Augusto se reporta orgulhoso a este início de glória. “Aos dezenove anos - diz ele - sem outro conselho que o meu e com os meus próprios recursos, ergui um exército com o qual dei a liberdade à República oprimida sob a tirania de uma facção”.

“Sem outro conselho que o meu”, diz ele; mas, seria mesmo assim? Aqui principia a tese que temerariamente procurarei defender nesta conferência: a existência de um “fator velado nos triunfos de Augusto”. Vamos indagar se atrás da cortina acaso não se oculta uma inteligência mais poderosa que a de Augusto, uma cultura mais sólida, uma experiência mais curtida e madura, a temperar os arroubos do jovem e empunhar o timão nos momentos agudos, em que a adolescência, em regra, se desorienta, se transvia e sossobra.

Ouvi-me com paciência na aparente digressão com que vou iniciar nossa pesquisa, para a qual fui arrastado quase que pela casualidade, visto que não me consagro a estudos históricos nem teria em São Paulo manancial abundante para informação.

Se vos puserdes a ler com atenção as obras de Sêneca, o filósofo, e se conheceis suficientemente no Novo Testamento, perceberéis facilmente, a cada passo, tão frisantes semelhanças, que não as podereis atribuir a simples coincidências. É forçoso admitir um ponto de contacto, próximo ou remoto, direto ou indireto, entre a mente do filósofo romano e o ambiente em que surgiu o Novo Testamento. E onde mais se tornam numerosas tais semelhanças é nas epístolas paulinas.

Não tenho tempo, nos limites desta conferência, para exemplificar, nem viria de molde a fazê-lo. Há toda uma literatura em línguas estrangeiras acerca deste fato.

A aproximação é tal, que escritores cristãos como Tertuliano chegam a denominar Sêneca “um dos nossos”. Pensou-se até em alguma convivência entre o filósofo e o apóstolo, pois que nasceram e morreram mais ou menos no mesmo tempo.

Lá pelo quarto século apareceu, mesmo, uma correspondência escrita entre os dois pensadores, correspondência, é claro, tão espúria como a céebre carta de Públio Lentulus acerca da pessoa física e moral de Cristo, documentos que ninguém mais pode tomar a sério em nossos dias.

A hipótese de relações travadas entre Sêneca e Paulo não é necessária, como vamos ver, mas não é impossível. Paulo tinha de ser, forçosamente, uma personalidade impressionadora aos intelectuais. Ora bem, quando, em viagem missionária, se viu envolvido em Corinto por um tumulto de judeus, foi levado ao tribunal de Galião, que era o procônsul da Acaia, e Galião era irmão de Sêneca. Não seria de estranhar que desse alguma notícia do apóstolo a seu irmão em Roma.

Quando Paulo vem preso para ser julgado em Roma, o prefeito da cidade, que o recebeu e alojou em “custodia libera”, era Burrus, amigo íntimo de Sêneca.

Mas pondo mesmo de lado esta hipótese, ainda assim o filósofo, curioso e indagador como era, bem poderia entrar em contacto com o pensamento cristão, uma vez que o cristianismo já se havia difundido tanto em Roma, que ia, dos escravos até às camadas altas, onde uma Pompônia Grecina nos surge para confirmar o que digo.

Preso em Roma, lá pelo ano 61, Paulo escreve a epístola aos Filipenses e fecha a missiva com as seguintes palavras: “Todos os santos vos saudam, especialmente os da casa de Cesar.

Era costume de Sêneca reunir os seus escravos e comer com eles para lhes conhecer as idéias e as tendências, e entre eles haveria cristãos, provavelmente.

Mas nada disto é preciso. O encontro se explica pela mentalidade oriental - e possivelmente judaica - impressa na mentalidade de Sêneca através da filosofia estoica, a que ele pertencia. O estoicismo era uma filosofia de origem oriental e semítica. Zenão, seu fundador, nascido em Citium, colônia fenícia de Creta, era chamado "o fenício" e era provavelmente de sangue semita. O "habitat" do estoicismo foi especialmente Babilônia, Tiro, Sidon, Cartago, a Cilícia, a Frígia, Rodes. Nem um só estoico de nomeada nasceu na Grécia propriamente, diz o ilustre bispo anglicano Lightfoot, a quem vamos seguindo neste momento.

O estoicismo foi um amálgama da consciência moral e religiosa do semita com o pensamento grego, de tendência materialista. Daí, as incongruências da escola, em que uma linguagem mística, à semelhança da dos profetas hebreus, veste, contudo, um fundo panteístico materialista. E daí a impossibilidade para o estoicismo de lutar vitoriosamente com a religião cristã. A miragem de água cristalina ia reduzir-se afinal a uma cisterna rota e seca, em que a alma não poderia dessedentar-se.

Se assim é, bem podemos ver como a linguagem, com que a escola revestiu o pensamento do filósofo romano, levaria esse pensamento a encontrar o do apóstolo, sem mais explicações.

Entretanto, podemos entreitar mais o círculo, se a vossa paciência não se esgota com a minha aparente digressão.

Abrindo o tratado de Sêneca **De tranquillitate animae**, lá encontrareis mencionado o nome de um filósofo estoico, Atenodoro, de Tarso, a cidade em que São Paulo nasceu. Antes do mais, cumpre desfazer para logo um engano em que vários autores têm caído: este Atenodoro não é para confundir-se com outro de igual nome, também de Tarso, também estoico e preceptor de Catão.

Cícero, escrevendo da Ásia Menor a Appius Claudius, censor em Roma, no ano 51, pedia-lhe que prestasse atenção no que dizia Atenodoro, filho de Sandon, a respeito da nobreza. Isto prova duas

coisas: que Cícero, já maduro, com 54 anos, Cícero a mais brilhante mentalidade e cultura latinas, Cícero prezava a opinião do filósofo tarsiano; em secundo lugar, que as obras do filósofo já corriam na cidade de Roma, onde o censor as poderia consultar. Quereis saber agora que idade tinha Atenodoro nesse tempo? Vinte e três anos tão somente.

Mas que tem isso tudo com Augusto? - haveis de perguntar-me, e eu novamente vós peço que tenhais um pouco mais de paciência.

Quando Antônio se dirigiu para o Oriente, após a morte de Cesar, haveis de estar lembrados de que o célebre encontro que teve com a sedutora Cleópatra, foi na metrópole de Tarso, pátria de Atenodoro e de São Paulo.

Qualquer dicionário geográfico, digno deste nome, vos dirá a importância da capital ciliciana por aquele tempo, não só como cidade populosa e comercial, mas como centro de cultura. Só lhe eram rivais Atenas e Alexandria; mas naquela época Tarso se fizera o mais intenso foco de cultura helênica. A sua universidade irradiava pelo mundo todo - especialmente em Roma - a luz de um sólido saber.

Antônio, o soldado gozador e vicioso que a história nos apresenta, mais atleta que estadista, aliou-se em Tarso com um tal Boetos, aparentemente um judeu, "mau poeta e mau cidadão", como Estrabão o classificou, e entregou-lhe o governo da cidade. Boetos conseguiu esse prestígio graças a um poema que escreveu, cantando as glórias de Antônio na batalha de Filipos. De posse da metrópole, o poetastro reuniu para o auxiliar uma horda de verdadeiros "gangsters", que desorganizou e espoliou a cidade barbaramente.

Augusto, como era de esperar, tratou de pôr cobro àquele banditismo. A quem havia de confiar essa tarefa? Confiou-a ao mais ilustre dos tarsianos, a Atenodoro, que nessa ocasião contava quarenta e dois anos, pois a reforma se deu no ano 31 antes de Cristo.

Notai que o filósofo partiu de Roma para Tarso. Residia, pois, naqueles dias, podemos concluir, na capital romana. Para nos certificarmos disto ainda nos resta o testemunho de Cícero. Escrevendo, fora de Roma, ao seu amigo Ático, ali residente, pedia-lhe que instasse com Atenodoro para lhe entregar o resumo da filosofia de Possidônio, mestre do tarsiano, resumo de que ele necessitava para o tratado **De**

Officiis. E de fato, nesse tratado, no livro terceiro e capítulo segundo, encontrareis mencionado o nome de Possidônio.

A reforma executada por Atenodoro não foi somente profunda, mas original. Augusto, para isso, lhe havia dado carta branca. Estareis percebendo que a nossa canôa vai rumando para a tese. Para receber de Augusto esse poder ilimitado, numa reforma em que estava envolvida a própria concessão do direito, ciosamente zelado, de cidadão romano, devia esse homem ser extraordinário e credor da mais absoluta confiança do potentado. Creio que não estou forçando a nota nem pensareis que armo a efeito. Parece que a argumentação é lógica e psicológica.

Atenodoro aniquilou a Boetos e seus apaniguados. Procurou entregar a cidade aos elementos melhores e mais representativos. Concedeu o direito de cidadão romano aos homens mais conspícuos e de reais serviços à comunidade, porém - e aqui vai a novidade - somente a homens de fortuna, que pudessem manter o título sempre com brilho na sociedade, como o título de barão ou marquês em nossos dias.

Foi nessa ocasião que o pai do apóstolo São Paulo recebeu esse alto privilégio, que transmitiu ao filho; e é por isso que se conclui, legitimamente, que o apóstolo nasceu numa família abastada da próspera colônia hebreia, ali domiciliada. Tendo rompido com a família ao se tornar cristão, viu-se o rabino na contingência de se fazer tecelão dali por diante, e até de receber ofertas das igrejas para se manter no apostolado. Preso em Roma, no fim da vida, agradeceu ele as dádivas que enviaram os queridos filipenses: "Sei ainda viver na penúria, diz ele, e sei também viver na abundância, em tudo e em todas as coisas sei o que é ter fartura e ter fome, ter abundância e padecer necessidade. Tudo posso n'Aquele que me fortalece" (Fil. IV: 12-13).

Quando Atenodoro morreu, Paulo e Sêneca eram crianças de cinco anos mais ou menos. Nenhum deles, pois, foi discípulo pessoal do filósofo reformador. Mas a influência de Atenodoro ficou em Tarso e se projetava lá fora. Paulo não lhe poderia ser estranho. Quanto a Sêneca, temos o seu próprio testemunho. Eis o elo que prende os dois grandes pensadores. O estoicismo semítico, o ambiente de Tarso e Atenodoro explicam as coincidências de que tratamos.

Mas, Augusto? continuareis a perguntar. Aqui tocamos a meta da minha conferência, "o fator velado nos triunfos de Augusto". E

por que é que lhe chamei “velado”? Porque os historiadores, em regra, ou não o mencionam ou a ele se referem de passagem sem lhe atribuírem a importância que se me afigura forçoso atribuir-lhe, se atentarmos mais de perto para algumas circunstâncias.

Se abrides a obra de Suetônio acerca de Augusto, não encontrareis a mais leve referência ao filósofo de Tarso. O historiador francês Léon Homo, em obra recentíssima intitulada **Auguste**, falando dos seus mestres, diz apenas: “Atenodoro de Tarso, que ele cercou de uma consideração toda particular”. Já nos diz alguma coisa, mas é muito pouco. Não nos diz onde foi que Augusto recebeu as suas lições, nem por quanto tempo, nem o que depois se seguiu. O fator começa a ser descoberto, mas ainda fica na penumbra. Procuremos cautelosamente descerrar mais o véu que nô-lo encobre.

Lecionava Atenodoro em Apolônia, no Epiro, quando ali chegou Augusto para completar os seus estudos, com dezoito anos. Isto foi apenas por seis meses, no outono do ano 45, o ano da tragédia em Roma, em que Cesar pereceu. Recebendo a nova desoladora, partiu Augusto para Roma, como atrás já se disse. Ora, por maior que fosse o prestígio de Atenodoro, por mais poderosa que fosse a fascinação por ele exercida sobre Augusto, poderia ser uma influência tão decisiva que transformasse, em tão pouco tempo, uma criança num adulto genial, que envereda, com incrível segurança, de vitória em vitória, á conquista do poder e do governo do mundo.

Tudo, porém, muda de figura quanto atentarmos para uma circunstância de capital importância, que os historiadores parecem desprezar, porque em regra silenciam, e daí o ficar “velado” aquilo que importa vir à tona: é o fato de que ao partir apressadamente de Apolônia para Roma, Augusto conduziu consigo a Atenodoro, “que por trinta anos lhe serviu em Roma de mentor seguro”.

Mentalidade e cultura incomparavelmente superiores às de Otaviano, o filósofo de Tarso era, além do mais, um caráter e um talento prático, organizador, como vimos, na admirável reforma de sua pátria. Era um estadista de descortino. Para provar o prestígio que ele exercia sobre Augusto, o desassombro com que o tratava, quando tudo em Roma tremia diante daquela suprema vontade. Dion Cássio, e mais amplamente Zonaras, nos contam o seguinte episódio.

Certa vez, indo Atenodoro a visitar um senador romano seu amigo, encontrou este e a esposa na maior das angústias. Perguntou a causa do desespero e soube que a liteira de Augusto ali estava à porta e uma ordem exigia a presença, em palácio, da ilustre dama romana. As intenções diabólicas de Augusto eram patentes, e não havia resistir. Atenodoro chamou a si a solução do lancinante problema. Muniu-se de um punhal, embuçou-se numa capa, entrou na liteira e esta rumou para o palácio. Ali chegando, os olhos cúpidos do déspota aguardavam a presa cobiçada, quando sai de sob a capa a figura do filósofo empunhando a arma perigosa. “Vê, lhe disse Atenodoro, não suceda que algum esposo em desespero lance mão deste estratagema para tirar-te a vida”.

Augusto não só se conservou calmo, mas ainda agradeceu ao filósofo a lição que lhe ministrava, prometendo mesmo, segundo nos diz La Grange, tradutor de Sêneca, ao comentar este passo de Zonaras, que dali por diante se tornaria “mais decente, mais circunspecto e sobretudo menos tirânico”. Não sei em que se funda La Grange e por isso passo-vos a dádiva com a devida reserva: “timeo danaos et dona ferentes”.

Não teve intermitências esse prestígio perante o autocrata romano. Quando, já aos sessenta anos, cansado e desejoso de repousar em sua pátria, Atenodoro foi despedir-se de Augusto, conhecendo-lhe o temperamento, proferiu aquelas palavras memoráveis que todos vós conheceis: “O’ Cesar, quando estiveres em cólera, não tomes resolução alguma sem primeiro repetires as vinte e quatro letras do alfabeto”. Augusto tomou-lhe as mãos comovido e disse-lhe - notai bem o que lhe disse - “Ainda preciso dos teus conselhos”. Instou com ele para que ficasse em Roma por mais tempo e ele acedeu por mais um ano.

Era o único ser em Roma que ousava desobedecer a Augusto, e isto sem se expor à força, à espada ou à cruz. Mais ainda: recebendo os agradecimentos do monarca. Só perante esse prestígio intelectual e moral se dobrava em Roma a vontade férrea do soberano divinizado. É-nos tão grata esta recordação, que não queremos apagar-lhe o gosto, e por isso fechamos esta singela conferência, mas convidando-vos a rezarmos juntos um credo reconfortante: “Creio e espero na supremacia do espírito!”.

MEMÓRIA CAMPINEIRA

“OITO BANANAS POR UM TOSTÃO”

Francisco Fernandes de ARAÚJO

Esse sugestivo título é do livro de autoria do renomado jornalista e historiador urbano Benedito Barbosa Pupo, que nos relata, em agradáveis crônicas, interessantes aspectos históricos da “Campinas de outros tempos”, que vale a pena conhecer. Interessados que somos na história desta pujante e querida cidade de Campinas, e também devido à maneira simples, leve, clara, correta, roca e agradável da escrita do autor, não conseguimos frear a curiosidade após a leitura das primeiras linhas, e quando percebemos, num átimo já estávamos na última das quase 150 páginas do livro, publicado em segunda edição pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas, em 1995. A primeira edição, com prefácio do então prefeito Lauro Péricles Gonçalves, é de 1976.

O autor explica, na nona crônica, a razão do título de sua obra, referindo-se ao tempo em que as bananas não eram vendidas às dúzias nem a peso, como hoje, mas a tostão, valor que dava oito unidades dessa fruta tropical se fosse do tipo “nanica”, ou seis unidades, se se tratasse de “banana-maça”. Esclarece também, para os mais moços, que o sistema monetário que vigorou no Brasil até 1942, foi o de mil-réis, quando ocorreu a mudança para o cruzeiro. Um tostão correspondia a cem réis de então ou a dez centavos atuais, o que demonstra como as bananas eram realmente muito baratas, a ponto de até hoje ainda se fazerem referências a respeito, quando se diz “a preço de banana”. Mas tal fruta está atualmente cerca de dez vezes mais cara do que na época a que se refere o autor (1912-1922). Deteriorou-se o dinheiro ou valorizaram as bananas?

Benedito Barbosa Pupo, campineiro com soberba experiência jornalística e mais de noventa anos de uma vida bem vivida, e ainda com espírito de menino, continua a escrever, às baciadas, crônicas e outros escritos, muitas das quais publicadas em jornais de ampla circulação, nomeadamente no “Correio Popular”, a exemplo das que compõem a obra aqui enfocada, versando principalmente sobre a sua querida terra natal. E é exatamente dela, da sua terra, que o escritor fala mais alto nesta sua “Campinas de outros tempos”, pintando um retrato verdadeiro da cidade, registrando acontecimentos da maior relevância para caracterizar a fisionomia peculiar de seu povo e de seus costumes no passado, de evidente valor histórico e sociológico, “fotografando” *lugares que, como anotado por Torrieri Guimarães no contracapa, igualmente jornalista e crítico de nomeada, “hoje consumidos pelo progresso estão de volta para a saudade dos que conviveram com a Campinas menos turbulenta de outros tempos”.*

Trata-se de obra fértil e indispensável para a pesquisa dos interessados que desejam saber mais a respeito de Campinas, como bem o viu o então prefeito Lauro Péricles Gonçalves, quando deixou assente em seu prefácio à primeira edição que “os livros de memórias, em que os autores procuram revelar suas recordações de fatos julgados relevantes, são, não há dúvida, de muito valor para a cultura de um povo”. E adiante: “...é um livro evocativo, que deve ser lido por todos os que se interessam pelos fatos da terra campineira”. De fato, todos deveriam se interessar pela história da terra onde vivem e convivem, criam a sua família e ganham o pão de cada dia, pois ela lhes permite haurir os benefícios do respectivo usufruto, embora a nua propriedade (expressão usada para designar disponibilidade) seja, em última instância, somente de Deus.

Em suas vinte e seis crônicas o autor nos mostra, com extrema sinceridade, uma Campinas de outros tempos, inclusive, em relato inicial, registra como foi a fundação da cidade, o seu primeiro plano urbanístico e posterior desenvolvimento, tendo a humildade de confessar que nem sempre se lembra de um ou de outro detalhe, e que não se arrisca a relatos sem base histórica confiável, o que torna a sua obra plasmada de uma honestidade que nem sempre se vê em outros escritores.

Fala-nos do elemento estrangeiro que trouxe colaboração para o progresso da terra; dos intelectuais da época; da imprensa e da

fascinação que sente por ela; geografia do seu querido Bairro dos Bucheiros, como era chamada a Vila Industrial naqueles tempos, que, de tão importante, foi o primeiro bairro de Campinas a ser erigido em paróquia, tendo São José por patrono; dos heróis de quarteirão; dos serviços e do comércio; da caça cruel da indesejada carrocinha aos pobres vira-latas, transformada em grande espetáculo de rua; das comidas; dos móveis e utensílios; do futebol e da política; da mulher no lar, na igreja e na moda; das artes em geral, e até das bisbilhotices da sociedade, coisa que nunca se acabará porque faz parte da própria natureza humana. Evidentemente não vamos detalhar, aqui, tudo o que de bom existe na referida obra. É muito rica em minúcias, na essência e no conteúdo da narração, capaz de nos transportar realmente para a Campinas de outros tempos, que já não existe mais.

Revela observar, no entanto, que Benedito Barbosa Pupo, que já escreveu sob vários pseudônimos, dentre os quais Ribeiro do Vale, Patrício Saraiva, Lício Flexa e Ariel, ainda hoje com espírito de menino, não obstante a sua respeitável idade de quase um século de bons serviços prestados à comunidade campineira e à literatura nacional, faz questão de frisar que, embora tenha saudades dessa Campinas pitoresca e folclórica, que se apaga, que desaparece por falta de documentação, não faz relato movido pelo saudosismo, mas apenas como contribuição a futuros estudos sobre usos e costumes campineiros no primeiro quartel deste século vinte.

Na verdade, o homem que confessa ter sofrido muito no início de sua carreira jornalística, por querer ser perfeito em seus escritos, mas depois que lidou com propaganda, descobriu a maneira de trabalhar sem sofrimentos, trocando a sofisticação e a complexidade pela simplicidade e clareza, e também adotou a filosofia de que o jornal deve construir sempre e substituir o que não presta pelo que tem realmente valor, entregou em 1976, e depois em 2ª edição de 1995 ao mundo literário, um repositório de valiosos depoimentos sobre aspectos da vida campineira da época.

Aos que viveram naquela época, o livro oferece momentos de maravilhosas recordações, e ao quais mais novos, pelo menos aos que estejam ansiosos por seguros e palpitantes subsídios para os estudos de uma época completamente diferente da que estão vivendo agora, do

tempo em que se compravam oito bananas por um tostão, a obra constitui um fascinante e indispensável tesouro literário. E Campinas, não obstante as grandes contribuições de homens como Benedito Barbosa Pupo, orgulho desta querida terra de Barreto Leme, ainda tem muito o que resgatar de sua história, de antes e depois de 14 de julho de 1774, data de sua fundação oficial, continuando à espera de todos quantos se disponham ao cívico e difícil, mas agradável e relevante mister, fazendo com que a lendária Fênix que figura no brasão da cidade também possa significar que os campineiros são capazes de fazer renascer das cinzas do passado a sua heróica, verdadeira e completa história, para o justo orgulho de suas presentes e futuras gerações.

(“Correio Popular”, Campinas, 3 de março de 1999).

TEXTOS (Sugestões para seminários)

O SENTIMENTO RELIGIOSO, BASE DAS INSTITUIÇÕES LIVRES (RUI BARBOSA)

Em toda parte, até hoje, tem sido o sentimento religioso a inspiração, a substância, ou o cimento das instituições livres, onde quer que elas duram, enraízam-se e florescem. Mas esse princípio vital das nacionalidades modernas, longe de lucrar, é incompatível com as religiões do Estado. Buscai-o nos povos que não conhecem a liberdade religiosa, e buscá-lo-eis em vão. Dele, aí o que existe, é a pompa, os abusos, e o nome; na verdade, porém, está morto. Percorrei toda a Europa neolatina; contemplai toda a América Espanhola; estudai o Brasil; e da piedade cristã não achareis nada. Por toda essa área imensa o joio do fanatismo, da beataria, do farisaísmo religioso. A verdadeira piedade, a flor celeste da caridade cristã, definhou, perdeu-se, no meio da semente maldita. Apenas nas regiões mais altas, como **detriectus** fósseis de um mundo exausto e granitificado, estende a incredulidade a sua superfície árida e nua. É debaixo dessa superfície que dormem os vulcões inextinguíveis, as revoluções sinistras do servilismo, da intolerância ou da corrupção. por cima o solo talado e inerte. Por baixo a chama sanguinolenta dos maus instintos populares, as conjurações do ódio, da superstição e da rapina.

(**Teoria Política**, p. 198. Seleção, coordenação e prefácio de Homero Pires. Rio de Janeiro, Jackson, 1964 "Clássicos Jackson", v. 36).

IMENSO BEM-FAZER DO CRISTIANISMO (CHATEAUBRIAND)

Conhecer vagamente os benefícios do cristianismo, seria nada conhecer. A circunstanciada narração desses benefícios, o engenho com que a religião varia os seus dons, derrama seus socorros, e distribui os seus tesouros, remédios e luzes, isto é que muito importa saber. A religião provê a tudo, tudo consola, sentimentos melindrosos, mágoas do amor-próprio, e fraquezas até. Tamanhos lanços de caridade, tantas fundações admiráveis, tão inconcebíveis sacrifícios temos visto, desde alguns anos que nos damos a este exame, que para nós é como certo que, para expiar todos os crimes dos homens, basta este só merecimento do cristianismo. Celestial culto, que nos obriga a amar a triste humanidade que o calunia.

O que vamos citar pouco é, e muitos volumes pudéramos encher com a matéria que rejeitamos; nem seguros estamos de haver preferido o melhor; mas, sendo impossível dizer tudo, e julgar o mais relevante em virtude entre tantas obras caritativas, fomos recolhendo quase à ventura o que damos aqui.

Para formar-se idéia do imenso bem-fazer da religião, deve representar-se a cristandade como uma vasta república, em que tudo o que referimos duma extremidade se faz simultaneamente na outra. Pelo que falando de hospitais, missões, colégios de França, deve-se entender o mesmo dos hospitais, missões e colégios de Itália, Espanha, Alemanha, Rússia, Inglaterra, América, África e Ásia; figurem-se duzentos milhões, pelo menos, praticando as mesmas virtudes e sacrifícios; e observe-se que há mil e oitocentos anos que estas virtudes existem e que os mesmos atos de caridade se repetem: agora calculai, se podeis, o número de indivíduos socorridos e iluminados pelo cristianismo, em tantas nações, e por espaço de tão longa série de séculos!

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA JOHN ARMITAGE (1807-1856)

O Clássico livro com que John Armitage vinculou seu nome à historiografia brasileira tem uma história e, como se não bastasse, oferece uma série de singularidades. É a **História do Brasil** de duração mais limitada de quantas foram publicadas, pois abrange apenas, como vem indicado na página de rosto, o espaço da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o que significa um período de pouco mais de vinte anos, dos quais uma boa parte vivida pelo próprio autor no Brasil. Seria o caso de dizer-se, em face desta contemporaneidade do autor e dos fatos relatados, que o livro é mais um depoimento que uma história propriamente dita. Mas o autor quis afirmar sua autenticidade declarando, ainda na mesma página de rosto, que fora “compiled from State Documents and other Original Sources”, e, mais ainda, pretendendo que ela fosse uma continuação da grande obra de seu compatriota Robert Southey, publicada havia alguns anos antes e abrangendo apenas a fase anterior à transmigração da Família Real. Muitos críticos viram nesta declaração uma pretensão excessiva do autor, dado o valor cada vez mais reconhecido de Southey e a influência que sua **History of Brazil** exerceu sobre a historiografia nacional. Não nos parece justa a acusação, pois Armitage não equiparava seu livro ao do seu compatriota. A **continuação** a que aludia era apenas um problema de seqüência cronológica, e quanto a isto não há o que duvidar.

A obra de Armitage apareceu em Londres, em 1836, editada em dois volumes, por Smith, Elder and Company, “livreiros de Suas Majestades”. O primeiro volume constava de XV+371 págs. e uma ilustração com o retrato de Evaristo da Veiga, e o segundo volume, de VIII+297 págs. e retrato de José Bonifácio. No ano seguinte, 1837,

aparecia no Rio de Janeiro, impressa na Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia., a tradução em língua portuguesa, assinada apenas “por Hum Brasileiro”. A obra vinha reunida num só volume, com as duas gravuras da edição original e mais os retratos de D. Pedro I e de Bernardo de Vasconcelos, acrescentados pelo tradutor. Todavia, enquanto acrescentava dois retratos, o tradutor retirava da edição todos os documentos constantes de original.

Ao contrário de numerosas outras **histórias do Brasil** aparecidas pela época e das quais hoje ninguém mais se lembra, a de Armitage resistiu ao tempo e tornou-se fonte obrigatória e indispensável para o estudo do período de que trata, sempre citada e, podemos até afirmar sem receio de exagero, cada vez mais valorizada. É claro que não é por acaso que tal acontece. Embora seu autor não fosse um literato à feição de Robert Southey, antes fosse um comerciante, procurou senhorear-se de toda a documentação e de toda a informação que lhe parecesse útil para a elaboração de um livro correto e, sobretudo, imparcial. Todos os que têm apreciado a obra de Armitage, ao longo de mais de um século, podem fazer, como é natural, restrições a determinados pontos, mas nenhum deixa de reconhecer a seriedade com que trabalhou e o atributo de imparcialidade de seu livro, mesmo nos capítulos em que narra acontecimentos que presenciou. Tudo isso lhe dá um alto valor e um lugar de destaque na bibliografia histórica brasileira. Prova-o a quantidade de edições a que tem feito jús, nada menos que sete, o que, realmente é deveras surpreendente.

Quase oitenta anos decorreram entre a primeira e a segunda edição da obra de Armitage, a ponto de Eugênio Egas, responsável pela reedição de 1914, poder afirmar que se tratava de obra “quase desconhecida dos brasileiros”, acrescentando ainda: “Entretanto, não há quem se dedique ao estudo da história pátria que não a deseje ler, tão grande é o seu prestígio”. Confessa que durante muito tempo, em que dela precisou para os seus estudos, não conseguiu obtê-la, e cita depoimentos de livreiros que só de nome a conheciam. E quando a obteve por empréstimo, decidiu-se a reeditá-la tal a profunda impressão que sua leitura lhe causou: “Pareceu-me que o autor era um desses finos cavalheiros ingleses, sempre voltados para a verdade, ciosos de que a imparcialidade de sua narrativa fosse absoluta”. Magistrais pareceram

a Eugênio Egas os retratos rápidos mas seguros que o autor faz dos vultos grandiosos da época por ele descrita.

Com tal entusiasmo, não é difícil imaginar a sofreguidão com que tratou de promover a reedição do livro, pondo novamente ao alcance dos leitores obra que julgava, e de fato era, tão valiosa. Sua edição foi publicada em 1914, embora não conste indicação alguma de data e de editor. Compreendia um volume de 320 páginas e apenas com as gravuras originais (Evaristo da Veiga e José Bonifácio) e ainda os documentos que haviam sido excluídos da edição de 1837.

Mais trinta anos tivemos que esperar por uma nova edição de Armitage. Devemo-la à Editora Zélio Valverde, do Rio de Janeiro, que a publicou em 1943, numa coleção de estudos brasileiros (sem título), que nos deu algumas obras valiosas da bibliografia brasileira, como as **Memórias** do célebre Padre Perereca (Luís Gonçalves dos Santos), a **Viagem ao interior do Brasil**, do inglês John Mawe e o belo estudo de Augusto de Lima Júnior sobre a **Capitania das Minas Gerais**. O novo Armitage reproduzia as notas de Eugênio Egas, bem como todos os documentos e vinha, ainda, enriquecida com notas do promotor da edição, Garcia Júnior.

Lembramos, há pouco, que a obra de Armitage fez jús, até agora, a sete edições no Brasil, o que nos parece deveras significativo. Tivemos o privilégio de preparar a sexta edição, lançada em 1977 pelas Edições Melhoramentos, para a qual elaboramos extensa introdução (em boa parte aproveitada para esta nota) e contamos com a colaboração de dois excelentes historiadores do Departamento de História da Universidade de São Paulo, Maria Thereza Schorer Petrone e Brasil Bandecchi (infelizmente já falecido), os quais enriqueceram a edição com eruditas e pertinentes anotações.

Afirmamos, de início, que a **História do Brasil** de Armitage tem uma história com pontos ainda não de todo solucionados, para alguns autores. Tais questões são de duas naturezas: a autoria do livro e a sua tradução.

Houve, de fato, quem levantasse dúvidas até quanto à própria existência de João Armitage, que não passaria de um pseudônimo de Evaristo da Veiga, no caso o verdadeiro autor do livro. Ou, na melhor das hipóteses, João Armitage seria o tradutor para a língua inglesa e o

responsável pela edição londrina. Parecia estranho que um estrangeiro, e ainda mais um comerciante, fosse capaz de, vivendo tão pouco tempo no Brasil, conhecer tão bem nossas coisas e produzir uma obra tão rica em informações, como a do autor inglês. E isto, apesar de, já em 1837, portanto no mesmo ano da primeira edição brasileira, o Cônego Januário da Cunha Barbosa haver registrado pelo “Correio Oficial”, o aparecimento do livro, fazendo justiça aos méritos do “**novel historiador**”, a quem se tributavam “qualidades de escritor probo e imparcialíssimo”. E pouco depois, em 1842, Gonçalves de Magalhães, pelo “Jornal de Comércio”, não regateava aplausos ao escritor inglês que, em seu livro, havia sabido ser imparcial sem ser indiferente, e o recomendava pela sua “exposição fácil, inteligência dos fatos e crítica segura”.

As dúvidas, entretanto, persistiram pelo menos até 1860, quando o Brigadeiro Machado de Oliveira, respondendo a uma consulta do Barão Homem de Melo sobre “que grau de veracidade há na crença geralmente aceita de que a **História do Brasil** de João Armitage é escrita por Evaristo Ferreira da Veiga, como ordinariamente se afirma”, expende deversas considerações acerca de seus primeiros encontros com o autor inglês e que o levaram a não aceitar o que então se afirmava: “Ouso afirmar que é infundada a crença admitida geralmente” (da suposta autoria de Evaristo).

Pela mesma época, o sr. Luís Francisco da Veiga oferecia ao Instituto Histórico Brasileiro diversos papéis pertencentes a Evaristo da Veiga, e entre eles uma carta de Armitage, datada de Boulogne-sur-Mer, a 21 de setembro de 1836, enviando a Evaristo um exemplar de seu livro: “Mando-lhe esta junto com um exemplar da minha **História do Brasil**. Segundo os conselhos do livreiro inseri somente duas estampas, mas o Sr. verá que uma foi a sua como deveras era necessário visto que o Sr. é o meu herói do segundo tomo”. E referia-se, a seguir, à qualidade das estampas, à sua permanência em Paris e à próxima partida para a Índia, onde havia constituído uma empresa comercial muito vantajosa. E rematava afirmando que certamente não se encontrariam mais neste mundo, mas que, enquanto vivo, Evaristo poderia ter nele um amigo sincero.

Mas, afinal, quem seria Armitage? Eugênio Egas, no prefácio à edição de 1914, reporta-se às dúvidas apontadas, inclusive com

relação à existência real do autor inglês e resolveu dirimir de vez a questão, escrevendo a um jornal londrino, que se dedicava a consultas sobre assuntos literários. Após alguma demora e diversas indagações (o que vem demonstrar que o problema não era tão fácil) o jornal estampou a informação solicitada, que Eugênio Egas reproduz e nós, aqui, também a transcrevemos:

“O Sr. João Armitage morreu em sua residência em Manchester, no dia 17 de abril de 1856, com 48 anos de idade. Era filho de Cyrus Armitage e nasceu em Failsworth, a 27 de setembro de 1807, o logo depois de completar seus 21 anos, empregou-se na casa de Phillips, Wood & Cia., e foi por ela enviado para a sua filial no Rio de Janeiro. Durante sua permanência nesta cidade escreveu a sua **História do Brasil, de 1808 a 1831**, que fez publicar em Londres. Depois do seu regresso à Inglaterra, partiu em 1836 para Ceilão, onde era negociante e membro do Conselho Legislativo. O clima de Ceilão, entretanto, estragou-lhe a saúde e em 30 de agosto de 1855 embarcou para a Inglaterra. Antes de seu embarque, recebeu em Ceilão significativa manifestação de apreço, acompanhada da oferta de um baixela de prata, sendo que foi vibrante o discurso pronunciado por ocasião dessa solenidade. De volta à Pátria, estabeleceu-se em Manchester, onde faleceu. Os seus restos mortais descansam no cemitério da Igreja Velha de Dukinfield”.

Dirimida a dúvida quanto à autoria, resta a segunda indagação: a tradução. A edição de 1837 vinha assinada simplesmente por “Hum Brasileiro”. Quem seria? As primeiras suspeitas recaíram sobre Evaristo da Veiga. O Brigadeiro Machado de Oliveira, na já citada carta ao Barão Homem de Melo, de 1860, afirma categoricamente ser Evaristo o tradutor. Pela mesma hipótese inclinou-se Varnhagen, em sua monografia sobre a Independência, que é de 1871. Todavia, vinte anos depois de Machado de Oliveira e dez depois de Varnhagen, no monumental **Catálogo da Exposição de História do Brasil**, realizada pela Biblioteca Nacional em dezembro de 1881, Ramiz Galvão levanta a hipótese de ter sido Joaquim Teixeira de Macedo o verdadeiro tradutor, porém, acrescentando ao seu nome uma interrogação, a traduzir a dúvida que ainda pairava em seu espírito. Sacramento Blake, em seu **Dicionário Bibliográfico**, de 1898, no verbete dedicado a Joaquim Teixeira de Macedo, enumerando suas obras, inclui a tradução do livro de Armitage,

sem qualquer observação que pudesse significar dúvida. Diversos outros comentaristas inclinaram-se também o favor de Macedo. Embora possam persistir dúvidas, o que interessa é que se trata de uma tradução bem feita, literariamente correta, a revelar, da parte de quem a fez, conhecimento não só da língua inglesa, mas também da História do Brasil.

Seria interessante indagar até que ponto a colaboração de Evaristo da Veiga é patente no livro do autor inglês. Machado de Oliveira refere-se à “homogeneidade de idéias e pensamentos” entre a “História” e o jornal de Evaristo, que ele próprio explica pela contemporaneidade das duas publicações e afinidade espiritual dos autores. É ainda o historiador paulista quem narra as reuniões em casa do jornalista, às quais sempre comparecia Armitage, sempre a tomar notas, sem que se suspeitasse para que fossem. Disso só se tomou conhecimento com o aparecimento do livro. A obra do historiador inglês é, assim, rica em citações e até transcrições integrais de documentos e tópicos do jornal de Evaristo. O próprio autor declara que o grande jornalista é o “herói” do segundo volume (é preciso ter em mente que na edição original o livro foi publicado em dois volumes), o que revela, de sua parte, um conhecimento da ação jornalística e política de Evaristo, que só uma grande e íntima ligação poderia dar. O diretor da “Aurora Fluminense” - está, de fato, demais presente no livro, mesmo quando seu nome não é mencionado. Aliás - repetimos - teria sido impossível a um estrangeiro, e mais ainda a um homem ligado a atividades mercantis, ter tão clara noção de quanto se passou no Brasil nos vinte anos, que é o período abarcado pelo livro, sem que alguém lhe desse ampla retaguarda, fornecendo-lhe informes e documentos, aos quais, ele próprio o confessa, pouca gente teria acesso. Foi esta inegável e imprescindível colaboração que, a princípio, fez muita gente ver no livro uma obra de Evaristo da Veiga.

É o próprio autor quem afirma que o amplo conhecimento que teve do país credenciou-o a escrever sobre fatos que testemunhou ou que eram recentes ao tempo de sua residência no Brasil. Teve oportunidade de travar relações com alguns dos mais eminentes vultos políticos do país; teve à sua disposição documentos e fontes de informação franqueadas a mui poucos; teve, também, ocasião de visitar o teatro da Guerra Cisplatina, tornando-se, assim, apto para apreciar, baseado em informação

própria, os costumes e o caráter dos rudes habitantes dessa região. E confiava no público para julgar se o autor soubera ou não tirar partido dessas vantagens. É o primeiro a admitir que sua condição de estrangeiro talvez lhe trouxesse obstáculos a penetrar plenamente no espírito do tema. Mas, por outro lado, admite que esta circunstância colocava-o a cavaleiro das situações, podendo julgar os fatos sem qualquer compromisso ou preconceito.

É válido observar que, ao contrário de tantos outros estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, Armitage não ligou seu nome a um relato de viagem ou livro de impressões, mas a uma obra histórica de alto valor. O seu lugar é, de fato, na historiografia brasileira, onde figura com uma obra sem a qual não se poderá conhecer o Brasil de D. João VI e de D. Pedro I. E é ainda importante notar que seu livro foi logo reconhecido, freqüentemente utilizado e citado por quantos desde então escreveram sobre nossa história. Muitas de suas páginas, como o resumo da Constituição imperial e o perfil que traça de D. Pedro I, merecem figurar em textuários, tão antológicas se nos afigura. Eis porque escolhemos o texto sobre a Constituição para “Seleta” que acompanha esta nota.

*

Referências bibliográficas das edições da obra de Armitage

Edição original:

The History of Brazil from the period of the arrival of the Bragança Family in 1808 to the abdication of Don Pedro The First in 1831. Compiled from State Documents and other Original Sources, forming a combination to Southey's history of that country, London, 1836. 2 volumes.

Edições brasileiras

História do Brasil, desde a chegada do Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I em 1831. Traduzida do inglês por hum brasileiro. Rio de janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & Comp. 1837. VII+322p.

História do Brasil, ed, S/D e S/E. Com anotações de Eugênio Egas. (São Paulo, 1914). 320p.

História do Brasil, desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I em 1831. Compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil Southey. Terceira edição brasileira com anotações de Eugênio Egas e Garcia Júnior. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943. 390p.

História do Brasil, desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I em 1831. Compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1965. 390p.

História do Brasil, desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais, formando uma continuação da História do Brasil, de Southey. Notas e prefácio de Eugênio Egas. São Paulo, Martins, 1972. Edição realizada como contribuição do Banco Nacional de Minas Gerais às comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil.

História do Brasil, desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. Introdução de Odilon Nogueira de Matos; notas de Brasil Bandecchi e Maria Thereza Schorer Petrone; 6ª edição. São Paulo, Melhoramentos, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, 1977. 227. Coleção "Memória Brasileira".

História do Brasil, desde o período da chegada da Família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais, formando uma continuação da História do Brasil, de Southey. Pref. Eugênio Egas. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981. 314p Coleção "Reconquista do Brasil", nova série, vol. 45.

SELETA

A CONSTITUIÇÃO IMPERIAL DE 1824

John ARMITAGE

Em princípios gerais a Constituição é tão satisfatória como a projetada pela última Assembléia: e em conformidade com a promessa do Imperador muitas das suas disposições são ainda mais liberais. Os seus artigos estatuem que o Brasil é um Império livre e independente; o seu Governo, Monárquico, Hereditário, Constitucional e Representativo: a dinastia imperante a do Senhor D. Pedro: a Religião Católica Apostólica Romana continua a ser a Religião do Império, mas são permitidas todas as mais com seu culto particular: são Cidadãos brasileiros, os que tiverem nascido no Brasil, quer sejam ingênuos ou libertos; os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência a ela aderiram: e os estrangeiros naturalizados; devendo uma lei designar as qualidades necessárias para se obter carta de naturalização. Os poderes políticos reconhecidos pela Constituição são quatro: o Legislativo, o Moderador, o Executivo e o Judicial: todos considerados como delegações da Nação. O Poder Legislativo é delegado à Assembléia Geral, que se compõem de duas Câmaras, a dos Deputados e dos Senadores; as atribuições da Assembléia Geral são: tomar juramento ao Imperador, ao Príncipe Imperial, ao Regente ou Regência; eleger a Regência ou Regente, e marcar os limites de sua autoridade; reconhecer o Príncipe Imperial como sucessor do Trono, na primeira reunião logo depois do seu nascimento; nomear Tutor ao Imperador menor, caso seu pai o não tenha nomeado em testamento; resolver todas as dúvidas que ocorrerem sobre a sucessão da Coroa; na morte do Imperador, ou vacância do Trono,

instituir exame da administração que acabou, e reformar os abusos nela introduzidos; escolher nova dinastia no caso da extinção da imperante; fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las; velar na guarda da Constituição e promover o bem geral da Nação; fixar anualmente as despesas públicas, e repartir a contribuição direta; fixar anualmente sobre informação do Governo as forças de mar e terra ordinárias e extraordinárias; conceder ou negar a entrada de forças estrangeiras de terra e mar, dentro do Império ou dos portos dele; autorizar o Governo para contrair empréstimos; estabelecer meios convenientes para o pagamento da dívida pública; regular a administração dos bens nacionais, e decretar a sua alienação; criar ou suprimir empregos públicos, e estabelecer-lhes ordenados; e finalmente determinar o peso, valor, inscrição, tipo, e denominação das moedas; assim como o padrão dos pesos e medidas.

Os Membros de cada uma das Câmaras são invioláveis pelas opiniões que proferirem no exercício de suas funções; e nenhum Senador ou Deputado, durante a sua deputação, pode ser preso por autoridade alguma, salvo por ordem de sua respectiva Câmara, menos em flagrante delito de pena capital.

É privativa da Câmara dos Deputados: a iniciativa sobre impostos, recrutamentos, escolha de nova dinastia no caso da extinção da imperante, exame da administração passada e reforma dos abusos nela introduzidos, e a discussão das propostas feitas pelo Poder Executivo. É mais da privativa atribuição da mesma Câmara decretar que tenha lugar a acusação dos Ministros de Estado, e Conselheiros de Estado.

Os Senadores e Deputados vencem durante as sessões um subsídio pecuniário taxado no fim da última sessão da legislatura antecedente.

O Senado é organizado por eleição provincial: cada província dá tantos Senadores quantos forem a metade dos seus respectivos Deputados; mas quando alguma tem um só Deputado, todavia elege o seu Senador, não obstante a regra acima estabelecida. As eleições dos Senadores são feitas pela mesma maneira que as dos Deputados, mas em listas tríplexes, sobre as quais o Imperador escolhe o terço na totalidade da lista. Para ser Senador requer-se ser Cidadão brasileiro, e estar no gozo de seus direitos políticos; ter de idade quarenta anos para cima, e

de rendimento anual a soma de 800\$000 réis. São Senadores por direito os Príncipes da Casa Imperial, e tem assento logo que chegam à idade de vinte e cinco anos.

É da atribuição exclusiva do Senado: conhecer dos delitos individuais cometidos pelos Membros da Família Imperial, pelos Secretários e Conselheiros de Estado, e pelos Senadores: e dos delitos dos Deputados durante o período da legislatura; conhecer da responsabilidade dos Secretários e Conselheiros de Estado; convocar a Assembléia, caso o Imperador o não tenha feito dois meses depois do tempo marcado, para o que o Senado se reunirá extraordinariamente; e na morte do Imperador, para a eleição da Regência, nos casos em que ela tem lugar, quando a Regência Provisional o não fizer. O subsídio dos Senadores é de tanto e mais metade do que tem os Deputados.

A proposição, oposição, e aprovação, dos projetos de lei competem a cada uma das Câmaras; e o Poder Executivo exerce por qualquer dos Ministros de Estado a proposição que lhe compete na formação das leis. Em geral, os projetos iniciados e admitidos em uma das Câmaras, são enviados à outra para serem discutidos, aprovados, e submetidos à sanção do Imperador: se a Câmara a que são enviados os alterar, devolve-os à Câmara que os enviou, para nela serem de novo aprovados com essas alterações: se porém os projetos de uma Câmara não forem admitidos na outra, esta os reenvia com a declaração de que lhes não pode dar o seu consentimento: se porém no primeiro caso a Câmara que receber os seus projetos com alterações ou aditamento da outra, todavia julgar que os projetos são vantajosos, pode requerer a reunião das duas Câmaras, e conforme o resultado da discussão da Assembléia Geral reunida, se segue o que deliberado for.

Recusando o Imperador prestar o seu consentimento a qualquer projeto de lei, opõe-lhe o - veto -; esta denegação porém tem efeito suspensivo somente: pelo que, todas as vezes que duas legislaturas, que se seguem aquela que tiver aprovado o projeto, tornarem a apresentá-lo nos mesmos termos, entender-se-á que o Imperador tem dado a sua sanção.

A Constituição garante o direito de intervir todo o cidadão nos negócios peculiares de sua província: este direito é exercitado pelas Câmaras dos Distritos, e pelos Conselhos Gerais de Província, os quais

tem por principal objeto propor, discutir, e deliberar sobre projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências. As resoluções dos Conselhos Gerais são remetidas diretamente ao Poder Executivo pelo intermédio do, Presidente da Província.

As nomeações dos Deputados e Senadores para a Assembléa Geral, e dos Membros de Conselhos Gerais de Províncias, são feitas por eleições indiretas, elegendo a massa dos cidadãos ativos (com exclusão dos menores de 25 anos não casados, e não empregados em serviço público, os criados de servir, os religiosos, e quaisquer que vivem em comunidade claustral, e os que não tenham 100\$000 réis de renda anual) em Assembléas Paroquiais os Eleitores da Província, e estes os Representantes da Nação, e Provinciais.

Pela Constituição, o Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e delegado privativamente ao Imperador: a pessoa deste é inviolável e sagrada: os seus títulos - Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil - e tem o tratamento de Majestade Imperial. Exerce o Poder Moderador, nomeando os Senadores, na forma já descrita; convocando a Assembléa extraordinariamente nos intervalos das sessões, quando assim o pede o bem do Império; sancionando os decretos e resoluções da Assembléa Geral para que tenham força de lei; aprovando e suspendendo interinamente as resoluções dos Conselhos Provinciais; prorrogando ou adiando a Assembléa Geral; e dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado, convocando imediatamente outra que a substitua; nomeando e demitindo livremente os Ministros de Estado; suspendendo os Magistrados; perdoando, e moderando as penas impostas aos réus por sentença; e concedendo anistia em caso urgente.

O Imperador é o chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado. São suas principais atribuições: convocar a nova Assembléa Geral ordinária no dia 3 de junho do terceiro ano da legislatura existente; nomear Bispos, e prover os benefícios eclesiásticos; nomear Magistrados; prover os mais empregos civis e políticos; nomear os Comandantes da força de terra e mar, e removê-los quando assim o pedir o serviço da Nação; nomear Embaixadores e mais Agentes diplomáticos e comerciais; dirigir as negociações políticas com as nações estrangeiras; fazer tratados de aliança ofensiva e defensiva, de

subsídio o comércio, levando-os depois de concluídos ao conhecimento da Assembléa Geral, quando o interesse e segurança do Estado o permitirem; não ratificar os tratados concluídos em tempo de paz, se envolverem cessão ou troca de território do Império, ou de possessões a que o Império tenha direito, sem terem sido aprovados pela Assembléa Geral; declarar a guerra e fazer a paz, participando à Assembléa as comunicações que forem compatíveis com os interesses e segurança do Estado; conceder cartas de naturalização na forma da lei; conceder títulos honras, ordens militares, e distinções em recompensa dos serviços feitos ao Estado, dependendo as mercês pecuniárias da aprovação da Assembléa, quando não estiverem já designadas e taxadas por lei; expedir os decretos, instruções e regulamentos adequados à boa execução das leis; decretar a aplicação dos rendimentos destinados pela Assembléa aos vários ramos da pública administração; conceder ou negar o beneplácito aos decretos dos Concílios, e Letras Apostólicas, e quaisquer outras Constituições eclesiásticas, que se não opuserem à Constituição; e precedendo aprovação da Assembléa, se contiverem disposição geral; e prover a tudo que for concernente à segurança interna e externa do Estado, na forma da Constituição.

Os Ministros de Estado referendam ou assinam os atos do Poder Executivo, sem o que não podem ter execução.

Além do Ministério, há mais um Conselho de Estado composto de dez Conselheiros vitalícios nomeados pelo Imperador, os quais são ouvidos em todos os negócios graves, e medidas gerais de pública administração, principalmente sobre declaração de guerra, e ajustes de paz, negociações com as nações estrangeiras, assim como em todas as ocasiões em que o Imperador se proponha a exercer qualquer das atribuições próprias do Poder Moderador. São responsáveis os Conselheiros de Estado pelos conselhos que derem opostos às leis e ao interesse do Estado, e manifestamente dolosos.

O Príncipe Imperial, logo que tiver dezoito anos, é de direito Conselheiro de Estado: os demais Príncipes da casa Imperial, para entrar no Conselho de Estado, ficam dependentes da nomeação do Imperador. Estes e o Príncipe Imperial não são compreendidos no número dos dez.

O Poder Judicial é independente, e composto de Juizes e Jurados, os quais têm lugar, assim no civil, como no crime, nos casos e

pelo modo que os Códigos determinarem: os Jurados pronunciam sobre o fato, e os Juizes applicam a lei: o Imperador pode suspendê-los, ouvindo previamente o Conselho de Estado, e remetendo os respectivos processos à Relação do Distrito a que pertencer para estã proceder na forma da lei; e só por sentença poderão perder os seus lugares: todos os Juizes de Direito, e os Officiaes de Justiça são responsáveis pelos abusos e prevaricações que cometerem.

Na Capital do Império estabeleceu-se mais um - Supremo Tribunal de Justiça - ao qual compete: conceder ou denegar revistas nas causas, conforme a lei; conhecer dos delitos e erros de officio dos seus Ministros, dos das Relações, dos Empregados no Corpo Diplomático, e dos Presidentes das Províncias; conhecer e decidir sobre conflitos de jurisdição e competência das Relações Provinciais.

Cada Província tem o seu Presidente nomeado pelo Imperador que o pode remover; as suas attribuições, competência e autoridade, são marcadas por uma lei especial.

Se passados quatro anos depois de jurada a Constituição se reconhecer que algum dos seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escrito, a qual deve ter origem na Câmara dos Deputados, e ser apoiada pela terça parte deles: admitida a discussão e vencida a necessidade da reforma do artigo constitucional, se expedirá lei que será sancionada e promulgada pelo Imperador em forma ordinária, e na qual se ordenará aos eleitores dos Deputados para a seguinte Legislação, que nas procurações lhe confirmam especial faculdade para a projetada alteração ou reforma.

Na seguinte Legislação, e na primeira sessão será a matéria proposta e discutida, e o que se vencer prevalecerá para a mudança, ou adição à Lei Fundamental, e juntando-se à Constituição será solenemente promulgada: é só constitucional e que diz respeito aos limites e attribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos Cidadãos; tudo o que não é constitucional pode ser alterado, sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinárias.

Estatui finalmente a Constituição do Império, que organizar-se-á quanto antes um Código Civil e Criminal, fundado nas sólidas bases da Justiça e Equidade; que desde já ficam abolidos os açoitos, a

tortura, a marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis; que nenhuma pena passará da pessoa do delinqüente. Portanto não haverá em caso algum confiscação de bens, nem a infâmia do réu se transmitirá aos parentes em qualquer grau que seja; que é garantido o direito de propriedade em toda a sua plenitude: que também é garantida a dívida pública; e que nenhum gênero de trabalho, de cultura, indústria, ou comércio pode ser proibido, uma vez que não se oponha aos costumes públicos, à segurança e saúde dos Cidadãos.

No todo a Constituição é uma lei fundamental que preenche bem os fins a que se destina, e muito mais liberal em suas disposições do que se deveria esperar do caráter dos indivíduos que a compilaram. Felizmente eram eles Monarquistas faltos das qualificações necessárias para poder prever as últimas conseqüências, ou mesmo os efeitos imediatos, das garantias que conferiam. As suas instruções foram que organizassem um pacto que atraísse popularidade; além do que o prazo que lhes fora marcado para este trabalho limitou-se a quarenta dias. Viram-se portanto por estes dois motivos obrigados mais a guiarem-se por precedentes do que pelos ditames do raciocínio e da reflexão. Antes quiseram seguir a Constituição portuguesa de 1822 do que a projetada pela última Assembléia Constituinte. A idéia dos Conselhos Gerais de Província foi tirada, com pequenas variantes, da Constituição da Bélgica. A fusão das Câmaras, nos casos de discordância, copiou-se do Código Fundamental da Noruega, e muitos artigos foram transcritos *ipsis verbis* da Constituição francesa de 1791, e sobretudo a autoridade de que mais se serviram, foi a de um projeto proposto nos escritos de Benjamin Constant, como modificação à Carta de França.

Observando-se atentamente a Constituição do Brasil, ver-se-á a irresolução em que laborou a comissão para conciliar interesses heterogêneos. Em um artigo, todos os Poderes, Legislativo, Moderador, Executivo, e Judicial são reconhecidos como delegações da Nação, e em outro, o Moderador, ou Poder irresponsável, é denominado a chave de toda a organização política. Verdade é que a frase Chave de toda a organização política, toda metafórica como é, pode ser explicada de maneira que afaste as aparências de contradição; contudo, para que usar de expressões figuradas na confecção de um Código? A admissão do título de "Defensor Perpétuo do Brasil" aplicado ao Imperador na Constituição, também parece algum tanto incompatível com as instituições de um povo livre, que deve ser o defensor de si mesmo. Em

virtude deste atributo, se investiu a Sua Majestade com o privilégio da ditadura; e se para o futuro requisitar ele uma lei que desenvolva inteiramente as suas atribuições a este respeito, fácil é prever que uma legislatura venal poderá empossá-lo de autoridade quase absoluta.

Não obstante estas e outras menores discrepâncias, a Constituição foi saudada com aplauso. Algumas municipalidades objetaram a criação do Senado vitalício, a pretexto de que nada mais era do que um ramo isento de responsabilidade, que acabava com todo o incentivo à estima pública. Por sentimentos iguais se contestou a separação do Poder Moderador do Executivo. Se a Constituição tivesse sido submetida, como se prometera, à sanção da Assembléia Nacional, parece duvidoso que fossem aceitos os precitados artigos.

Enquanto a força de circunstâncias obrigava o Governo a outorgar uma Constituição que, apesar de seus defeitos, era pelo menos tão liberal quanto se podia desejar, atento o estado do país, um princípio retrógrado prevalecia na maior parte dos atos administrativos. Unicamente se tolerava a publicação dos jornais ministeriais; a tendência a favor dos portugueses francamente se pronunciava, os interesses dos oficiais da armada, que haviam sido os principais agentes pelos quais se conseguira a integridade do Império, foram contrariados; e a posição de Lord Cochrane tornava-se de dia em dia mais desagradável. De um lado, esses oficiais e a marinhagem reclamavam do Lord a importância das presas, e o taxavam de apático; e de outro, o Ministro do Império, João Severiano Maciel da Costa, depois Marquês de Queluz, o increpava de ser demasiado exigente e avaro, e indicando-lhe que se deveria contentar com os seus vencimentos. Estes ataques por ambos os lados o exasperaram de maneira, que formou o célebre projeto de se pagar por suas mãos, o que ao depois executou; fato este que lhe atraiu muita censura das pessoas não conhecedoras dos motivos que a este passo o provocaram.

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

334. SIGNIFICATIVO APELO DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 propiciou e estimulou a criação de entidades similares em numerosas cidades do Brasil, ainda no século passado. Rara a capital estadual ou mesmo cidade de certa importância cultural que não tenha seu Instituto Histórico e Geográfico. No mais das vezes, mais “Histórico” que “Geográfico” e freqüentemente apenas “Histórico”, embora conservando por tradição o título “Histórico e Geográfico”. Alguns, como o do Paraná, acrescentaram ao nome o “Etnográfico”; outros, como o de Sorocaba, o “Genealógico”, ou o pernambuco, que foi fundado com o nome de “Instituto Arqueológico e Geográfico”, sem nenhuma referência à História, que foi sempre sua atividade principal; só depois de mais de trinta anos acrescentou ao nome o “Histórico”, mas ainda com a prioridade do “Arqueológico”. Lembremos, contudo, que o próprio Instituto Brasileiro, modelo de todos os demais, no seu início chamou-se também “Etnográfico”. Mas a denominação que tem prevalecido é a de “Instituto Histórico e Geográfico”, embora o da Bahia tenha invertido os nomes, chamando-se “Geográfico e Histórico”. Mais curioso, ainda, é o caso do cearense (um dos mais antigos), que se denomina simplesmente “Instituto do Ceará”, sem qualquer especificação de sua finalidade.

Não importa o nome. O que vale é reconhecer que há mais de cento e sessenta anos tais entidades vêm desempenhando importante papel, com presença constante na vida cultural do país, no âmbito dos estudos históricos ou áreas afins, embora nem sempre seus métodos de trabalho correspondam ao que se deveria exigir dos modernos estudos históricos. Também isto se torna irrelevante, se considerarmos a contribuição desses institutos estaduais para a divulgação das respectivas histórias, através de suas revistas (e quase todos as possuem) ou de volumes avulsos que constituem preciosas coleções, como o do Paraná, com sua “Estante Paranista” (mais de trinta volumes), ou, mais recente, o de Mato Grosso, com a série de “Publicações Avulsas”, até agora com quinze títulos.

Pareceu-me extremamente significativa a idéia do Instituto Brasileiro de convocar um “Colóquio” dos Institutos similares e que se realizou no Rio de Janeiro, em fins de outubro do ano passado. Mais de vinte Institutos participaram da reunião, da qual resultou importante e oportuno “apelo” que não deverá passar despercebido por parte dos responsáveis pela vida cultural do País. Nele, os Institutos, considerando tudo quanto têm feito ou ainda podem fazer para o cultivo dos estudos brasileiros e o próprio resgate da memória nacional,

“conclamam os poderes públicos federal, estaduais e municipais a encontrar meios institucionais e legais de reconhecimento efetivo desta contribuição, assegurando-lhes recursos financeiros, isenções fiscais e outros benefícios que viabilizem sua atividade; conclamam, igualmente, que lhes sejam asseguradas, em seus campos de atuação, oportunidades concretas de participação nos órgãos condutores e/ou assessores de políticas culturais e científicas; e renovam seu compromisso com a valorização dos traços de nossa formação histórico-cultural, como forma de reafirmar a identidade nacional e a diversidade regional diante dos desafios do processo de globalização”.

Aguardemos - e creio poder falar pela vivência que tenho dos Institutos Históricos (integro o quadro social do de São Paulo há 54 anos e fui distinguindo por mais oito Institutos, inclusive o mais importante deles (o “Brasileiro”), com a categoria de correspondente), aguardemos que dias melhores surjam para que essas tão úteis entidades possam desempenhar mais e melhor seus programas. (30-1-1999).

335. TAUNAY NO CENTENÁRIO DE SEU FALECIMENTO

A primeira referência centenária que nos ocorre neste princípio de 1999 refere-se ao falecimento do Visconde de Taunay, coincidentemente no dia em que a cidade de São Paulo comemorava sua grande data. Já temos nos ocupado muito de Taunay, inclusive nesta folha, apreciando as mais diversas facetas de sua invulgar personalidade e no seu triplice aspecto de militar, político e escritor. Por ocasião de seu sesquicentenário (1993), dedicamos-lhe dois números especiais (149 e 150) de “Notícia Bibliográfica e Histórica”, publicação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Seria redundante repisar o que já foi publicado. Mas, não ficaríamos tranqüilo se não dedicássemos algumas linhas a propósito do centenário de seu falecimento, transcorrido, como foi dito, no dia 25 de janeiro.

A carreira política de Taunay desenvolveu-se em três planos: como deputado pela província de Goiás, como presidente de duas províncias (Santa Catarina e Paraná) e como Senador por Santa Catarina. Dado o caráter vitalício do Senado Imperial, foi nessa função que a queda do regime monárquico o surpreendeu, pondo fim à sua carreira política.

Taunay foi sempre muito ligado à família imperial brasileira, particularmente a D. Pedro II, que foi aluno de seu pai. Eis porque a proclamação da República, da maneira como foi feita e sem a menor consideração para com o velho monarca, obrigado a deixar o País no dia seguinte, causou-lhe funda e triste impressão, que o levou a um sensível recolhimento nos dez anos em que sobreviveu ao regime monárquico. Acrescentando-lhe a isso o fato de seu estado de saúde não ser muito satisfatório, pouco participou da vida brasileira nesse último decênio de sua vida. Continuou escrevendo, não propriamente livros, mas artigos na imprensa do Rio de Janeiro ou na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, páginas mais de saudades e de recolhimentos, muitas delas reunidas por seu filho Afonso de Taunay para formar alguns volumes, publicados muitos anos depois.

Todavia, o reconhecimento de sua obra caíra já no domínio público; tanto que foi um dos convidados para a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897. Nela ocupou a cadeira nº 13 escolhendo

como patrono a Francisco Otaviano, figura de grande apreciação e relacionamento com Taunay, por ocasião de seu início na vida política.

Como escritor, Taunay produziu muito. Deixou bibliografia constante de quase quarenta títulos em livros e opúsculos, além de uma enorme quantidade de trabalhos em jornais e revistas. Na sua produção há de tudo: romances, novelas, contos, peças de teatro, relatos da guerra do Paraguai, descrições de viagens e da natureza brasileira, relatos de viagens à Europa, reminiscências estudos históricos, lingüísticos é filológicos, crítica literária biografias, estudos sobre índios é línguas indígenas, estudos geográficos, sociais e econômicos, geografia retrospectiva, relatórios administrativos, discursos políticos, discursos em entidades culturais, vulgarização científica (do método hidroterápico do Dr. Kneipp), crítica musical, e ainda numerosas composições musicais.

Martim Francisco (o terceiro do nome), espírito sarcástico e irreverente, que se comprazia em falar mal de todo mundo, ao saber do falecimento de Taunay, num jornal de Santos, onde residia, publicou extensa notícia que assim terminava: "Taunay foi um bom na acepção da palavra. Quem o conheceu não o poderá jamais esquecer. Até aos seus últimos dias quis ser e foi sempre o mesmo homem. Para o soldado que o conheceu na guerra, ele nunca deixou de ser o valente oficial; para o literato, ele será sempre um dos atestados mais brilhantes da mentalidade brasileira; às indagações do historiador consciencioso, Taunay surgirá como um modelo de independência política, de reformista, de agitador de idéias..." Para quem tinha por hábito falar mal de todo mundo, um conceito como esse é profundamente significativo. (6-2-1999)

336. EVOCANDO UM GRANDE ACADÊMICO

Por uma fatalidade, "dessas que descem do Além" (como diria o poeta), a tão esperada sessão inaugural do novo ano acadêmico da Academia Paulista de Letras, quando nada pelo prazer do reencontro de confrades após quase dois meses de recesso, transformou-se, neste início de 1999, numa significativa sessão "em memória" de um companheiro falecido num dos primeiros dias do ano, abrindo, dessa maneira, sensível claro nos quadros da cultura brasileira. Refiro-me ao Professor Antônio Soares Amora, titular, na Academia Paulista, da

cadeira que tem como patrono o Regente Feijó e fora anteriormente ocupada por Eugênio Egas, Roberto Moreira e Alceu Maynard Araújo.

A sessão em memória do saudoso companheiro, na qual falaram diversos acadêmicos, inclusive o signatário desta nota, testemunhou bem o alto conceito em que era tido como professor, crítico literário e historiador da literatura.

Para mim, foi significativo evocá-lo, pois de toda a Academia Paulista, era o de relacionamento mais antigo com ele. Fomos colegas em uma das primeiras turmas da então novel Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Embora freqüentando cursos diferentes, ainda com diferenças de horário, tivemos numerosas oportunidades de convívio, por assim dizer, extracurriculares. Concluídos os cursos, continuamos vinculados à Faculdade, ele como assistente da Cadeira de Literatura Portuguesa, então regida pelo grande mestre Fidelino de Figueiredo, aliás seu sogro, e guia permanente em toda sua longa trajetória intelectual.

Mais tarde (1947), quando me tornei secretário da Faculdade em que lecionávamos, tive oportunidade, em decorrência de meu cargo, de acompanhar toda a carreira de Soares Amora, nas suas etapas principais: o doutorado, a livre-docência e a cátedra, esta, depois que mestre Fidelino retornou a Portugal.

Para cada uma dessas etapas, contribuiu Soares Amora com substanciosos estudos - verdadeiros livros - sobre temas da literatura portuguesa: "O Nobiliário do Conde D. Pedro: sua concepção histórica e sua técnica narrativa", "El-Rei D. Duarte e o Leal Conselheiro", e o estudo sobre Manuel Pires de Almeida, "um crítico inédito de Camões".

Na Universidade, e fora dela, granjeou Soares Amora excelente renome como professor e até quase o final de sua vida; nunca deixou de trabalhar; publicando livros didáticos ou para-didáticos; ou de pesquisa profunda em temas variados de sua especialidade, e ainda editando textos ou antologias para o estudo da literatura portuguesa: Dirigiu a coleção de Literatura Brasileira, das Edições Cultrix, em oito volumes, incumbindo-se, ele próprio do tomo sobre o romantismo. Sua "Teoria da Literatura", publicada pela primeira vez em 1944 e com diversas reedições, tornou-se um clássico e certamente é a obra mais notável publicada entre nós sobre o tema implícito em seu título.

E isso, sem contar as conferências que proferiu, os cursos que ministrou (no Brasil e na Europa), as teses que orientou, os discípulos que formou, os livros que prefaciou e anotou e as obras coletivas em que colaborou. E sem falar, também, nos cargos importantes que exerceu, como o de Diretor do Departamento de Cultura da Universidade de São Paulo e o de presidente da Fundação Padre Anchieta.

Razão, teve, pois, a Academia Paulista de Letras, e razões temos nós todos, de prantear o desaparecimento do grande confrade, figura ímpar da cultura brasileira, e também profundamente humana, sabendo captar a todos os que com ele tivessem qualquer trato. (6-3-1999).

337. CENTENÁRIO DE UM GRANDE ETNÓLOGO

Transcorrerá amanhã, dia 14 de março, o centenário do nascimento de uma das mais altas expressões da cultura brasileira, nos domínios da Etnologia: o professor Herbert Baldus, alemão de nascimento, mas brasileiro naturalizado e que em nosso país viveu cerca de quarenta anos, deixando uma obra imensa nos domínios de sua especialidade.

Meu relacionamento com Baldus, não pessoalmente, mas através de seus trabalhos, remonta a 1935 ou 36, quando começou a publicar na "Revista do Arquivo Municipal" seus primeiros estudos sobre os Tapirapé. Não simples escritos de circunstância ou de segunda mão, calcados apenas na pesquisa bibliográfica, mas resultantes de exaustivos trabalhos de campo e longa convivência entre aqueles grupos indígenas do Brasil central. Alguns desses escritos constituíram a base para o volume que publicou em 1937, na coleção "Brasiliana" com o título de "Estudos de Etnologia Brasileira", com significativo prefácio de Afonso de Taunay. Tanto se afeiçoou Baldus aos tapirape, que seu último trabalho, publicado poucos meses antes de falecer (1970) foi ainda sobre aquele grupo indígena. E isto, mais de trinta anos depois de publicado o primeiro!

Meu relacionamento pessoal com Baldus veio bem mais tarde, quando circunstâncias ocasionais nos levaram a diversos contatos,

tanto no Museu Paulista, como na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, outra instituição a que Baldus se vinculou, dando-lhe muito, de sua capacidade de trabalho e de sua cultura e onde nos tornamos colegas e companheiros de trabalho. Grande colega, diga-se de passagem, como soube ser grande amigo em todos os momentos, especialmente nas muitas vicissitudes por que passamos, em certa época, naquela instituição. Baldus, sempre à frente das grandes causas e das grandes reivindicações. Seu nome era, para Escola, verdadeiro símbolo.

Deixou Baldus uma obra, imensa, tanto em livros, como o que ficou esparso em publicações científicas do Brasil e de outros países, particularmente na Alemanha e nos Estados Unidos. De sua obra, pode-se dizer que Baldus continuou, em nossos dias, toda uma tradição científica de raízes germânicas, voltada para as culturas indígenas sul-americanas. Tradição que vem de Martius, von den Steinen e Curt Nimuendaju; por ele continuada sob um enfoque tipicamente brasileiro, aperfeiçoando dessa perspectiva as rotas pioneiras de um Couto de Magalhães ou de um Teodoro Sampaio.

Em livros, deixou: **Ensaio de Etnologia Brasileira** (1937), **Dicionário de Etnologia e Sociologia** (1939), em colaboração com Emílio Willems, o capítulo sobre Etnologia do **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros** (1949), **Lendas dos índios do Brasil** (1946), **Bibliografia crítica da Etnologia brasileira** (1954), **Die Jaguarzwillinge** (1958), o segundo volume da **Bibliografia crítica**, publicado em Hamburgo em 1968, e **Tapirapé**, seu último trabalho, publicado, como disse, poucos meses antes de seu falecimento. Muito mais, contudo, foi o que deixou esparso em revistas científicas.

De permeio, ainda achou tempo para alguns trabalhos literários, entre os quais uma biografia romanceada de Elisa Lynch, a célebre amante norte-americana de Solano Lopez ...

Por algum tempo, Baldus lecionou também na antiga Faculdade de Filosofia de Rio Claro, então instituto isolado criado pelo Estado e hoje integrado no grande complexo da Unesp.

É bem possível - e se isto se confirmar, ficarei muito feliz - que esta modesta nota seja a primeira manifestação na imprensa referente ao centenário do grande cientista. (13-3-1999).







UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I- INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II- FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III- INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

